

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.ºs 10 e 11

Outubro e Novembro de 1921

Ano LXXIII

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diario de Noticias, 78 — Lisboa

Episódios históricos restaurados

Contingentes estrangeiros na campanha luso-espanhola de 1663

Sob varios pontos de vista se deve considerar interessante o artigo, que o meu antigo e mui prezado amigo sr. Gomes de Brito publicou em um dos numeros do corrente ano dêste jornal, e do qual formou depois *separata*, para que dele tivessem conhecimento os estudiosos alheios á profissão militar, especialmente os que se dedicam á cultura histórica, que está tendo, não só no nosso país, mas em todos os civilizados, vasto desenvolvimento, desde epoca atrasada.

Já Alexandre Herculano referia que — “deslumbrava e estonteava o espirito o considerar os milhares de inteligências que na Europa, na America, e até na Asia, se dedicavam com ardor aos estudos históricos e os milhares de escritos que anualmente se publicavam sôbre investigações desta natureza”.

E, não obstante, não ha nação viva que se possa gabar de possuir uma monografia propria verdadeira e completa. Para comprovar o asserto, basta considerar que, sendo travada a batalha do Ameixial nos fins do seculo XVII, isto é, em tempos relativamente não mui afastados, o sr. Gomes de Brito produziu ácerca dela informações, não só verdadeiramente interessantes, mas pouco vulgarizadas, uma das quaes se refere aos elementos componentes do exército invasor, de nacionalidades diferentes, e dos quais faziam parte

algumas personalidades qualificadas, que o nosso esclarecido amigo se esmerou em identificar.

Entre estas constituia incontestavelmente a figura primordial o príncipe D. João de Austria, não sómente por ser filho de Filipe IV, embora natural, mas por lhe haver sido confiado o comando supremo do exército invasor, e ser precedido no cargo pela reputação derivada de grandes experiências na arte da guerra, e em diferentes e elevados cargos nos Países Baixos, em Napoles, na Sicilia e na Catalunha, onde maduramente desenvolvera e provára seus talentos, apesar de apenas contar 33 anos de idade.

Concluída recentemente a paz entre a França e a Espanha, o que permitia a esta concentrar recursos e esforços, que trazia consideravelmente fragmentados até então, a nomeação daquele príncipe, para dirigir as novas tentativas de dominação em Portugal, tinha uma alta significação politica e militar, porque representava o intento de Filipe IV em aniquilar de vez os esforços dos portuguezes na consolidação da sua nacionalidade.

A inveja é, porém, atributo de grande parte da humanidade e não respeita limites territoriais. Alastra tanto mais ousadamente, quanto mais fracos encontra os caracteres para resistirem ao seu investimento. E o reino vizinho, ao tempo a que se referem as campanhas da Restauração, transitava por aquele periodo de abatimento de que era uma das causas a relaxidão dos ditos caracteres, periodo conhecido pela denominação de "*Decadência da Espanha*", o qual conglobou todo o seculo XVII, ou seja os três reinados de Felipe III e Filipe IV (II e III em Portugal) e de Carlos II, o primeiro dos quais decorreu desde 13 de setembro de 1598 até 31 de março de 1621; o segundo, desde esta data até 17 de setembro de 1665, e o terceiro terminou em 1 de novembro de 1700. Nenhum destes monarcas possuiu os dotes e qualidades dos seus notaveis antecessores Fernando o Catolico, Carlos V e Filipe II, (I de Portugal), e, por isso, todos êles escolheram validos, nos quais declinaram a missão da governança do Estado. O de Filipe IV foi, durante 23 anos, o Conde-duque de Olivares e depois D. Luiz de Haro, aquele certamente de maior valia entre quantos o precederam e seguiram no exercicio do cargo, mas a quem escaçaram ainda méritos pro-

prios e superiores para erguer a Espanha da decadência em que havia tombado.

O notavel estadista e escritor, que foi Canovas del Castillo, sustentou na sua *História de la Casa de Austria*, que a verdadeira causa da decadência espanhola fôra devida á falta de proporção entre a riqueza e a população da Peninsula e as exigências do vasto imperio, que chegou a ser constituido no mundo pelos nossos vizinhos. Os espanhois, no sentir do autor, eram poucos e demasiado pobres para povoar a America e as ilhas da Oceânia, e para dominar na Sicilia, Napoles, Milão e Paises Baixos.

Obtempera outro escritor da mesma nacionalidade a tal asserção, que ela é exacta, quando considerada abstractamente, mas que não succede o mesmo quando se observa e reflecte, que a metrópole não mandou ás guerras de Flandres e da Alemanha, sem fazer referência a outros territorios, a massa da sua população masculina metropolitana e o mais avantajado dos seus tesouros, porquanto, pelo testemunho do proprio Canovas del Castillo, não excedeu a 20.000 o número de espanhois, que guerrearam fôra do territorio patrio, nos dias mais fulgurantes da dinastia austriaca, que foram igualmente os do seu maximo poder militar.

Quanto ás deficiências do tesouro publico era êle facto público e incontroverso. O reinado de Filipe II já fôra um contínuo lamento, mas, nos dos seus sucessores, as cousas chegaram á extremidade, porque essa falta de recursos atingiu a méta de se abrirem subscrições para manter a dignidade real. Em quási todas as suas communicações, os generais e governadores dos dominios espanhois, espalhados pelo mundo, estavam conformes em acusar, como a maior das dificuldades com que lutavam, a *falta de dinero*. Mas êste mal, mais do que qualquer outro, revelava a incapacidade administrativa dos validos, em quem os soberanos declinavam a gerência dos negocios do Estado, os quais não sabiam medir as emprêsas sucessivas, a que se abalançavam, pelos recursos financeiros de que dispunham, que, não obstante, deveriam ser colossais, a avaliar pela drainagem incessante de ouro feita no nosso pais, contra os compromissos tomados por D. Filipe I nas côrtes de Tomar, ao assumir o governo da nação.

Sem entrar em desenvolvimentos, que seriam enfadonhos e estranhos ao presente assunto, basta dizer que, só de 1619 a 1633, nos foram extorquidos, afóra os impostos ordinários em uso nos antigos tempos, e dos novamente introduzidos desde a união de Portugal á Espanha, outros impostos extraordinários na importância de 3.230.000 escudos de ouro.

Adeante, porém, para que não seja depois acusado o autor das presentes linhas de pretender aproveitar do período declinante da história espanhola para tirar conclusões por ventura ofuscantes do extraordinário brilho, que ela oferecêra anteriormente.

Assim, pondo ponto ao incidente, ía eu dizendo que, ao ser escolhido D. João de Austria para comandar o exército destinado a afirmar a reocupação de Portugal, se obedecia ao propósito de escolher um chefe prestigioso e capaz de consumir êsse intento. Se a reputação adquirida pelo levantamento do cêrco de Valenciennes e da tomada de Barcelona não houvesse sido maculada por desastres compensadores, poderia ter ocorrido, que o desanimo nos nossos compatriotas houvesse sido completo. Mas estes não ignoravam que, no passivo daquele principe, também figurava a perda da batalha das Dunas, em que Turenne o havia vencido.

Demais, a lei das compensações, que não é exclusiva do mundo fisico, estendendo, por vezes, os seus efeitos á vida dos povos, não quis que o nosso se considerasse inteiramente abandonado pela sorte, porquanto, no mesmo ano em que D. João de Austria despontava, para a invadir, á fronteira terrestre portuguesa, igualmente surgia na fronteira marítima, para defender aquela, a expedição composta de cêrca de 700 estrangeiros, entre os quais figuravam oficiais de engenharia, artilharia e cavalaria, e a cuja frente se encontrava o marechal, ao serviço da França mas natural da Alemanha, conde de Schomberg, que igualmente adquirira sólida reputação nas campanhas em que havia tomado parte, o qual nos fôra indigitado pelo marechal Turenne, o que era, já de si, valioso testemunho de capacidade.

Deve reconhecer-se que a Espanha não poderia, ao tempo, dispor de mais autorizado general para colocar á frente das suas tropas do que o era D. João de Austria, filho

do monarca reinante e na propria idade em que a fortuna sempre bafejou os mais notaveis capitães.

Não era o pae, porém, dotado das qualidades educativas e viris necessárias para amparar e incitar o filho no cumprimento da missão, que lhe confiára.

Filipe IV carecia inteiramente dos dotes que enobreciam seu avô, tendo de declinar no valido a direcção da guerra. Por seu turno, D. Luiz de Haro via surgir no horizonte um astro de primeira grandeza, que poderia facilmente obscurecer o seu proprio brilho, se conseguisse realizar pronta e solidamente a unidade da Peninsula Iberica, emprêsa que ele proprio Haro sonhára, mas que havia sido inteiramente defraudada na famosa derrota, que êle tinha sofrido, nas linhas de Elvas. Adiar a realização daquele triunfo cabia inteiramente nos propositos egoistas e ciosos daquele estadista.

Assim se explica, como referem os historiadores, que o exército á frente do qual fôra colocado D. João de Austria, não correspondesse á incumbida grandeza da sua tarefa, quedando o efectivo das tropas, bem como os correlativos recursos de toda a ordem, mui áquem dos prometimentos, que ao seu chefe haviam sido feitos em Madrid. Na propria côrte tinha aquele principe os mais poderosos inimigos, á frente dos quais se encontrava a rainha, á qual a prosperidade do enteado não podia entusiasmar.

Esta dolorosa situação só tinha como correspondente a que derivava das intrigas, que igualmente ferviam em Portugal em materia de direcção da defesa nacional.

Passarei, porém, ao lado de tão angustiosa e pungente situação, porque não é esta a hora mais propicia para flagelar os ocosos de patriotismo que, por vezes, teem assombreado os fulgôres da nossa patria.

Entrára o ano de 1661, e D. João de Austria, mui contrariado, encetou as operações, conscio de que não tinha exército sufficiente para empreender qualquer operação decisiva. Mas haviam sido gerais as instigações para que rompesse as hostilidades, aquellas tanto mais para serem atendidas quanto que a inacção era explorada desfavoravelmente na côrte pelos numerosos adversários.

Tornar-se-ia longo e desnecessario descrever os factos ocorridos na campanha daquele ano, que não teriam, para o

fim que me anima, demasiado interesse. O mesmo sucede com a narrativa da campanha de 1662, porquanto, apesar de todas as suas instâncias e rogativas, ainda D. João de Austria não conseguira receber os reforços necessários para intentar uma operação de vasto fôlego, que se não compadecia com o reduzido núcleo de tropas, a cuja frente êle se encontrava, e que os historiadores afirmam não passar de 9.000 infantes, 5.000 cavalos, 16 canhões, 8 petardos e 3 morteiros.

A campanha de 1663 foi iniciada a 6 de maio, e já então aquele exército se encontrava um pouco mais reforçado, mas ainda bem debilmente, para a realização de uma emprêsa de tão grande tÔmo, como era a de voltar a dominar um povo, que 60 anos de escravatura havia tornado sequioso de liberdade.

Segundo os bons autores, aquele exército compunha-se de 12.000 infantes, 6.500 cavalos, 18 canhões, 3 morteiros e 3.000 carros de munições e mantimentos. Aceito os numeros indicados, sem cuidado na sua rectificação, que seria ainda absolutamente indifferente ao meu proposito.

Ao que êste visa é á investigação do modo de constituir os exercitos offensivos e defensivos nessa época, inquérito que oferece interêsse especial, visto na ocasião se tratar de manter o prestigio do Estado europeu mais vasto, que a história moderna aponta, e a liberdade de um dos povos mais minúsculos, entre os que então existiam na mesma região mundial.

Aqui muito me vão valer os *Documentos do Arquivo dos Medicis de Florença, publicados na capital de Toscana em 1862*, agora tão fielmente vertidos em linguagem portuguesa pelo illustre e vernáculo escritor, que é o meu amigo sr. Gomes de Brito, e por êle ainda doutamente anotados, o que multiplica a sua valia.

¿O exército de D. João de Austria era fiel representante da nacionalidade espanhola, isto é, representava pelo número dos nativos a alma nacional, ou era simplesmente um exército cosmopolita, um aglomerado de elementos heterogêneos, recrutados aqui ou alêm, quer por interesses mercenários, quer pela violência exercida pelos ocupantes nos territórios dominados?

Assim tenho agora exposto com inteira clareza, me parece,

a questão que preocupou o meu espirito, ao ler o consubstancioso trabalho do sr. Gomes de Brito.

Neste se sustenta que seis grandes nações se empenharam na memorável peleja do Ameixial, três das quais nela ficaram vencidas. Compunham estas, além dos têtços castelhanos e alemães, contingentes de Napoles e do Milanês, sendo aquele têtço alemão e estes contingentes de regiões ocupadas pela Espanha. Paralelamente, figuraram entre os vencedores as três seguintes nacionalidades: Portugal, Inglaterra e França.

Penso existirem deficiências neste assunto, tal qual êle foi exposto nos *Documentos existentes nos arquivos de Florença*. Pelo menos, o historiador Henrique Schæfer, geralmente seguro nas suas informações, assevera que — «o exército espanhol, reforçado pelas tropas auxiliares, *que eram compostas de alemães, italianos, irlandeses e algumas companhias de cavalaria francesa*,¹ que haviam chegado a Badajoz na primavera daquele ano, com muitas peças de artilharia e munições, constituia agora uma força militar de tal importância, que não permitia duvida alguma com respeito aos vastos projectos de D. João de Austria».

Aceitando como fundamentada tal asserção, porque ella se acorda com o asseverado a pag. 104 do Vol. 4.º do *Portugal Restaurado*, do Conde de Ericeira, conclue-se que o verdadeiro número de nacionalidades representadas nas tropas invasoras não era de três, mas de cinco: Espanha, Alemanha, Italia, Irlanda e França.

É para notar, que, existindo tropas inglesas e francesas no exército português, apareçam outras das mesmas nações no exército inimigo, mas o facto não deve causar estranheza, como se vai ver.

É certo que a Irlanda havia sido encorporada na Inglaterra, desde o seculo XII, em que foi conquistada por Henrique II, mas a sua inteira submissão só foi alcançada no decurso dos séculos seguintes, através das maiores dificuldades e sempre com o protesto de ardentes patriotas, tal qual ainda hoje estamos presenciando. Ora a Inglaterra, depois de abraçar o protestantismo, passou a violentar e vexar ainda mais

¹ Dizem os historiadores ter sido nove o número de tais companhias.

duramente, do que até ali já o tinha feito, os irlandeses católicos, especialmente durante o tempo de Cromwel (1599-1658) e no que se lhe seguiu, inflingindo-lhes tenaz perseguição e confiscando os bens dos insurgentes em proveito dos novos dominadores.

Ao tempo que isto sucedia naquele país, ocorria perseguição inversa nos Países Baixos, pois eram os protestantes flamengos quem aqui continuavam a ser tão cruelmente perseguidos pelos espanhóis, que só encontravam a salvação emigrando para a Inglaterra ou embarcando nos corsários, que então infestavam o mar do Norte. É de crêr, portanto, que entre católicos irlandeses e protestantes flamengos se dessem fenomenos análogos aos de endosmose e exosmose, que redundavam no reciproco expatriamento, através daquele mar, dos naturais da Flandres, que seguiam o protestantismo, e dos da Irlanda sectários do catolicismo. Estes vingavam-se dos ultrages e sacrificios precedentemente sofridos alistando-se nas tropas espanholas, onde abundavam os mercenários, fazendo então pagar caro aos insurreccionados protestantes flamengos o procedimento dos seus correligionários ingleses.

Assim, a existência de têtços, formados pelos católicos irlandeses expatriados na Flandres, não parece assunto de dúvida, e, consequentemente, natural se afigura a sua remoção para a Península, a fim de tomarem parte nas guerras de Portugal e Catalunha, tal qual sucedia com alemães e italianos.

Mais extraordinário poderia parecer a existência de tropas francesas, tanto no exército português, como no espanhol, gladiando-se mutuamente, se não tivesse igualmente fácil explicação essa aparente anomalia, que naquela época não tinha originalidade, havendo-se dado factos identicos, designadamente com as tropas suizas nas guerras de Italia, onde haviam entrado, simultâneamente, na composição dos dois exercitos adversos. Estava na natureza das tropas mercenárias factos dessa ordem, visto ser exclusivamente o vil interesse do lucro, que as animava ao aceitarem o serviço estrangeiro.

Pouco saberá de história quem ignore que Luiz XIV, embora voluntarioso e zelador intransigente do absoluto exercicio do poder real, a ponto de integrar êsse sentimento na conhecida frase "*L'Etat c'est moi!*", continuou a confiar a dire-

ção da politica estrangeira da França a Mazarino, que a vinha exercendô desde a regência de Ana de Austria, e que conservou até à sua morte (1661). O que não quer dizer que aquele monarca estivesse sempre de acôrdo com o modo de ver do referido estadista, ao qual, porém, não contrariava.

Assim succedeu designadamente com a politica seguida por Mazarino na Peninsula Iberica. Não obstante o matrimonio negociado com a infanta de Espanha D. Maria Tereza, filha de Filipe IV, áquele soberano não agradou o tratado dos Pirineos, de 7 de novembro de 1659, cujos artigos X, XIII e LX collocavam Portugal sob o inteiro dominio da Espanha, fazendo retrotrair a situação das duas nações ao ponto em que se encontravam, por ocasião do movimento restaurador de 1 de dezembro de 1640. Deve dizer-se, que êsse tratado não mereceu os aplausos de grande número de franceses, a cuja frente se encontrava o marechal Turenne, que de longa data se mostrava amigo sincero dos portuguezes, o qual tanto menos encobria a sua orientação no assunto, quanto não ignorava que Luiz XIV reconhecia, que a unidade politica da peninsula ibérica seria sempre para a França um perigo grande.

Desta dualidade de opiniões resultou ser fácil a uma das parcialidades favorecer os nossos interesses, enquanto a outra apoiava decididamente o embaixador espanhol, que fazia esforços sobrehumanos para nos contrariar.

D. João da Costa, conde de Soure, que fôra um dos conspiradores, que tomaram parte no movimento restaurador, então nosso representante na côrte de França, foi incumbido de aliciar particularmente o maior número de officiaes que pudesse e um general habil, desempenhando-se de tal missão, graças ao apoio encontrado no marechal Turenne, e compondo assim a expedição, à frente da qual figurou o marechal Schomberg, sendo efectuadas as negociações para essa empreza em casa do Duque de Albert, sobrinho do vencedor de D. João de Austria e de Condé, na batalha das Dunas, travada a 14 de junho de 1658. Foi no dia 29 de outubro de 1660 que embarcaram no Havre, em viagem para Lisboa, o conde de Soure, o marechal conde de Schomberg com seus dois filhos, e os demais officiaes, que com reduzidas tropas vinham servir no exército portuguez.

O conde duque de Olivares, que, desde 1645, deixara de

exercer a qualidade de valido de Filipe IV, fôra substituído por D. Luiz de Haro que, no parecer de autorizados historiadores, valia bem menos do que aquele, convém repetir, e que votava aos portugueses fundo rancor, certamente mais envinagrado ainda pela famosa derrota, que havia sofrido na batalha das linhas de Elvas, ocorrida a 14 de janeiro de 1659, em que até havia perdido a luxuosa barraca, ornada com adereços e alfaias da alta valia, que consigo transportava para descansar das fadigas da guerra.

Sabedor das negociações do Conde de Soure, em França, para a formação da referida expedição, cioso de tudo quanto pudesse representar preponderância para as armas portuguesas, natural se afigura que igualmente se houvesse empenhado pela organização de outra expedição de tropas francesas para ser integrada no exército espanhol do comando de D. João de Austria, o que áquele valido era fácil conseguir da boa disposição de Mazarino.

Seria longo entrar mais minuciosamente na investigação de tal promenor, quando as razões expostas parecem suficientes para explicar o motivo porque, na campanha de 1663, figuravam tropas francesas em ambos os exercitos contendores.

Interessante me parece agora voltar novamente a atenção para o contingente irlandês, a fim de investigar o motivo pelo qual êle representou o dominio espanhol, ao tempo subsistente na Flandres, dispensando de tal encargo as proprias tropas flamengas. Constitui esta explicação mera conjectura, derivada da «logica histórica e essencialmente estética», que no dizer do popular romancista e historiador espanhol Perez Galdós, deve entrar sempre na investigação dos pontos obscuros de indole histórica.

As relações espano-flamengas, mais intensamente afirmadas por virtude do casamento da Princesa D. Joana, depois denominada «*A douda*», com o arquiduque da Austria D. Filipe, e da respectiva ascensão dêstes ao trono, nunca foram bem vistas no país vizinho. Impedia a sua frutificação o ciume nacional e os interesses pessoais prejudicados. Quer Joana *A douda*, quer Carlos V, seu sucessor, procediam ambos da Flandres, na ocasião do advento ao trono, vindo dali acompanhados por muitos magnates flamengos, que tive-

ram predomínio acentuado na côrte de Madrid e na governança do Estado, motivando freqüentes rixas, e desenvolvendo nas classes populares tão acentuado ódio contra os flamengos que, nas côrtes de Valladolid, reunidas em 1518, o Dr. Zumel, procurador de Burgos, sustentou não deverem tomar nelas assento os flamengos, nem ser reconhecido o Rei, enquanto êste não houvesse jurado as leis do país e as petições dos procuradores. Entre estas figuravam as seguintes, que revelam em toda a sua agudeza o estado de irritação, que já predominava nas classes populares:—“que se não dessem a estrangeiros (isto é, aos que não fossem castelhanos) officios nem benefícios, nem dignidades, nem governos, nem diplomas de naturalização, e que, no caso de já haverem sido concedidos, fossem revogados. E que fôsse servido Sua Alteza (título então dado ao reinante) falar castelhano, porque, desde que assim o fizesse, mais breve o aprenderia e melhor o entenderiam os seus vassallos. e reciprocamente ¹”.

Não deixa de ser interessante referir que, a uma tal reclamação, respondeu atentamente o excelso e poderoso soberano “—que le placia y se esforzaria a hacerlo, particularmente porque se lo suplicava el reino; que ya lo habia comenzado a hacer con ellos e con outros del reino.”

Esta má recepção, prestada aos subditos flamengos foi sendo sucessivamente agravada, a ponto de, nas côrtes que se realizaram em 1520, em Santiago e na Corunha, ser solicitado

¹ Carlos V havia nascido em Gand, na Flandres, e ali havia sido educado, pelo que, quando entrou em Espanha para assumir o govêrno do reino, não falava o castelhano. E, visto aludirmos a êste grande Imperador, será agradável á nossa justa vaidade nacional apontar ácêrca dele duas anedotas, que muito a afagam.

Consiste a primeira em recordar as palavras por êle pronunciadas ao presenciar o numeroso auxilio de navios, que lhe prestou Portugal para a sua expedição a Tunis. Exclamou admirado:

—Fôra eu rei de Lisboa, em pouco o seria do mundo.

A segunda é representada pelo dialogo travado um dia com o nosso embaixador Conde de Sortelha, D. Luiz da Silveira, ao qual se dirigiu nos seguintes termos:

—Conde, se se levanta por acaso uma lebre em charneças de Portugal onde a vão matar? Sabeis responder?

—Sei, meu senhor — volveu o Conde com altivez — vão mata-la á India, que fica daqui a cinco mil leguas.

do rei que — «quando volvesse ao Reino (porque tendo sido eleito Imperador da Alemanha em Francfort, para ali havia partido a receber a coroa imperial), fôsse servido não ser acompanhado por estrangeiros, flamengos, franceses ou de outra nacionalidade, para depois lhes conceder lugares qualificados... e que não trouxesse gente de guerra estrangeira, porque no Reino havia gente belicosa e para conquistar outros reinos, e para que se não diga que, por desconfiar dos naturais dispunha da guarda de estrangeiros... Que se não desse a estrangeiros dignidades eclesiasticas,... etc. etc —».

Êste estado, revelador da alma nacional, teve mais acentuada demonstração no facto de todo reino estar já revoltado, quando Carlos V embarcou, a 20 de março de 1520, na Corunha para Francfort.

Passarei em claro quanto depois ocorreu, entre espanhois e flamengos, no reinado daquele soberano, e que não foi de molde para congraçar os respectivos animos, antes pelo contrario. Assim, quando, já no reinado de D. Filipe II (I em Portugal), explodiu na Flandres a poderosa insurreição, que foi um dos factos culminantes do novo reinado, os antecedentes expostos mais avinagraram os animos dos contendores.

A Flandres daqueles longiquos tempos compreendia, não sómente os actuais reinos da Belgica e da Holanda, mas ainda toda a parte da França, hoje denominada Flandres Francesa, e bem assim o Ducado do Luxemburgo. Com o advento ao trono de D. Filipe, surgiram no país duas graves questões, uma politica e outra religiosa.

A primeira foi inteiramente identica à que havia sido suscitada em Castela, por ocasião do advento ao trono de Carlos V: assim como os castelhanos, desconfiando de Carlos, por ser flamengo, reclamavam energicamente para que os officios e dignidades, não fôsem dados a estrangeiros, isto é, a flamengos, e que não passassem á Espanha tropas da respectiva nacionalidade; igualmente, pelo advento de D. Filipe, os flamengos, desconfiando dêste monarca por ser espanhol, levantaram reciprocas reclamações contra os castelhanos.

A questão religiosa que agravou mais a questão politica, foi a reclamação dos flamengos para ser assegurada a liberdade do culto protestante, de que havia no país numerosos

sectários. Em Guilherme de Nassau, príncipe de Orange, encontraram os insurgentes um chefe, que conseguiu pôr em risco o domínio espanhol.

Foi quando os acontecimentos haviam tomado tão grave aspecto, que D. Filipe resolveu enviar á Flandres o mesmo general, que já havia demonstrado a sua capacidade militar assegurando o domínio de Espanha em Portugal. O duque de Alba chegou ali, no dia 22 de agosto de 1567, assumindo, em conformidade com as instruções que recebêra, os mais altos poderes. Quási que as suas funções foram iniciadas com a prisão dos chefes da nobreza flamenga, os Condes de Egmont e de Horn, que mandou decapitar, bem como a muitos outros individuos, que se haviam comprometido nos movimentos insurreccionais. Um tribunal especial, que na história ficou apelidado de *Tribunal de Sangue*, não cessava de julgar, e os cadafalsos de dar cumprimento ás sentenças. Por tal motivo o nome do duque de Alba ficou execrado e abominado na Flandres, tornando-se aí a guerra persistente e terrível.

Em 1573, quando o duque deixou a Flandres, já o Condado da Holanda formava uma republica independente. Durante o govêrno do seu sucessor, que foi Requesens (1574-1576), perdeu-se a Zelândia. D. João de Austria (1576-1578) viu os primitivos territorios flamengos reduzidos á provincia do Luxemburgo. Seguidamente, Alexandre Farnesio, adoptando uma politica conciliadora e habil, conseguiu atrair os catholicos e, pela força das armas, reconquistar todo o territorio que forma presentemente a Belgica e ainda parte do que pertence á actual Holanda, mas o condado desta denominação e a Zelândia não mais foram submetidos, apesar de Guilherme de Orange haver sido assassinado em Delf por um fanatico, o que desanimou muito os insurgentes.

Foi durante essa longa e terrível guerra, que os successores de Filipe II (I de Portugal), renegando dos compromissos por êste tomados nas côrtes de Tomar, os quais isentavam os portuguezes de servirem fóra da sua Patria, fizeram seguir para Flandres terços nacionais.

O esclarecido e infatigavel socio da Emprêsa, que publica o proprio jornal em que estas linhas aparecem á luz da publicidade, o sr. capitão David Magno, em um dos mais notaveis estudos descritivos da nossa intervenção na guerra finda, inti-

tulado *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*, livro que mais acentua os seus dotes de distinto vulgarizador das nossas lutas militares, já revelados em importantes trabalhos relativos a campanhas africanas, refere-se áquela nossa intervenção nos negocios da Flandres, recordando terem ali commandado terços muitos fidalgos nossos, e designadamente: Gaspar Robles, em 1548; D. Francisco de Mello de Bragança, conde de Armamar, e D. Alvaro e D. Francisco de Melo, em 1643; D. Manuel Pimentel, conde da Feira, D. João Telo de Moraes e outros.

Já antecedentemente a tal epoca, eram frequêntes as relações entre flamengos e portugueses. Êste factó é rememorado, não sómente pelo escritor citado, mas ainda pelo meu camarada e amigo tenente-coronel sr. Mario Campos no seu interessante opusculo *Portugal na Quadrela Flamenga*, no qual igualmente se refere, para os flagelar com eloquente invectiva, a D. Francisco de Melo, ao marquês de Castelo Rodrigo e a D. Francisco de Moura Côrte Rial, desleais portugueses ao serviço de Espanha, depois da Restauração, época em que êste autor afirma haverem êles sucessivamente desempenhado as funções de governadores dos Países Baixos.

Mas, nem um, nem o outro daqueles meus camaradas, certamente por ser o assunto alheio ao fim que se propunham, tiveram oportunidade para descrever a acção desenvolvida pelos terços portugueses na longa campanha travada contra os flamengos, durante o sucessivo reinado dos três Filipes, que corresponde exactamente á época do dominio espanhol em Portugal.

Afastado, como me encontro no presente momento, das fontes em que poderia tentar escavar elementos para esclarecer tão interessante assunto, apenas posso por agora referir, haver sido o cardeal Alberto, arquiduque de Austria e arcebispo de Toledo, que havia exercido as funções de vice-rei de Portugal, durante cinco anos, quem, no reinado de Filipe IV (III em Portugal), pediu um corpo de soldados portugueses para servir na Flandres, — «os quais tão uteis eram, asseverava êle, á defesa dos Estados, como á gloria do reino». E lá o obteve, indo para aquella região um têrço formado por compatriotas nossos, commandados por João de Menezes, o qual, havendo falecido ali, foi substituído por Diogo Luiz de

Oliveira, que seus merecimentos elevaram do posto de mestre de campo aos altos cargos de conselheiro de guerra e de capitão general dos exercitos espanhois.

Tenho dito o bastante, se me afigura, para explicar, senão com a propria transcrição de textos produzidos por afamados cronistas, pelo menos pelos raciocinios derivados «da logica histórica e essencialmente estética», recomendada por Perez Galdós, o fundamento que deve ter servido de base á substituição de terços rigorosamente flamengos por outros irlandeses, mas procedentes da Flandres. As reivindicações nacionais, tão altiva e alternadamente produzidas por espanhois e flamengos, durante o govêrno de Carlos V, e o sangrento sacrificio de milhares de cidadãos flamengos, durante o successivo govêrno dos três Filipes, eram factos tão impressionantes, que temerário teria sido fazer aportar terços flamengos a qualquer dos portos espanhois, para, depois de desembarcados, os fazer atravessar a Peninsula até se incorporarem em Badajoz no exército invasor de Portugal, comandado por D. João de Austria, o proprio que havia sido um dos sacrificadores dos patriotas, que pretenderam afirmar a independência dos povos flamengos. Nem êsses valorosos flamengos poderiam vir ajudar briosamente a sacrificar um povo em cujo peito se votava ardente preto, como no deles propios, ao sentimento da independência nacional.

Se os leitores entendem que está esclarecido o facto da entrada de contingentes irlandeses na composição do exército de D. João de Austria, não lhes parecerá oportuno que eu pergunte agora: — ¿se estariam presentes na batalha do Ameixial, quer os tais têtços irlandeses, quer ainda os franceses, a que foi antecedentemente feita referênciã?

E' licito duvida-lo, porquanto, nem o conde da Ericeira, nem Schæfer, nem Pinheiro Chagas, unicos historiadores que tenho de momento presentes, longe como estou da habitual residênciã, enumeraram individuos destas nacionalidades entre os mortos ou feridos naquele famoso conflito. Não esclarecem melhor o assunto os *Documentos do Arquivo dos Medicis de Florença*, igualmente mudos sôbre êste pormenor.

Mas, não repugna á lógica histórica admitir que, sabendo

D. João de Austria da existência dos ingleses e franceses nas tropas lusitanas, houvesse destinado os seus irlandeses e franceses, ás operações preliminares da campanha, confiando-lhes a ocupação das localidades de que previamente se apoderára, designadamente de Evora.

A lição a tirar da sumula de quanto fica exposto é a confirmação do asserto de Canovas de Castillo, quando asseverou—“que os espanhois, que guerrearam fóra da Espanha, durante o dominio da Casa de Austria, não eram mais de 20.000, na sua maior parte aventureiros”—e esta conclusão não nos parece seja indiferente para uma sã critica histórica dos conflitos luso-espanicos.

Efectivamente, percorrendo o periodo histórico, a que se referia aquele eminente historiador e estadista, reconhece-se que, nas campanhas travadas fóra do território espanhol, os têtços espanhoes, embora constituissem a base dos exercitos operantes, eram sempre poderosamente reforçados por tropas oriundas dos dominios daquela nação. Nem o nosso país escapou á *razzia*, como ficou dito, não obstante Filipe I se haver obrigado, ao tomar posse de Portugal, a não empregar os nacionais fora da Patria.

Parodiando a frase de um distinto e contemporâneo general francês, que, antes de surgida a grande guerra, ha pouco finda, escreveu — “terem sempre feito os inglêses as guerras por êles provocadas com os soldados dos seus aliados” —, poder-se-ha analogamente afirmar — “que os espanhois, nos seus tempos aureos, consumaram as suas formidaveis conquistas com o auxilio das tropas levantadas nas regiões por êles antecedentemente avassaladas, exigindo apenas da metrópole para êsse fim o minimo esforço» —.

Dispensando-me de citar outros casos comprovativos da heterogeneidade na composição dos exercitos espanhois, e da propriedade do conceito anterior, basta por agora referir que, na celebre batalha de S. Quintino, travada nas fronteiras da França e dos Países Baixos, a 10 de agosto de 1557, o exército espanhol vencedor, comandado pelo duque Felisberto de Saboia, se compunha de espanhois, italianos, *flamengos*, alemães e inglêses.

Não é de estranhar, portanto, que caso analogo se houvesse reproduzido na batalha do Ameixial, tanto mais que

entre os nossos compatriotas igualmente figuravam franceses e ingleses, embora em número bem reduzido.

A talho de fouce me cabe agora o dever de felicitar o meu bom amigo Sr. Gomes de Brito pela exactidão historica com que asseverou, na sua nota n.º 22, não passar de três regimentos, dois de infantaria, no total de 2400 homens, e um de cavalaria, de cerca de 600, o contingente inglês. O que não será destituído de interêsse recordar, no presente momento, é que, para obter tão reduzido corpo de auxiliares, foi necessário que, com a infanta D. Catarina para esposa de Carlos II, fizessemos aos ingleses mais as seguintes concessões: a cedência de Tanger; a liberdade de commercio para os seus nacionais na India e no Brasil; a posse perpétua, a titulo de garantia, da ilha de Bombaim com a sua fortaleza; cerca de 200 canhões de bronze, que guarneciam as praças cedidas e as correlativas munições, e mais dois milhões de cruzados de dote para a noiva.

Não era superior ao inglês o contingente francês, porquanto não excedia a 600 artilheiros e sapadores-mineiros, e mais uns 100 gentis-homens.

Assim, o total das duas expedições em favor de Portugal não se elevava a mais de 3.700 homens. Muito superiores lhes eram os contingentes estrangeiros da Espanha.

E que o meu velho amigo sr. Gomes de Brito me desculpe agora a impertinência da intervenção em assunto, que êle estudou tão maduramente, como é de seu uso fazer. Acostumado a trocar impressões verbais e a passar aprasiveis momentos no seu convívio, cultivando a sua conversação sempre douta, cometi agora a imprevidência de repetir o facto na praça publica, sem haver solicitado previamente a devida permissão. Foi o uso que se transformou em abuso, como tantas vezes succede na vida. Porêem, como o rei David, e para castigo do peccado cometido, exclamarei: *Peccavi*. Não merece castigo, creio, quem tão publicamente confessa a sua culpa.

GENERAL MORAES SARMENTO.

LIÇÕES DA GRANDE GUERRA

(Conclusão)

Organização dos planos da defesa

«A preparação da defesa deve ser levada tão longe quanto possível, diz a *Instruction de 1917*, visando esta prescrição principalmente à *preparação dos contra-ataques*, que, como vimos, podem ser classificados em *contra-ataques imediatos* a desencadear automaticamente, sem intervenção do comando, por unidades designadas dentro do regimento, ou sob a direcção dos comandantes da infantaria divisionaria,—e *em contra-ataques mais importantes*, concebidos e preparados antecipadamente, segundo as diversas eventualidades que podem produzir-se, mas que só devem desencadear-se com o acompanhamento da artilharia, mediante ordem do comando, à hora indicada.

«Mesmo contra-ataques de conjunto exigindo a intervenção de meios importantes, comportando acções de destruição e de acompanhamento pela artilharia ou carros de assalto, poderão ser desencadeados quasi tão rapidamente como contra-ataques imediatos», diz a *Instruction de 1917*.

Para a elaboração dos planos são dadas pelo Alto Comando as directivas visando:

A repartição geral das forças e meios afectadas a uma frente defensiva e seu emprêgo tanto no periodo da estabilização, como no de combates, definindo-se bem os objectivos successivos a atingir e a natureza dos transportes a adoptar, as organizações da retaguarda e a conduta a observar em caso do inimigo retroceder, não esquecendo a constituição de *reservas gerais* à disposição do Alto Comando.

Os comandantes de exército, de corpo de exército, de divisão de infantaria, de corpo de cavalaria e de divisão de cavalaria elaboram os planos segundo as directivas do Comando, cada um na parte que lhe diz respeito, sem entrar em detalhes, restringindo-se ao plano do escalão superior ou subordinado.

Estes *planos* que devem ser simples, concisos e não repetir as prescrições regulamentares, são preparados sob a forma de quadros, de esquemas e de *croquis*, constituindo a parte essencial dos arquivos do Comando local, dos quaes, não obstante os movimentos ou substituições de unidades, garantem a permanência, sendo entregues pelo E. M. das grandes unidades, como ordens ou instruções, ás unidades que temporariamente possam ocupar o sector defensivo respectivo.

Para êsse efeito em cada um dos sectores da frente (divisão de infantaria) é constituído uma *permanência de sector* para assegurar em todas as circunstâncias a transmissão das instruções (consignes) de arquivo e de material.

Officiaes adjuntos permanentemente ao E. M. do sector, especialmente encarregados das instruções (consignes) relativas a êsse sector, assim como officiaes e praças de engenharia, de artilharia, do serviço de saude e da Intendência fazem parte desta *permanência de sector*, que assegura a continuidade de vistas na execução do plano de defesa, cuja responsabilidade é do Comando.

Planos de defesa

No plano de defesa duma posição visando-se ao emprêgo racional dos meios imediatamente disponiveis para essa defesa, devem ser consideradas:

A situação geral da frente defensiva (informações geraes sôbre o inimigo);

A missão e sector da divisão de infantaria (ou da zona defensiva do corpo de exército, do exército);

As condições geraes da defesa, compreendendo a análise ou estudo do terreno, os ataques possiveis do inimigo, os contra-ataques possiveis, contra-ataques imediatos, contra-ataques de conjunto ou contra-ofensivas, comportando preparação de artilharia ou acompanhamento de carros de assalto, indicando quaes destas acções deverão ser estudadas e preparadas antecipadamente;

A definição ou delimitação das posições com o seu escalonamento em profundidade;

O plano de emprêgo do conjunto das tropas da defesa que se escalonam pela seguinte forma:

Tropas de guarda da primeira posição (linha de vigilância e paralela principal;

Tropas de apoio (paralela de apoio);

Tropas de reserva (paralelas dos redutos, *bretelles*, segunda posição, acampamentos ou acantonamentos;

Guarnições de segurança dos principaes centros de resistência de cada linha ou posição;

Delimitação do sector (ou da zona defensiva), dos *sub-sectores* de regimento de infantaria, ou dos *quarteis* de batalhão, havendo-os;

Efectivos de guarda, de apoio e de reserva;

Missões detalhadas das tropas que constituem cada um dos diversos escalões acima especificados.

Uma defesa bem preparada pressupõe ainda a elaboração dos seguintes planos:

Plano de emprêgo da artilharia;

Planos de execução das diversas especies de tiros desta arma;

Plano das providências especiaes a adoptar pela defesa contra os carros de assalto;

Plano do emprêgo da engenharia;

Plano de emprêgo da Aeronáutica;

Plano das ligações;

Plano de indagação e exploração das informações;

Plano das comunicações, reabastecimentos e evacuações;

Plano de organização e dos trabalhos;

Conduta a observar em caso de movimento retrogrado do inimigo;

Plano de reforço;

Plano de retirada de fôrças;

Plano de transporte.

O *plano de reforço* visa a preparar o reforço num minimo de tempo, com ordem e método, duma frente atacada de improviso, ou sobre a qual um ataque se considera iminente.

Êste reforço consiste em fazer guarnecer por uma unidade mais forte do que a normal uma zona ou sector, ou em fazer aumentar as proporções da artilharia e da aeronáutica.

Por exemplo, estabelecer um corpo de exército de 2, 3 ou 4 divisões de infantaria num sector destinado a uma só divisão de infantaria.

Desta forma um sector reforçado converter-se-á, geralmente, numa zona defensiva de corpo de exército, e um semi-sector tornar-se-á um sector.

As tropas de infantaria serão, para êste efeito, escalonadas em diversas posições ou locais, de forma a evitar a sua acumulação na linha avançada e a facilitar a *manobra de contra-ataque* ou de *contra-ofensiva*.

O *plano de retirada de forças* refere-se a uma operação inversa á do plano de reforço.

Retirando algumas tropas das zonas defensivas ou dos sectores defensivos constituem-se disponibilidades necessárias para tornar exequíveis os planos de reforço e as acções ofensivas sobre outros pontos da linha.

Assim uma zona defensiva da qual se retiram forças tornar-se-á muitas vezes em sector e um sector poderá converter-se num sub-sector.

O *plano de transporte* visa a fazer mover as disponibilidades para realizar o reforço da linha ou a retirar desta alguns núcleos de tropas para constituir novas disponibilidades à disposição do comando.

Desenvolvimento das acções defensivas

A segunda parte da *Instruction du 20 décembre de 1917* (defensiva) ocupa-se do desenvolvimento das acções defensivas, tratado em três capítulos, respectivamente intitulados: *Acções de destruição, acções defensivas com meios reduzidos durante os periodos de estabilização, acções defensivas com meios reforçados durante os periodos de combates.*

Nessa parte se estabelece como principio fundamental que as acções defensivas nunca devem constituir uma dispersão de esforços e de meios: *as concentrações são de todos os momentos e de todas as fases, porque elas realizam o maximo da potência defensiva.*

As acções defensivas são dirigidas pelo Comando em harmonia com seus planos, cujas previsões devem ser adaptadas em tempo oportuno ás diversas fases da batalha. Esta adaptação, se é relativamente facil durante os periodos de estabilização, oferece, ao contrario, grandes dificuldades nos periodos dos combates, em que será mister fazer face à situação criada

pelo adversário, restabelecer no mínimo de tempo o equilíbrio das forças a favor da defesa e impôr a sua vontade ao inimigo.

Procurar todos os indícios de que o adversário intenta atacar será o primeiro dever do Comando, a fim de providenciar sôbre os esforços necessários e sobre o emprêgo oportuno de outros meios de acção.

Acções de destruição

Nas acções defensivas visando à destruição das obras vivas do adversário, por toda a parte em que elas sejam vulneráveis, tomam principalmente parte a artilharia e a aviação e ainda a infantaria na medida dos seus meios, os gases toxicos, empregando-se eventualmente as minas, ao mesmo tempo que as defesas contra aeronaves procuram constantemente a destruição dos aeronaves inimigos.

A artilharia procura constantemente enfraquecer, desgastar o inimigo: por *destruições* (de baterias, de organizações defensivas e de pessoal) em que se emprega geralmente o tiro de precisão;

por tiros de *interdição*, de *represalias* e de *harcèlement*, visando estes ultimos o pessoal estacionado nas trincheiras, nos acampamentos, nos acantonamentos, nos locais de distribuição, etc., fatigando-o e enervando-o pela acção persistente desta especie de tiro.

Empregam-se *tiros de destruição diários e tiros de destruição por concentrações*.

Na execução dos primeiros tomam parte, na zona de acção que lhes é distribuída, a artilharia de campanha, a artilharia de trincheira e a artilharia pesada.

Para obter efeitos mais potentes sôbre um conjunto de baterias (ninhos de baterias), sôbre organizações defensivas resistentes ou extensas em superficie e sôbre importantes concentrações de tropas, executam-se *tiros de destruição por concentrações*, segundo as regras seguintes:

a) «Se a concentração se efectua sôbre uma zona, a cada bateria é indicado, no interior desta zona, um objectivo perfeitamente definido;

b) «O resultado duma concentração é tanto melhor quanto

a superfície do objectivo é mais reduzida, o numero das baterias maior e seus eixos de tiro convergentes;

c) «A regulação de pontaria a realizar varia segundo os objectivos a atingir: bastante larga contra acantonamentos, bivaques, colunas importantes; precisa contra baterias, trincheiras ou passagens estreitas;

d) «As baterias participando numa concentração executam geralmente os seus tiros de eficacia *simultaneamente*, a fim de realizar o *efeito de surpresa* e dar ao inimigo a *impressão de esmagamento*.

«Em certos casos, no entanto, contra objectivos imoveis, poderá fazer-se atirar successivamente as baterias para facilitar a verificação do tiro.

e) «A concentração é vantajosamente combinada com acções de infantaria. Para êste efeito, as tropas de infantaria são sempre prevenidas das concentrações previstas, para que elas possam tomar em tempo util as medidas de segurança necessárias e, se houver ensejo, preparar as suas patrulhas, reconhecimentos ou golpes de mão.»

Os tiros com obuses especiaes (toxicos, toxicos-lacrimogeneos) são empregados para obter a *neutralização* das baterias inimigas e para a interdição sôbre pontos de passagem favoraveis à sua acção.

Aviação

O seu papel reveste uma excepcional importância em todas as fases da batalha pela execução de missões offensivas.

«É independente das organizações defensivas e pode actuar offensivamente mesmo nas frentes defensivas.»

A sua acção exerce-se offensivamente visando quer à destruição da aeronáutica inimiga, quer ao bombardeamento dos pontos sensiveis do adversário, quer ainda intervindo na luta do campo de batalha e atacando com metralhadoras e bombas.

Infantaria

A acção da Infantaria exerce-se, como anteriormunte, pelo fogo e pelo movimento.

Os meios de acção pelo fogo aumentaram consideravelmente pela adopção de novos engenhos de guerra distribui-

dos às tropas desta arma, o que lhe permite obter efeitos de destruição e de desgastamento.

Além do tiro de espingarda visando as seteiras e os alvos isolados, a infantaria emprega o canhão ligeiro, de tiro tenso, para bater as blindagens e as canhoneiras das obras inimigas;—a espingarda metralhadora para executar *rajadas* sobre os objectivos fugitivos; a metralhadora para bater com tiros a grande distância as encruzilhadas, as pistas, os locais de formatura ou de distribuição, bivaques, acantonamentos e baterias; a granada, a granada de espingarda e os obuses ou morteiros ligeiros para bater com tiros mergulhantes o pessoal estacionado ou circulando nos postos avançados, nas paralelas e nas passagens estreitas.

Para escapar aos *tiros de represalia* do inimigo convem adoptar formações o menos densas possível nas trincheiras avançadas e exercer uma vigilância muito activa para surpreender o inimigo quando vai iniciar essa especie de fogo.

As acções da infantaria pelo movimento exercem-se lançando patrulhas, a favor da noute ou do nevoeiro, para surpreender e aprisionar patrulhas inimigas; realizando reconhecimentos nas mesmas condições de forma a penetrarem no dispositivo de vigilância adverso, e golpes de mão, tendentes a alcançar as trincheiras inimigas, fazendo prisioneiros.

Estas operações recomendáveis, especialmente, quando se pressente que o inimigo se prepara para atacar, elevam o moral das tropas e exaltam o seu espirito ofensivo.

A *Instrução de 1917* referindo-se a esta ultima operação distingue os golpes de mão de *vaivem* e os golpes de mão de *ocupação*.

Os primeiros visam especialmente a fazer prisioneiros para obter informações e verificar a ordem de batalha do inimigo; os ultimos tem por fim conquistar ao inimigo e conservar pontos importantes do terreno, especialmente observatórios. A habilidade manobradora da infantaria, a *surprêsa*; o em-prêgo judicioso da artilharia (e eventualmente o dos carros de assalto para abrir o caminho à infantaria) podem assegurar o êxito desta operação.

Defesa contra aeronaves

O material de defesa contra aeronaves procura exercer constantemente a sua acção de destruição dos aeronaves inimigos.

Durante o dia, os canhões de artilharia e as metralhadoras executam o tiro contra os aviões voando a grandes altitudes.

Os que vôm mais baixo são visados por metralhadoras adstritas a êsse serviço de defesa, por algumas baterias da artilharia de campanha e pelas metralhadoras e espingardas destinadas à defesa dos sectores.

Durante a noute, embora o fogo seja menos preciso exercerá sobre os aviadores inimigos um efeito moral importante.

Acções defensivas com meios reduzidos durante os periodos de estabilização

Durante os periodos de estabilização em que só se dispõe de meios reduzidos, as acções defensivas visam a realizar as *concentrações necessarias* para fazer frente a todas a tentativas do inimigo executando contra êle os fogos de *barragem* e de *contra-preparação*, terminados pelo movimento ofensivo em vigorosos contra-ataques.

Os ataques do inimigo podem ser:

1.º Golpes de mão (ou acções localizadas) visando só uma parte da frente a defender;

2.º Acções ofensivas mais ou menos intensas, visando o conjunto desta frente.

Acções defensivas contra os golpes de mão ou acções localizadas

Os golpes de mão do inimigo caracterizam-se sempre pelo desencadeamento dum ataque por surpresa, umas vezes sem preparação, outras vezes com preparação extremamente rápida, visando a fazer abrigar os defensores sob um verdadeiro furacão de projecteis de todos os calibres e abrir ao mesmo tempo as brechas necessárias por uma acção brutal de *lança*

minas, de minas ou de carros de assalto, a estorvar os movimentos dos apoios ou reservas e a resposta das baterias da defesa.

Os golpes de mão serão executados a coberto duma zona protegida pelas baterias de todos os calibres e pelas contra-baterias.

Por vezes, os golpes de mão serão executados sem nenhuma intervenção da artilharia, utilizando sómente o efeito da surpresa.

Contra estas operações, as acções defensivas da artilharia e da infantaria valerão especialmente pela *concentração*.

A concentração das vistas e a concentração dos fogos

São elementos essenciais para uma boa defesa.

Para responder a tempo ao ataque do inimigo é mister garantir uma boa organização tendente à indagação das informações e à concentração das vistas sôbre toda a acção inimiga prestes a desencadear-se, de forma que as tropas de *guarda* ou de *apoio* e as baterias sejam postas *em alerta* em tempo util.

A concentração das vistas será realizável se o local da posição defensiva houver sido bem escolhido e se os diferentes observatórios dos serviços de informação de infantaria e de artilharia dispuserem dum campo de vistas bastante extenso para que ao mesmo tempo que vigiam normalmente uma zona determinada, possam divisar eventualmente as manifestações da actividade inimiga nas zonas adjacentes.

O serviço de informações aéreas fornecerá os esclarecimentos respeitantes ao conjunto da frente.

Se o *álerta* não poder ser dado antes do ataque e, em todos os casos, no momento em que a infantaria inimiga avança ao ataque, os postos de vigia e observatórios lançam os sinais pedindo a execução do tiro de artilharia sôbre designado ponto.

Na *concentração dos fogos* a defesa conforme a natureza do *álerta*, actuará empregando quer a *contra-preparação* e a *barragem*, quer unicamente a *barragem*.

Nos periodos da estabilização a defesa pode exercer, *pela*

concentração de seus meios diante duma parte sómente da sua frente, acções de contra-preparação eficazes.

Estas acções são previstas e organizadas pelo plano de contra-preparação.

A concentração dos fogos de artilharia e de infantaria (compreendendo as metralhadoras e outros engenhos adstrictos a esta arma) executa-se sôbre a zona que se presume constituir a base de ataque do inimigo com tiros proprios a obter a destruição ou a neutralização das baterias adversas e a impedir ou tornar impraticáveis as vias de acesso à posição da defesa.

As concentrações de barragens executam-se segundo as previsões do respectivo plano ao sinal pedindo o tiro de artilharia.

Estas concentrações são principalmente executadas pela artilharia de campanha com *tiros de percussão e de tempos* de forma a originar uma densa cortina de fogos imediatamente adiante, mas tão perto quanto possivel das linhas defensivas.

A artilharia pesada curta, a artilharia de trincheira e a artilharia pesada comprida continuam os seus tiros sôbre os objectivos da contra-preparação.

O emprêgo dêstes diversos modelos de artilharia é muitas vezes reduzido nos periodos de estabilização, por serem limitadas as disponibilidades dêste material; mas, sejam quais forem as circunstâncias, o Comando deve pôr em acção todos os meios susceptiveis de assegurar a integridade da posição.

A barragem da artilharia de campanha deve satisfazer às condições seguintes:

Ser desencadeada instantâneamente, mercê do bom funcionamento das ligações estabelecidas entre os diversos elementos de observação e as baterias;

Ser aplicada tão perto quanto possivel das linhas de defesa de forma a interpôr-se entre essas linhas e a base de partida da infantaria inimiga;

Ser graduada segundo o terreno e as organizações inimigas, isto é compreender, por um lado, fogos assegurando a densidade minima à cortina estendida proximo das linhas de defesa (no máximo 200^m de frente por bateria), por outro lado, fogos de sobreposição aumentando esta densidade da cortina

e dirigidos mais longe, sôbre as proprias trincheiras do inimigo;

Ser executada com a maior rapidez possível.

A infantaria participa na execução da barragem pondo em acção todos os seus engenhos de fogos no momento em que a infantaria inimiga avança sôbre a posição.

Contra-ataques imediatos e convergentes

No plano de defesa regula-se a conduta a observar pelas tropas da guarda em presença dum golpe de mão inimigo; ora se prescreve a resistência nos pontos visados pelo adversário, ora se determina a evacuação prévia dessas frentes para criar o vácuo e evitar as perdas.

No entanto, o mesmo plano prevê, em todos os casos, os *contra-ataques imediatos e convergentes*.

Logo que o inimigo alcança as linhas da defesa, as tropas de apoio do quartel ou sub-sector visado (e, sendo possível, as dos quartéis e sub-sectores vizinhos) convergem para êle, limpando-o de inimigos pela execução dum *contra-ataque imediato*.

Se êste contra-ataque não é coroado de êxito, o comandante dêsse quartel ou sub-sector entra em ligação com o Comando dando indicações para que a preparação da artilharia principie imediatamente.

Depois da artilharia haver produzido o efeito preciso, é lançado outro contra-ataque pondo em acção as forças de apoio disponiveis no sub-sector ou no sector respectivo, para rechassarem definitivamente o inimigo da parte da posição por êle ocupada.

Acções defensivas com meios reduzidos contra os ataques visando uma grande frente

Se o ataque do inimigo, em lugar de visar um só ponto, tiver por objectivos dois ou mais pontos da linha defensiva, interessando uma maior frente dessa linha, um ou mais sectores, a defesa não pode realizar-se uniformemente em toda a frente, em vista dos meios reduzidos de que se dispõe.

É mister, pois, fazer concentrações de relativa densidade em volta de certos pontos de apoio, ou centros de resistência, atacados às vezes de surpresa ou após rápida preparação da artilharia.

Congregando aí suficientes meios de defesa, a resistência pôde manter-se às vezes com vantagens, quebrando o impeto do ataque, que depois mais facilmente repelirá.

A *Instruction de 1917* recomenda, pois, para estes casos a adopção da seguinte tática, tendendo:

1.º A quebrar o ataque num certo número de pontos bem escolhidos, em cada um dos quais a acção defensiva será conduzida conforme se preceitua para repelir os golpes de mão;

2.º A tirar todo o partido das divisorias do terreno e das *bretelles* (posições intermédias cortando em direcção mais ou menos obliqua a frente defensiva), para impedir o inimigo de desenvolver-se lateralmente ao primeiro sucesso e para lançar sem demora os contra-ataques de flanco.

As acções de artilharia e de infantaria serão limitadas à cobertura dos centros de resistência e o problema será resolvido como se se tratasse de repelir golpes de mão inimigos dirigidos simultâneamente a cada um destes pontos de apoio ou centros de resistência.

Acções defensivas com meios reforçados durante os periodos de combates

Nos ataques de grande envergadura, o inimigo procurará:

“Esmagar pelos seus fogos ou pelos seus carros de assalto a primeira posição;”

“Fazê-la submergir por um ataque em que se esforçará por surpreender a defesa pela escolha do momento de o desencadear;”

“Desenvolver o seu êxito em profundidade e lateralmente.”

O comando da defesa, em presença dos indícios de preparativos mais ou menos activos da parte do inimigo, aproveitará convenientemente o tempo para *passar do periodo de estabilização ao periodo de combates*, a fim de executar o plano de reforço.

Seja qual fôr o momento em que se desencadeia o ataque, o Comando dirigirá a defesa quer concentrando os primeiros

reforços nos pontos de apoio ou centros de resistência, como foi indicado para repelir os ataques visando uma grande frente, quer assegurando uma maior continuidade da defesa pelos fogos e empregando em mais larga escala os contra-ataques pelo choque, à proporção que os reforços se concentram nos pontos apropriados para a sua acção.

Em todos os casos deve manter-se sempre o escalonamento em profundidade dos meios defensivos com uma judiciousa distribuição pelas posições em *bretelle*; pois que, perante a brutalidade dos ataques com grande massa de fogos nenhum interesse deverá haver em densificar os elementos avançados de artilharia ou de infantaria.

Disposições da defesa durante a preparação do inimigõ

O Comando regulará a proporção das forças a empregar nas reacções (contra-ataques) a empreender, segundo a situação das proprias disponibilidades.

A artilharia respondendo ao tiro inimigo procurará alargar as suas destruições, aumentar os fogos de interdição e os tendentes a extenuar, a esgotar as forças do adversário, deprimindo-lhe a fôrça moral.

Activará os seus remuniamentos de forma a obter grandes *stocks* de munições na previsão de batalha proxima.

Reservará cuidadosamente dissimuladas no terreno algumas baterias de artilharia para desmascararem o seu fogo na conveniente oportunidade.

Providenciará de forma a elevar a dotação dos aparelhos de protecção contra os gases.

A artilharia pesada comprida e, sendo necessário, a artilharia pesada curta empreendem a *destruição* das *baterias* inimigas, adoptando as providências necessárias para no movimento do ataque poderem *neutralizar* estas baterias, procurando também obter a destruição dos *carros de assalto*.

A artilharia pesada curta e a artilharia de trincheira executam o tiro a *demolir* sobre as organizações defensivas do inimigo esforçando-se em subverter ou desorganizar a sua base de partida.

A artilharia de campanha fazendo um largo emprêgo do

tiro — de tempos — fustigará o inimigo nos seus locais de reunião, procurando embaraçar-lhe as vias de acesso.

Será auxiliada nesta missão pela artilharia pesada comprida.

O comando orientará estas acções de artilharia de forma a visar ora o conjunto da frente de preparativos de ataque do inimigo, ora só partes desta frente, sobre as quais serão realizadas concentrações tão poderosas quanto possível, constituindo neste ultimo caso uma *contra-preparação*.

A artilharia da defesa precisa precaver-se contra os tiros de destruição que naturalmente a visam, adoptando as disposições tendentes a diminuir a sua vulnerabilidade.

Pela deslocação para pontos de terreno menos batidos pelos fogos inimigos conseguirá subtrair-se aos efeitos desses fogos, sem deixar de desempenhar-se das suas multiplas missões.

*

*

*

A aeronáutica desenvolverá grande actividade procurando pela sua acção aggressiva estorvar o trabalho da aeronáutica inimiga e pelos seus bombardeamentos lançar a perturbação nos dispositivos de ataque adversos.

Os reconhecimentos deverão especialmente visar a descobrir os indícios de ataque immediato, que se revelam pela aparição dos aviões da infantaria adversa, movimentos de tropas, alongamento do tiro, nuvens de gases, etc.

Estes indícios serão logo participados ao Comando e à artilharia por meio dos sinais estabelecidos.

A aeronáutica, além destes serviços de informação, dará o seu concurso para a regulação e a observação dos tiros.

*

*

*

A infantaria conservar-se-á nos seus abrigos pronta a sair ao primeiro sinal.

Só os postos de escuta e vigia na linha de vigilância, na paralela principal e nos abrigos das outras linhas, estarão atentos prescrutando os indícios da aproximação ou do ataque do inimigo.

As tropas de guarda (linha de vigilância, na paralela principal) ficarão, em parte, incompletamente abrigadas e em parte a descoberto, procurando diminuir as suas perdas pela adopção de formações pouco densas.

Mas, sejam quais forem as suas perdas e sempre que o Comando não determine o contrário, estas tropas conservar-se-ão no seu posto, procurando por todos os meios garantir o emprêgo dos seus engenhos de fogos.

Fóra da rêde das suas trincheiras, poderão utilizar todos os pontos do terreno, os menos batidos pelos fogos do inimigo, aproveitando os ensejos favoraveis para lançar reconhecimentos nas trincheiras adversas, onde poderão instalar-se se o inimigo, por cautela, as abandona.

Durante a noute desenvolverão uma grande actividade para reagir contra a depressão moral ocasionada pelos bombardeamentos intensos e para articular as suas formações num terreno revolvido pelos projecteis inimigos.

As tropas de apoio e de reserva preparam-se para executar as suas missões de contra-ataque.

As reservas do corpo de exército serão escalonadas pelo Comando proximo das posições em *bretelle* e das 2.^a e 3.^a posições de maneira a poderem assegurar, em todas as eventualidades, primeiro a defesa destas posições, depois o servir-se delas como bases de reunião de tropas para a execução de contra-ataques parciais ou de contra-ataques de conjunto.

Em todos os escalões, os respectivos comandantes esforçar-se-ão em sustentar o moral das tropas e tomar decisões proprias do momento ou que a situação e as circunstâncias reclamem, procurando sempre assegurar as ligações com as unidades proximas, no que serão auxiliados pelos destacamentos de tropas de telegrafia.

*
* *
*

A engenharia contribuirá, em caso de necessidade, para a conclusão das organizações defensivas, assegurando com o auxilio de destacamentos de trabalhadores o bom estado das comunicações

Disposições da defesa durante o ataque

A *Instruction de 1917* prescreve que o Comando e as diferentes armas procedam tanto quanto possível em conformidade com as previsões dos planos de defesa e de reforço, devendo *todas as iniciativas ser postas em jogo para fazer face aos multiplos incidentes do combate.*

O Comando não pode deixar de prever *o jogo da defesa à retaguarda das zonas fortificadas*, pela utilização dos flanqueamentos, das vistas, das comunicações, das massas cobridoras e obstáculos naturais e considerar as condições em que se deverá executar o eventual movimento retrogrado do material e *impedimenta* de toda a ordem.

*

* *

Do fogo de contra-preparação que a artilharia executa, por vezes, nos periodos de estabilização, passa-se ao tiro de *barragem* quando os progressos do ataque aconselham a execução desta especie de tiro.

A *barragem* pode ser por *concentração*, se há demora na chegada dos reforços, e *contínua* se o plano de *barragem de reforço* fôr já exequível.

A artilharia de campanha pela execução do fogo constituirá, imediatamente na frente da linha defensiva, uma cortina de protecção que tiros de sobreposição intensificam e prolongam na direcção das trincheiras inimigas.

A artilharia pesada curta concentrará os seus tiros na base de partida do inimigo.

A artilharia pesada comprida procurará neutralizar as baterias contrarias, prosseguindo a sua acção de interdição nas vias de acesso.

Contra os carros de assalto que precedem o ataque, a artilharia de todos os calibres executará barragens procurando detê-los ou destrui-los.

Se o inimigo consegue progredir, a despeito dos contra-ataques da defesa, a artilharia executará tiros mais curtos para bater o terreno ocupado pelo atacante e, quando as circunstâncias o aconselham, retrocederá para posições escolhidas à retaguarda, onde previdentemente, se devem ter impro-

visado depositos de munições; mas o movimento retrogrado só deverá realizar-se quando se estiver suficientemente orientado da situação, reconhecendo-se que a infantaria difficilmente poderá manter-se protegendo na frente a artilharia.

Em ultimo recurso, quando os contra-ataques da infantaria não conseguem fazer desprender a tempo a artilharia das suas posições para ir ocupar outras à retaguarda, procurar-se-à inutilizar o material.

*

* *

A aeronáutica empregará todos os seus esforços para disputar ao inimigo o dominio do ar e entrar a sua acção.

A parte mais importante da sua missão consistirá:

1.º Em ficar constantemente em ligação com a primeira linha da defesa, da qual assinalará a situação e trasmitirá os pedidos;

2.º Em seguir os movimentos do inimigo indicando-os ao Comando para êste lhe poder *ripostar*.

A aeronáutica intervirá na luta por meio da metralhadora e das bombas.

*

* *

A infantaria resistindo pela massa dos seus fogos, procura manobrar em vista de chegar ao choque, que pode decidir da acção.

A defesa dos pontos de apoio será assegurada pelas tropas de guarda, não obstante as perdas que já tenham experimentado.

A posse do terreno será disputada até à ultima extremidade, mesmo pelos pequenos grupos de defensores, que criando centros de resistência quebrarão as vagas de assalto inimigas, dissociando as acções combinadas da infantaria e da artilharia inimigas, facilitando por esta forma o êxito dos contra-ataques.

A tropas de apoio manobrando para libertar da pressão inimiga os centros de resistência e os pontos de apoio executarão os ataques previstos actuando pelo fogo e sobretudo pelo choque.

Se, por efeito da luta, experimentam perdas sensiveis não podendo prosseguir o movimento de contra-ofensiva, proce-

dem como as tropas de guarda defendendo o terreno com pertinácia e decisão.

As tropas de reserva, se *à priori* recebem uma missão de contra-ataque, especialmente na defesa e correlativos contra-ataques das posições *en bretelle*, conduzir-se-ão como as tropas de apoio; fora dêste caso conservar-se-ão no local ou terreno que lhes houver sido designado, o qual desde principio organizarão defensivamente, executando as ordens emanadas do Comando em harmonia com o desenrolamento do combate, pois que, como diz a *Instruction* de 1917, *é essencial que estas reservas sejam conservadas disponíveis no ponto em que o Comando inicialmente as fez colocar.*

As mesmas disposições serão observadas pelas reservas de Corpo de exército e de exército.

Se o ataque inimigo é precedido ou acompanhado por carros de assalto, a infantaria tomal-os-á como primeiro objectivo dos seus canhões ligeiros de tiro tenso.

As metralhadoras não romperão o fogo antes do aparecimento da infantaria inimiga.

Sôbre o emprêgo das reservas gerais eis como se expressa a *Instruction* de 1917:

«As reservas geraes de todas as armas (Infantaria, Artelharia, Aeronautica, Artelharia de assalto, Cavalaria) serão accionadas pelo Alto Comando segundo as previsões das directivas de conjunto sôbre a preparação da defesa (zonas de contra-ataque e de contra-ofensiva) e segundo as circunstâncias do desenvolvimento da batalha.»

As reservas geraes podem ter necessidade:

«Ou de reunir-se, nas condições previstas, em posições ou em terreno determinado, e em seguida a empenhar-se em combate depois de ter havido tempo de, para isso, se prepararem metodicamente;

«Ou, — no caso em que o inimigo haja realizado uma rápida ruptura da frente fortificada — de entrar na batalha e de tomar contacto com o inimigo nas condições dum verdadeiro combate de encontro.

«Neste ultimo caso, a sua entrada em combate será regulada segundo os principios seguintes:

«Assentar o dispositivo de ataque (contra-ataque ou con-

tra-ofensiva) num judicioso aproveitamento das propriedades naturais do terreno na zona de partida do contra-ataque ou da contra-ofensiva;

“Visar objectivos successivos cuja ocupação permitirá melhorar as condições da observação e assegurar a *cobertura* dos desenvolvimentos *da artilharia*;

“Ter em consideração, na escolha destes objectivos, a vantagem que possa haver de, ao mesmo tempo que se fixa o inimigo na frente, ameaça-lo pelos seus flancos.

“Escalonar em profundidade e articular em largura as diversas armas em vista dos *esforços successivos* que poderão necessitar estas manobras.

“O conjunto destas medidas entra, aliás, no quadro geral das acções ofensivas.

“Se os contra-ataques imediatos e automáticos não impediram o inimigo de pôr pé na posição, o Comando aproveita as suspensões de combate para preparar o emprêgo das suas reservas em vista dos *contra-ataques de conjunto*.

“Estabelece os planos *d'engagement* sumários, conforme os princípios que regulam as acções ofensivas, mas *eliminando todos os detalhes que possam retardar a execução*.

“A reconstituição das tropas em ordem, a regularização do terreno, e, sendo preciso, os deslocamentos da artilharia, são executados sem demora.

“Para a organização destas operações, a iniciativa deve partir de baixo e ser tomada em principio pelos comandantes de divisão de infantaria.

“Os escalões superiores não interveem senão para coordenar as medidas adoptadas pelos escalões imediatamente subordinados (o corpo de exército para as divisões de infantaria, e o exército para os corpos de exército.)

“Neste caso, com efeito, importa *ripostar* antes que o inimigo se tenha instalado e organizado.

“É preciso prever.

“Mas sobretudo, sem perda de tempo, é indispensável agir.”

“Emquanto as iniciativas dos comandantes de divisão e dos corpos de exército se aplicam no restabelecimento imediato da situação com todos os meios disponiveis, o Comandante do exército lança as bases de *contra-ofensiva* e activa a entrada em linha dos meios necessários.”

*
* *
*

A importância técnica e o palpitante interesse, que desperta a nova doutrina contida nas Instruções francesas de 1917 sobre a acção ofensiva e defensiva das grandes unidades na batalha, levaram-nos a dar uma idea bastante desenvolvida dos actuais processos de ataque e de defesa que derivaram do ensinamento da Grande Guerra, os quais foram já consignados naqueles diplomas de que, em parte, fizemos a transcrição literal, que julgamos necessária para a completa ilucidação de tão interessante e momentoso assunto.

Poderíamos dar noticia mais ou menos desenvolvida das modificações que a experiência da última guerra fez introduzir nos processos de combate dos exercitos de outras nações beligerantes, mas isso alargaria, sobremaneira, os limites dêste trabalho sem vantagem de ponderação, pois que, salvo ligeiras diferenças de execucação, êsses processos se aproximam sensivelmente dos seguidos nos dois exercitos que, pela sua constituição orgânica, exuberância de material, excelência de quadros e espirito combativo das massas mobilizadas, *doublés* da larga envergadura do Comando, deram a nota predominante em todas as operações da grande guerra: a França e a Alemanha.

Foch, Gallieni, Pétain e Diaz, na *Entente*, Ludendorff, Mackansen, Hindemburgo e Falkenhayn, na coligação dos centrais, foram os grandes astros que irradiaram a mais intensa luz nessas scintilantes constelações de grandes chefes militares, que, como Joffre, Nivelle, Franchet-d'Esperey, Castelnau, Sarrail, Dubail, Langle de Cary, Lanresac e Maunoury, lord Haig, Broussilof, Granduque Nicolau, Von der Goltz, Von Bulow, Von Hausen, Von Kluck, Von Eichorn, Archiduke Frederico e outros muitos generais, se revelaram na última guerra, ilustrando com os seus feitos brilhantes a história militar da maior conflagração que, em todos os tempos, convulsionou o mundo inteiro.

ADRIANO BEÇA.

General

Crónica do exército espanhol

Escolas práticas das diferentes armas.—Como sempre, no exército espanhol cuida-se com grande esmero da instrução prática das armas e para isso destina-se todos os anos uma soma importante para as *escolas práticas das armas e curso de tiro* da artilharia de campanha. Para os exercicios das escolas práticas foi êste ano destinada a verba de 2.537:240 pesetas, sendo 1.004:000 pesetas para as escolas práticas de infantaria, 550.000 pesetas para as escolas de engenharia, 329.740 pesetas para os serviços de caminhos de ferro, 60.000 pesetas para o serviço de Intendência e 21.000 para o serviço de saude.

Para as escolas práticas da arma de artilharia foi destinada a verba de 310.000 pesetas, assim repartidas:

1. ^a região	— 43.444,46	pesetas ;
2. ^a "	— 43.222,23	"
3. ^a "	— 23.000	"
4. ^a "	— 22.666,69	"
5. ^a "	— 13.222,23	"
6. ^a "	— 64.500	"
7. ^a "	— 22.722,16	"
8. ^a	— 26.500	"
Baleares	— 18.000	"
Canarias	— 18.000	"
Africa	— 14.722,23	"

Aos regimentos de artilharia ligeira foram dadas verbas que variam de 7.000 a 11.000 pesetas; e aos regimentos de artilharia pesada, verbas variando de 2.000 a 7.000 pesetas. Nalguns regimentos fazem-se fogos reais; mas noutros, apenas tiro simulado. A artilharia ligeira emprega a granada ordinaria de 7,^{cm} 5 com a espoleta M/1911, que foi declarada regulamentar em 1918. Em seguida a estes exercicios são redigidas

«Memórias» sôbre os mesmos, que são enviadas ao Estado Maior Central, assim como as informações dos comandantes gerais de artilharia e dos generais de brigada que sigam estes exercicios. As escolas praticas foram realizadas em junho.

As *viagens dos quartéis generais*, para as quais se destinaram 71.000 pesetas, realizaram-se nas 3 divisões de cavalaria e nas 2.^a, 4.^a, 6.^a, 7.^a, 9.^a, 11.^a, 12.^a e 16.^a divisões mixtas. Os exercicios da 2.^a divisão mixta teem lugar nas proximidades de Badajoz. Na *arma de cavalaria* os exercicios teem lugar em 3 divisões. Os da 1.^a divisão de cavalaria realizam-se na zona Avila-Piedrahita-Béjar, constituído-se uma brigada apenas.

Os da 2.^a divisão de cavalaria realizam-se proximo da fronteira francesa e neles tomam parte 2 brigadas; nos da 3.^a divisão organiza-se também só uma brigada. A estes exercicios são destinadas 262.500 pesetas. A 14 regimentos são destinadas 8.000 pesetas a cada um; a 6, 7.000 a cada um; a 7, 5.500 a cada um; á 2.^a divisão 30.000; ás brigadas da 1.^a e 3.^a D. C., 17.000 a cada.

As escolas práticas da Intendência teem lugar nas 5.^a e 8.^a comandâncias, Baleares e Canarias. O tema versa sôbre o funcionamento do serviço de abastecimento de uma divisão.

Na *viagem do E. Maior* tomam parte 42 oficiais das diferentes armas e serviços, sendo do estado maior, 4 tenentes-coroneis, 6 majores e 4 capitães.

Esta viagem dura 22 dias, (6 a 28 de junho) e tem lugar na região formada pelas bacias dos rios Muga, Fluviá, Ter, Alto Llobregat e região de Puigcerdá, assumindo uma certa importância.

A viagem é iniciada a partir de Gransellers. Para ela são destinadas 28.000 pesetas.

Nas escolas praticas tomam parte um grande numero de unidades:

101 unidades e 42 comandos superiores nas de infantaria; 20 unidades, nas de engenharia; 45, nas de artilharia; 30 unidades e 3 comandos superiores nas de cavalaria; 12, nas do serviço de saude.

Nestes exercicios tomam parte os recrutas do presente

ano, as praças na 1.^a situação do activo, sendo chamadas as que estiverem licenciadas.

Das 1.004.000 pesetas para as escolas práticas da arma de infantaria foram destinadas 756.000 para os 63 regimentos divisionarios; 14.000 para o regimento n.º 63; 22.000 para os regimentos n.ºs 61 e 62; 50.000 para os regimentos n.ºs 64, 65, 66, 67 e 70; 64.000 para as 32 brigadas orgânicas; 8.000 para as 8 capitánias gerais; 26.000 para as batalhões de caçadores n.ºs 3, 13, 14 e 16; etc. As escolas práticas de infantaria devem realizar-se em setembro ou outubro. As tropas, em regra, acantonam, devendo porem bivacar, pelo menos, uma noite.

A duração destes exercicios será de uns 10 dias.

Os regimentos de infantaria devem levar um efectivo correspondente a um batalhão no pé de guerra, além da companhia de metralhadoras e da secção de operarios e explosivos. Além dos officiaes correspondentes aos quadros orgânicos, assistirão o maior número possível de officiaes da arma e um general de brigada e 2 officiaes superiores de artilharia de cada região. Os temas tacticos que se tenham de formular serão simples, de character ofensivo, mas devendo-se também proceder ao estudo de uma posição, que deverá ser organizada defensivamente.

Das 550.000 pesetas para as escolas práticas das tropas de engenharia foram destinadas 32.250 para o regimento n.º 1 de sapadores-mineiros; 22.500 para cada um dos regimentos n.ºs 2, 3, 4 e 5; 20.000 para o n.º 6; 30.000 para o regimento de telegrafos; 20.000 para o de pontoneiros, 30.000 para os serviços de aerostação; 25.000 para o batalhão de T. S. F. de campanha; 7.500 para a companhia de projectores; 25.000 para o Centro Electro-técnico e de Comunicações; 150.000 para o periodo dos exercicios de conjunto; 7.500 para a brigada topográfica de engenheiros; etc. Estes exercicios são o complemento da escola pratica preparatória para officiaes e chefes.

Os exercicios nas diferentes especialidades são sempre subordinados a hipóteses tácticas.

O serviço de aerostação realiza os seus exercicios nos meses de julho e agosto para depois poder tomar parte nos exercicios de conjunto, que se realizam em outubro, e que

teem lugar na praça de Gerona e seus arredores. Nestes exercicios deverá ser experimentado o *telecomutador* do major D. Ubaldo Martinez de Setién.

Terminados os exercicios, serão redigidas as necessarias «Memórias», que serão acompanhadas da critica dos respectivos comandantes gerais de engenheiros, sendo tudo enviado ao Estado Maior Central.

Das 60.000 pesetas para as escolas práticas de *intendência* foram destinadas 24.000 para a 5.^a comandância, 22.000 para a 8.^a, 1.750 para cada uma das secções mixtas de Maiorca e Tenerife e 3.500 para cada uma das comandâncias das 1.^a, 2.^a e 6.^a regiões.

Na 5.^a e 8.^a comandâncias os exercicios são subordinados a um tema, de modo que se execute o serviço de subsistências de uma divisão, marchando pela via ordinaria, e dispondo de uma estação origem da linha de ataques.

Os exercicios na 5.^a e 8.^a comandâncias duram, pelo menos, 15 dias e realizam-se em setembro.

Os intendentés da 1.^a, 2.^a e 6.^a regiões procedem ao estudo dos recursos que se poderiam reunir na ocasião em que se realizam estes exercicios.

Os intendentés da 5.^a e 8.^a regiões procedem como se fossem intendentés de corpo de exército, dando as ordens necessarias, que servirão de base para a redacção das ordens dos intendentés da respectiva divisão orgânica.

— Para os exercicios e viagens dos alunos da escola superior de guerra (144 alunos) foram destinadas 47.495 pesetas.

— Para os trabalhos prácticos das diferentes academias militares (com exclusão da E. S. G.) foram destinadas 227.642 pesetas.

— Os exercicios da *academia de infantaria* (1.118 alunos) tiveram lugar em maio no acampamento dos Alijares.

Os alunos constituíram um regimento com 2 batalhões. As companhias eram a 3 secções (pelotões), tendo cada secção 3 grupos e cada um destes 2 esquadras, sendo uma de fuzileiros e outra de granadeiros.

Cada batalhão tinha uma companhia de metralhadoras.

No 1.^o dia teve lugar um exercicio de marcha, marchando os batalhões isolados, desempenhando cada um dêles a sua

missão táctica, indo estabelecer-se 5 km. ao N. de Toledo. No 2.º dia as companhias concentraram-se em Tobisa. No 3.º dia foram até Azucaica. No 4.º dia reuniram os batalhões e o regimento marchou sobre o Arroyo de Guajaraz. Os 5.º, 6.º e 7.º dias foram consagrados a trabalhos de fortificação, estabelecimento de comunicações telegráficas, serviço de segurança em estação e exercicios de combate.

—No 8.º dia (domingo) teve lugar uma missa campal.

Nos 4 dias imediatos realizaram-se vários exercicios tácticos, sendo empregadas granadas fumigineas, para servir de cobertura ás tropas que avançavam.

No último dia executaram-se vários exercicios de marcha, estudando-se os melhores dispositivos e formações para evitar os reconhecimentos aéreos do inimigo. Efectuou-se também uma marcha nocturna.

No dia 14 os alunos retiraram para Toledo.

Para estes exercicios foram destinadas 108.183 pesetas.

—Os alunos da *academia de cavalaria* (147 alunos) realizaram exercicios de segurança e de exploração; exercicios de fogo com carabina e metralhadoras; ataque e defesa de comboios; protecção de linhas ferreas e sua destruição com explosivos; levantamentos topográficos. Também constituíram um destacamento de exploração de uma hipotética brigada de cavalaria, entre Valadolid, o Douro e o Cega, que durou 2 dias.

Foram empregados os modernos serviços de ligação.

Para estes exercicios tinham sido destinadas 12.526 pesetas.

— Com os exercicios e visitas a alunos (564) da *academia de artilharia* gastaram-se 61.336 pesetas.

— Com os alunos (230) da *academia de engenharia* gastaram-se 26.425 pesetas.

Com os da *academia de intendência* (153 alunos) gastaram-se 17.962 pesetas.

Com os trabalhos de aplicação dos 22 alunos da *academia de serviço de saude* dispenderam-se 1.170 pesetas.

— Na *escola central de tiro* realizaram-se este ano 3 cursos de tiro. O 1.º, chamado de *aplicação*, foi destinado aos subalternos e capitães, e teve lugar de 19 de junho a 14 de julho; o 2.º, chamado de *informação*, foi destinado aos oficiais

superiores e durou 16 dias; o 3.º, chamado de *instrução*, durou 23 dias úteis, de 17 de julho a 12 de agosto. Êste último curso foi especialmente destinado aos subalternos da *escala de reserva* (E. R.) da arma de cavalaria.

Aos cursos de tiro foram consagradas 464.000 pesetas, o que friza bem a importância dada a estes exercicios. A parte mais importante foram os exercicios de artilharia de campanha, que tiveram lugar a 40 km. ao N. de Barcelona, entre Manresa, Vich, S. Felin de Cadinás e Puig Rodas.

Para a observação do tiro foram destinados 3 aviões e 1 balão cativo. Empregaram-se granadas com balas, granadas explosivas, granadas carregadas com gases e granadas de fumo. Ao todo o municiamento foi de 3.700 granadas.

— Foram ainda destinadas 100.000 pesetas para os cursos físicos e de ginastica regionais, a que se deu grande importância, e a que se seguiram depois os concursos.

Em cada uma das 8 regiões da Península, Baleares e Canarias realizaram-se exercicios de armas combinadas — *columnas mixtas* —, sendo cada uma constituída por um batalhão de infantaria, 1 esquadrão de cavalaria, 1 grupo de 3 baterias de artilharia montada, e respectivos serviços, indo todas as unidades com o seu pessoal e material de mobilização. Para estes exercicios foram destinadas 300.000 pesetas.

Concursos.— Para premios e outras despesas com os concursos de ginastica e outros desportos, tendentes a desenvolver o vigor físico no exército concedeu o ministro da guerra espanhol a importância de 66.000 pesetas, sendo distribuidas pelas diferentes regiões militares cabendo 7.000 a cada uma das 1.ª, 2.ª e 3.ª; 6.000 a cada uma das 5.ª e 8.ª; 9.000 a cada uma das 4.ª e 6.ª; 5.000 á 7.ª; 3.000 ás Baleares, 2.000 ás Canarias e 5.000 para a *escola central de ginastica*.

Como vemos, o governo espanhol presta uma grande atenção ao desenvolvimento do desporte, como meio de avigorar a raça e desenvolver o gosto por estes exercicios nos diversos corpos do exército.

Foi também aberto concurso para a admissão na *Escola automobilista* (que está a cargo da arma de artilharia) de 185 praças, devendo ser 80 para automobilistas (cabos e soldados)

das armas de infantaria, cavalaria e artilharia; 75, para a intendência; 30 para os serviços sanitarios.

Os candidatos á admissão devem pertencer ao ultimo contingente incorporado; terem bom comportamento; robustez e aptidão fisica para o serviço automobilista, qualidades que devem ser apreciadas por um médico, que verificará se os candidatos tem a visão normal nos dois olhos, sem miopia ou daltonismo, e se tem bem equilibrado o sistema nervoso.

O praso do concurso é de 30 dias, no fim dos quaes se procede á classificação dos candidatos. Os que forem admitidos ficam adidos á 1.^a secção da Escola Central de Tiro, onde tem alojamento.

Terminado o curso, os alunos aprovados vão prestar serviço nas diferentes unidades e estabelecimentos.

E' para notar que o serviço da instrução automobilista em Espanha está confiado á arma de artilharia e não á de engenharia.

A permanência dos officiais em Africa.— Alterando o decreto de abril de 1914, foi agora publicado um outro (Junho 1921) regulando a permanência dos officiais destinados a prestar serviço nas possessões de Africa e no Protectorado de Marrocos.

Em regra, o preenchimento das vacaturas nos quadros das unidades e serviços é feito por meio de officiais voluntarios, que assim requeiram, sendo preferidos os mais antigos. No caso de não haver voluntarios, a nomeação é feita entre os officiais mais modernos da sua classe,

A permanência minima é de 2 anos.

Quando um official que lhe pertença por escala ir prestar serviço em Africa, esteja desempenhando um cargo que, por sua natureza o dispense de ir cumprir êsse serviço, será nomeado para o substituir o imediato na escala. São numerosos os casos de excepção, que dão lugar á dispensa.

Taes são os cargos de senador e deputado ás Côrtes; os adidos militares no estrangeiro; os governadores civis; os alunos da Escola Superior de Guerra; os que estejam na inactividade por motivo de doença ou por estarem sujeitos a processo; os supranumerários sem soldo; e os que já ali

tenham servido no mesmo posto, ou no anterior, pelo tempo minimo exigido.

Os officiaes exceptuados, logo que termina o motivo da excepção, vão preencher a primeira vacatura que se dê.

As vacaturas de comandantes dos corpos e outros altos cargos de confiança são porêm da exclusiva escolha e nomeação do ministro da guerra.

Ha ainda outros cargos, cujo preenchimento é feito mediante proposta do Alto Comissário; e ainda os da Comissão Geográfica de Marrocos, que serão preenchidos por meio de concurso.

Nenhum official que esteja desempenhando um cargo em Africa poderá pedir para passar á inactividade ou á situação de licença ilimitada, antes de ter cumprido um ano de serviço, não podendo desempenhar cargo activo na Peninsula sem primeiro ter ido completar em Africa os 2 anos de serviço. Só se exceptuam desta clausula os officiaes que sejam obrigados a regressar á Peninsula em virtude de ferimentos graves recebidos em campanha.

O official que estando a desempenhar as funções de um posto, seja promovido ao posto immediato, deverá cumprir o tempo que lhe falta no novo posto, no caso de haver vacatura; mas não a havendo, considera-se como desobrigado de maior permanência, se por ventura já tiver servido, pelo menos, 6 meses. Outras determinações contem o mesmo decreto, que julgamos desnecessario pormenorizar.

V. C.

A História e a Geografia militares

NA

nossa Escola Militar

Não precisamos de encarecer a importância capital que o estudo da História e Geografia Militares tem nos Institutos consagrados á educação dos nossos officiaes.

A sciência da guerra é — está repetido á sociedade — uma sciência aplicada e experimental. A experiência militar adquire-se no conhecimento das campanhas dos grandes capitães,

Napoleão I, que as conhecia como ninguem, julgava-as

suficientes, não para conferir o genio a quem o não tem, mas para robustecer e firmar a educação do homem de guerra verdadeiramente digno dêste nome.

Entre as condições permanentes que figuram como elementos essenciais no desenvolvimento das operações militares, devem considerar-se, em primeira linha, os factores geográficos e os grandes principios pelos quais se orientaram todos os capitães célebres, desde Alexandre, Anibal, César até Gustavo Adolfo, Turenne, o príncipe Eugenio, Frederico o Grande, Napoleão I, Hindenburgo e Foch.

Ora aquelas condições e êstes principios coordenam-se num todo scientifico e sistemático, graças á História militar que os põe em relêvo, e regista todos os elementos ministrados pela experiência.

Por outro lado, os maiores mestres da Estratégia moderna não se cansam de acentuar os laços profundos, que unem na guerra as considerações técnicas e os dados da política.

Daqui vem a indiscutível importância que nas Escolas militares tende a assumir o estudo da História geral.

E', com efeito, impossivel penetrar perfeitamente na intelligência das grandes guerras, sem conhecer os factores politicos, que constituem, por assim dizer, os bastidores da acção militar.

Estas considerações bastarão, cremos, para justificar a inserção na nossa Revista do tema de coordenação histórica, distribuido aos alunos dos cursos especiais, durante o ano lectivo de 1920-1921, pelo nosso illustre colaborador o tenente coronel do Corpo do Estado Maior, Mário de Campos, professor da Escola Militar.

Tema de coordenação e redacção

Portugal nas guerras europeias

Quadro esquemático

- I — Coligação peninsular contra os arabes: *Navas de Tolosa e Salado.*
- II — *Guerra dos cem anos*: a influencia francesa e a inglesa tentam estabelecer-se na Peninsula — *Du Guesclin e o Principe Negro.*

- III — Duelo entre a casa de Austria e a casa de França.
- a) A Inglaterra contra Filipe II. — A *Invencível Armada*.
 - b) A Inglaterra e a França contra a casa de Austria: a *restauração de Portugal* e a *guerra da independência*.
 - c) *Guerra da sucessão de Espanha* — As duas candidaturas. Flutuações da nossa intervenção: sempre ao lado da Inglaterra.
- IV — *A guerra dos sete anos*: a ultima fase (o *pacto de família*). A invasão espanhola de 1762. O conde de Lippe e a nossa reorganização militar.
- V — *Revolução e Imperio*:
- a) *A campanha do Roussillon*. A paz separada franco-espanhola (1795).
 - b) Prolongação do estado de guerra luso-francês. Política venal do Directorio. A invasão franco-espanhola de 1801 — *Olivença*.
 - c) *O bloqueio continental* e as *invasões francesas*. O *Congresso de Vienna* (1815).
- VI — A guerra da Crimeia: o alvitre da nossa intervenção é a defesa da neutralidade portuguesa pelo conde de Lavradio, nosso ministro em Londres.
- VII — *A guerra franco-prussiana de 1870*: a França faculta á Espanha a invasão de Portugal mediante um auxilio espanhol de 80.000 homens (a missão do conde de Kératry).
- VIII — A Grande Guerra (1914-1918): como fomos para a guerra, como fizemos a guerra, o que auferimos da guerra.

N. B. — Não se inclue neste quadro a colaboração portuguesa na *guerra dos trinta anos*, porque, de 1618 a 1640, Portugal deixou de ter existência propria, sendo uma provincia de Espanha, cabendo o relato daquela cooperação á história dêste país.

(a) MÁRIO DE CAMPOS.

Tenente coronel.

O desastre do exército espanhol em Marrocos

I

O formidável desastre que acaba de sofrer o exército espanhol em Marrocos não constitue uma surpresa. Já nos primeiros dias de junho se manifestaram as hostilidades dos mouros e tivera lugar a defeção de uma *harka*.

No dia 1 de julho uma coluna de forças Regulares e Policia indigena, sob as ordens do major Villar e auxiliada por uma *harka*, considerada amiga, partira do Annal a ocupar a posição de Abaran, situada na costa, num contraforte da cordilheira de kilates.

Esta posição, que apenas distava 7 quilómetros das posições mais avançadas, até então ocupadas, ficou na posse dos espanhóis, e foi guarnecida por forças regulares, sob o comando do capitão Salafranca, e por forças de Policia, comandadas pelo capitão Huelva, tendo ainda uma bateria de artilharia, comandada pelo tenente Fromesta. Estabeleceu-se um *posto óptico* para fazer a ligação com as forças á retaguarda.

Ocupada a posição sem resistência, o grosso das forças retirou-se, ficando porêem nas proximidades a *harka* amiga.

Mas nessa mesma noite esta *harka* em cooperação com outra mais numerosa, formada por contingentes de Beni-Urriaguel, de Teusaman e de Bocoia, e sob o comando de Sidi-abd-el-Krin, atacou de improviso a guarnição de Abaran (200 indígenas e 25 europeus). O capitão Huelva caiu varado por uma bala e o capitão Salafranca também sucumbiu a graves ferimentos. Só o tenente de artilharia Fromesta resistiu por mais tempo, até que por fim, já sem munições, pôde ainda, antes de ser morto, inutilizar as suas peças. Dois outros tenentes (Reis e Camino) das tropas regulares, e o alferes Fernandes, da Policia, foram também mortos. Restava só um oficial indigena, que se suicidou, para não cair nas mãos dos mouros, que o trucidariam cruelmente, por ser um mouro ao serviço dos cristãos. Senhores de Abaran, os mouros atacaram na madrugada do dia 2 a posição de Sidi Dris, guarnecida por uma companhia de infantaria, algumas forças regulares

e uma bateria, tudo sob o comando do major Benitez. O ataque foi violento, mas a resistência tenaz. A canhoneira "Laya" bombardeou a posição dos kabilenos e desembarcou uma pequena força com 2 metralhadoras, sob o comando do alferes de navio Pérez de Gusmán, ao passo que o alferes de navio Lazaga (agora morto pelos ferimentos recebidos) vinha estabelecer um posto de ligação com a canhoneira.

Uma esquadrilha de aviões, vinda de Zeluán, bombardeou também as forças inimigas.

O major Benitez foi gravemente ferido, assim como o tenente Galán, que comandava a artilharia. O combate prolongou-se até á noite; e, na manhã de 3, renovou-se com não menor intensidade.

Como, porém, se aproximassem reforços espanhois, os kabilenos retiraram.

Nos dias seguintes os hespanhois ocuparam com pouca resistência as posições de Tabitti (na esquerda do rio Salah), Kudia, Gueriben e outras.

No dia 16 as forças do capitão Salto, efectuando um reconhecimento, foram atacadas nas proximidades de Dar-Buy-meyan.

Uma coluna, sob o comando do tenente-coronel Nunes, correu do Annal, em socorro do capitão Salto, conseguindo repelir os mouros.

Como vemos, o movimento insurreccional prégado por Sidi-abd-el-krin, que tem incitado as kabilas á guerra santa, já se manifestava em principios de junho, e já era manifesto que não se podia ter confiança nas harkas, que se diziam amigas.

— Emquanto isto se passava na *região oriental*, também na *região ocidental* se passavam casos identicos, mas não de tão graves conseqüências.

No dia 20 de junho houve já da parte dos kabilenos um ataque á posição de Tafesa.

— O general Sanjurjo preparou uma grande ofensiva e para isso se concentraram previamente as forças de Larache, Ceuta e Tetuão respectivamente em Sidi-Aomar, Aruta e Zoco-el-Arbaa de Beni-Hassan.

Na manhã de 26 o general Sanjurjo iniciou o movimento ofensivo do Zoco el Arbaa fraccionando as forças em 3 colunas: a da *direita*, sob o comando do coronel Saliquet, era constituída pela harka do caíd Jasid-ben-Kisola, pela *"mia"* de

Andyera, 2 companhias de Regulares de Tetuão com 2 secções de metralhadoras, uma companhia do Terço de estrangeiros, a companhia de metralhadoras do batalhão de caçadores de Talavera, 2 batarias de montanha, 2 companhias de engenharia, uma secção do parque movel de montanha e os serviços de saude e de intendência; a coluna da *esquerda*, sob o comando do tenente coronel Gonzalez Tablas, era constituída por um *tabor* de Regulares de Ceuta, um esquadrão com metralhadoras, 2 companhias do Terço de estrangeiros, as metralhadoras do regimento Serrallo, 2 companhias de caçadores, 2 batarias de montanha e os correspondentes serviços; a do *centro*, como apoio, vinha mais á retaguarda, sob o comando do tenente-coronel Ruiz Fornells, formada por uma parte da Mehalla xerifiana, 4 companhias de caçadores de Madrid, 3 companhias de caçadores de Barbastro e metralhadoras, 2 batarias de montanha e respectivos serviços. A coluna da direita, tendo como guarda avançada as tropas indigenas, subiu pelo vale de Alkiren e foi ocupar as alturas de Sidi-el-Hach Muyaheidin. A coluna da esquerda, com a qual ia o general Sanjurjo, levava também como guarda avançada as tropas indigenas.

Esta coluna, repelindo o inimigo, esboçou um movimento envolvente, que levou o inimigo a retirar-se, ocupando os espanhois as encostas de Dahar e Bu-Mernis.

As duas colunas estabeleceram a sua ligação e avançaram então até ás alturas de Jebel Bu-Mexbar, que foram fortificadas e aprovisionadas. Nestas operações cooperaram, fazendo uma demonstração, as harkas amigas de Beni-Ider, Wa-Ras, e Hauz, sob o comando do coronel Cogolludo.

Segundo o costume dos espanhois, nestas posições ficou só uma guarnição, e o grosso das forças retiraram para o Zoco-el-Arbaa.

No dia 27 as forças do general Sanjurjo executaram outro movimento ofensivo, entre os rios Kerikara e Amegaret, indo guarnecer as posições de Dakar, Saff e Cudia Rodi.

No dia 29 novas operações se realizaram, conseguindo os espanhois ocupar as posições de Dahar-el-Hach, Buhorrak.

Nestas diversas operações os espanhois perderam varios officiaes e os mouros tiveram também numerosas baixas, sendo a mais notavel a do chefe Ben-Hacen.

A ocupação destas varias posições permitiam assegurar a posse da linha Tetuão-Xauen, e ameaçar de um envolvimento os partidarios do Raisuni, que se mantinha no seu reduto montanhoso de Jebel-Alans.

Varios kabilas (Beni-Aros, Beni-Ider, Beni-Raten e Beni-Lait) estavam assim ameaçadas de entrar na esfera de acção dos espanhois, e por isso era de presumir que se preparassem para uma grande resistênciã, tendo a anima-los Sidi-abd-el-Krin, o grande agitador, que bem conhecia o terreno em que operava e toda a tática dos espanhois, conservando as mais estreitas relações com as harkas que se diziam amigas daquelles. O armamento fôra-lhes dado pelos alemães, a quem os espanhois o tinham vendido durante a guerra mundial para hostilizarem os franceses. A guerra de guerrilhas, o acidentado do terreno, e eximios atiradores, como são os mouros, tornam estes uns terriveis adversários.

C.

Nova Cooperativa Militar em Espanha

Um belo exemplo a seguir

O *Memorial de Infantaria*, da nossa vizinha Espanha, publicou ultimamente o projecto duma Cooperativa Militar, tendo por objectivo a construção de casas de habitação para o exército.

Nunca como hoje as cooperativas militares tiveram tanta importância para nós. A situação agora dos officiaes e graduados é verdadeiramente deprimente se a compararmos com a das mais classes da sociedade. Os officiaes então, não podêndo manter-se com aquele prestigio que a sua particular posição lhes impõe, e de que os não dispensa a mais avançada democratização, vergam sob o peso de verdadeiras necessidades. As classes de representação a mais livre, usufruem actualmente vencimentos superiores aos officiaes de maior patente, tendo-se assim criado aos officiaes duresas de vida, que é impossivel domar, a não ser á custa da já parca alimentação. Dar-se-lhes maior soldo ainda, parece-nos remedio ineficaz, além de constituir um insuportavel encargo para o

Estado, porque as outras classes reclamariam logo também aumento nos seus salarios e o desequilibrio continuaria a manter-se. O vendedor nunca deixará de aumentar o preço da sua mercadoria, emquanto houver comprador com as mãos cheias de dinheiro, embora seja em papel ou precisamente por isso mesmo. Ninguem desconhece, que quanto mais dinheiro se entregar ao consumidor, mais o consumo sobe de preço.

O remedio, pois, para acudir á situação tem de ser de outra natureza. De facto, emquanto a situação geral, tão profundamente alterada com a guerra, se não normalizar, alcançando-se uma produção que corresponda ao consumo e provoque uma baixa no seu custo ao produtor, as medidas a adoptar terão de ser de ordem bem diversa daquelas a que, no tumulto de ocasião, se tem recorrido, aumentando os vencimentos individuais. Temos que nos compenetrar desta verdade, que é iniludível, levando cada um, no seu proprio interesse, a ceder dos ganhos e a trabalhar mais. Mas o egoismo reinante é muito e só por meios radicais se obrigará a entidade-explorador a reduzir a medida sem limites das suas ambições. Um dos meios preconizados para soffrear as ambições do explorador é o Cooperativismo. As cooperativas, porém, não estão ainda entre nós na fase de verdadeira preponderância, porque soffrem de diferentes vicios muito nossos, entre êles o da disseminação; e por consequência fraquejam ante o alto commercio, o colosso capitalista. O cooperativismo só vencerá quando for suficientemente forte para viver por si só, quando se constituir independente pela possibilidade da aquisição directa na origem dos diversos productos e até mesmo pela faculdade da produção, isto é, quando êle proprio produza. Cabe nesta ordem de ideas a cooperativa que se projectou no reino vizinho. Essa cooperativa destina-se a erguer moradias, que virão a ser propriedade dos seus socios. Conseguido isto o proprietario-explorador de hoje estará vencido.

O mesmo resultado se alcançaria se as cooperativas adquirissem na origem trigo e fabricassem pão, e da mesma maneira os productos quimicos, os lanificios, os legumes, o vinho, o azeite, o peixe, a carne, os lacticinios, tudo emfim que é necessario á vida, não cada cooperativa isoladamente, mas a federação de todas, para depois distribuir por cada uma.

Seria um organismo colossal, mas que cabe muito bem nas forças do homem, e para o qual não julgamos um impossível o capital preciso, muito fácil de garantir quando os socios sejam funcionarios publicos, civis ou militares.

A questão das moradias é actualmente uma das mais capitais, pelo que vemos, em diversos países. Portugal não se esquivava a êsse tormento. A cooperativa que vai criar-se em Espanha interessa-nos pois bastante, como exemplo a considerar.

Apresentando o projecto dessa cooperativa, diz a revista que citamos:

«A idea de associar-se para os fins da vida, é inacta no homem, e nos tempos actuais sente-se a necessidade de satisfazer a êste sentimento instintivo, com a força enorme que as circunstâncias do momento impõem aos povos e a todas as colectividades.

Contar no momento com habitação decente e economica, e ter amanhã a propriedade de um lar, que satisfaça as modestas necessidades dos que constituem a familia militar: é ao que nos propomos e o que conseguiremos pela associação legal de todos os que pertencendo á colectividade queiram possuir casa sua».

Segundo a mesma Revista, nasceu na guarnição de Barcelona a idea por todos e em toda a parte sentida; e para alcançar a sua realização, obtida a autorização superior, se elegeu uma comissão constituída por representantes de todas as armas, corpos, institutos e dependências militares. Encetados os trabalhos com o apoio do capitão general da Região e Governador militar da provincia, a comissão, presidida por esta autoridade, resolveu que uma delegação sua fosse a Madrid expor a idea ao Ministro da Guerra e solicitar uma audiência de El-Rei, a fim de também obter do Monarca o seu apoio.

Foi completa a aceitação que a comissão alcançou e a obra vai realizar-se.

Vamos indicar por alto as bases em que se projecta assentar a criação da nova e importante cooperativa, para as quais instantemente chamamos a atenção dos nossos camaradas.

Como é natural, a associação é voluntaria para todos os militares das diferentes situações militares; é constituída com os proprios recursos e uma pequena ajuda do Estado, tendo por fim construir casas em todas as guarnições de Espanha

para todos os associados. Formada a cooperativa, uma ou mais entidades construtoras edificarão as casas, que serão de seis ou oito tipos distintos, do preço de 7 a 8000 pesetas até 25.000. O socio, ao entrar na posse da casa que haja escolhido, começará a pagar por mês a quantia correspondente a 240^a parte do preço integro do imovel. Por exemplo: o que subscreveu para uma casa de 10.000 pesetas, pagará desde o primeiro mês que a habita a quantia de 41.666 pesetas (8.333 réis, tomando a peseta a 200 réis); se é de 25.000 pesetas pagará 104.165 (20.833 réis) etc, Dêste modo, ao fim de 240 mensalidades, ou seja 20 anos, a casa será sua.

Se o associado falece antes de haver decorrido o lapso de 20 anos desde que tomou posse de sua casa, e por tanto não a pagou na sua totalidade, seja qual for a quantia que falte pagar, passara o imovel a ser propriedade da sua viuva, filhos ou herdeiros legais, sem que estes tenham de desembolsar nem uma só peseta.

Para que assim possa ser, cada associado deverá satisfazer, conjuntamente com a quota de amortização da sua casa, outra pequena quantia a titulo de seguro colectivo, a qual é determinada pela idade e posição do socio.

Dêste modo os socios pagarão o valor exacto da casa, que lhe vem a pertencer; mas como a entidade construtora emprega um capital cuja totalidade só recebe depois de 20 anos, tem ela direito a perceber um juro, cuja importância é paga pelo Estado. E' esta a ajuda que o Estado concede.

Todos os problemas que se apresentam com respeito á casa, como mudança de guarnição, melhoria da propriedade, abono em menor praso, etc., estão estudados e resolvidos, dando-se-lhe forma num regulamento.

As edificações partilharão de todos os beneficios que o Estado haja concedido ou venha a conceder a Associações similares, e começarão a levantar-se nas guarnições em que mais se faça sentir a necessidade de casas. Ficarão hipotecadas á entidade construtora emquanto não estiverem totalmente pagas.

Os terrenos para as edificações são adquiridos pela Cooperativa por doação e por compra directa.

Está calculado que um capital de 80 milhões de pesetas basta para dar satisfação ao projecto e que por consequência

a subvenção a conceder pelo Estado será anualmente no máximo de 4 milhões, tomando o juro de 5 %_o, quantia que não é superior ao encargo que resulta para o Estado das rendas de casa, que vai cessando com a posse das casas pelos socios.

Faz parte também do projecto a construção em cada guarnição de importância de um *Hotel* ou *Casino Militar* para solteiros. Êstes casinos atenderão á necessidade, cada dia mais instante, de proporcionar alojamento decente e economico áqueles.

A sua construção entrará no total das edificações a fazer e constarão de higienicas habitações individuais, banhos, refeitório, escritorio, sala de leitura, etc. O fim a conseguir é que quantos pertençam a guarnições de certa importância, sem familia na localidade, possam viver economicamente, com a mais completa independência e nas condições de decoro e prestigio que o uniforme e a qualidade social da officialidade do exército impõem.

O assunto está já tratado nas suas linhas gerais com uma entidade construtora, tendo-se concluido pela possibilidade de levar a cabo o projecto.

Eis exposta a bela idea concebida pelos nossos camaradas espanhoes, assediados como nós por dificuldades espartosas para conseguir obter moradia em regulares condições. Parece que não devemos hesitar em seguir o exemplo, dando-nos imediatamente ao estudo do que entre nós convirá fazer. A nossa Cooperativa Militar, em que ultimamente se insuflou um espirito de reformas uteis, como a criação da Caixa de Previdência, já a funcionar, bem podia tomar a iniciativa do empreendimento, ganhando um titulo de gloria imarcessivel, tanto mais que a empresa não interessa só ao meio militar: interessa a boa parte da população de Portugal, porque essa boa parte está lutando com a falta de casas.

O proprio Estado vem também a lucrar, porque com o tempo se libertará do encargo da renda de casa para officiais, a qué sempre tem estado obrigado. O Estado nada mais faz do que um adiantamento, que redundá num grande interesse para o país.

Sob todos os aspectos é pois louvavel o empreendimento. Tem a palavra a Cooperativa Militar.

A evolução dos métodos ofensivos

(Continuado da pag. 409)

Ano de 1916. — Verdun, A Somme

O ano de 1916 identifica-se com as duas formidáveis batalhas de Verdun e da Somme.

Verdun. — Quando atacou Verdun, o Grande Estado Maior alemão imaginava-se na posse da fórmula da ofensiva vitoriosa: mais que á bravura das tropas, é ao material que exige a força capaz de derrubar a barreira.

Depois de ter acumulado as massas de artilharia e de munições e canhões colossais, substitue a preparação de varios dias tal como a executamos nos anos precedentes, por um bombardeamento de algumas horas sómente, mas duma violência desconhecida, e que, pelo seu efeito moral e de surpresa, mais ainda do que pelas suas destruições materiais, deveria aniquilar a capacidade de resistência da nossa defesa.

Se o sucesso inicial, de 21 a 24 de Fevereiro, coroa as suas previsões, o Comando alemão mostrou-se inapto para explorar a situação, que a extensão mesmo do seu sucesso tornava imprevista.

Em vão multiplica em seguida, á custa de homens, os seus ataques ulteriores, todos os seus esforços ficam estereis; e após 4 meses de combates gigantescos, se o resultado se cifrava pelo ganho de 12 km. de terreno em profundidade, era á custa de 500.000 homens, que perdeu, e Verdun escapava-lhe.

A Somme. — Durante êste tempo o Comando francês havia pensado que só se reduziria a pressão alemã sobre a Meuse pronunciando algures uma ofensiva extensa, crescente, em cooperação com o exército inglês, a grande operação do Somme: espera-se por ela realizar a ruptura sôbre uma frente de 40 km., e atingir assim pelo terreno livre em direcção de Cambrai, a grande via de comunicação que alimentava toda a frente alemã do Norte.

Esta operação parecia dever apresentar-se para nós sob um aspecto dos mais favoráveis, porque havíamos aprendido muito durante a ininterrompida luta de 4 meses em frente de Verdun:

A *regulação do tiro pelo avião*, as fotografias aéreas, a observação, estavam consideravelmente aperfeiçoadas e permitiam agora a verificação exacta e rápida das destruições.

Os *meios de ligação*, entre a artilharia e a infantaria haviam-se desenvolvido.

Os nossos *materiais modernos* começavam a sair das oficinas e o nosso Comando havia-se tornado mestre nos grandes agrupamentos de artilharia.

Emfim e sobretudo, a inovação da barragem volante permitia a protecção constante e duravel da infantaria durante o seu avanço.

Além disso, havíamos dotado a nossa infantaria, á medida que retiravamos as suas unidades da batalha do Verdun, com um armamento melhor:

Em primeiro lugar havia-se aumentado consideravelmente o *numero de metralhadoras*; em junho de 1916, cada batalhão estava dotado com uma companhia a 8 peças.

Ao mesmo tempo tinha-se posto em serviço a *espingarda metralhadora*, mais ligeira que a metralhadora, mais possante que a espingarda, e que, aprovisionada normalmente para 200 tiros, pode alcançar nos momentos de crise uma velocidade de tiro de 140 tiros por minuto.

Nesta época ainda, começava a infantaria a ser dotada com o *canhão de 37* (alcance útil 1.500^m), destinado a destruir por um tiro horizontal as metralhadoras descobertas.

Quanto ás granadas que tinham abundado em Verdun, havia-se sido levado progressivamente a escolher os melhores modelos entre os muitos existentes, e a partir do meado de 1916 tinham-se dotado as nossas tropas principalmente com a *granada V. B.* (Viven-Bessières), que permite um tiro formidavel de barragem a 150-180 metros. Era *uma verdadeira pequena artilharia de secção ou de companhia*.

A batalha começada no 1.º de julho com uma aplicação do metodo de ruptura pela artilharia mais larga ainda que antes, legitíma ao principio, por um avanço fulminante para a época, todas as nossas esperanças.

Mas ainda aqui o sucesso nos falhou: *amplificando o processo de defesa em profundidade* pelo qual tinham feito frente às nossas ofensivas de 1915, os alemães, pela sua *defensa elástica*, que abandona o terreno ao assaltante, mas lhe impõe um consumo de munições enorme e ataques indefinidamente sucessivos, conseguiram evitar a ruptura da sua frente.

E apesar dos progressos quasi contínuos, não pudemos, após seis meses de esforços e de sacrifícios, atingir Péronne a menos de 10 klm. da linha de partida.

Caracter e ensinamentos destas duas batalhas. — Verdun e Somme apresentam, como se vê, sensivelmente o mesmo caracter:

Ataques sobre frentes ainda demasiado restritas, mas com meios materiais já muito possantes, dirigidos sôbre o mesmo ponto ou sôbre pontos muito vizinhos: *luta de exgotamento duma parte e doutra, caracterizada por sucessos certos, mas sem decisão.*

A muralha recuou ligeiramente, mas para se tornar mais espessa, mais coriácea, e as lentidões da execução permitindo ao inimigo o movimento das suas reservas.

Se a primeira arremetida, bem preparada, bem acompanhada pela artilharia, tem sempre êxito, por isso que o inimigo, ainda que prevenido da iminência do ataque, era sempre surpreendido ao principio pela hora do seu início, não é menos verdadeiro que ao fim de alguns dias, a defesa conseguia reunir meios possantes absolutamente comparaveis aos do agressor.

E' verdade que esta luta fixava o adversário, e é por esta razão que na realidade as duas batalhas de Verdun e de Somme só formam uma, a despeito das aparências:

A tenacidade da defesa de Verdun, pelo exgotamento alemão que resultou, permitiu os nossos sucessos de Somme.

Reciprocamente, os sucessos de Somme permitiram por seu turno os de outubro e dezembro em Verdun.

De qualquer forma, das ofensivas de 1916, ficam dois pontos bem assentes:

1.º *Todas as vezes que se esteve constrangido a aplicar a Instrução de 16 de janeiro, na medida do que ela podia dar, havia-se adquirido importantes sucessos.*

Exemplo:

O 1.º C. A. C. no principio de julho;

O 7.º C. A. em Bouchavesne;

O agrupamento Mangin em Douaumont e em Louvemont (24 de Outubro e 15 de Dezembro de 1916).

2.º *Pelo contrario, tendência exagerada noutras operações para reduzir a extensão da frente do ataque, para escolher os objectivos demasiado proximos, para aumentar o tempo que separava dois assaltos sucessivos.*

Possibilidade por consequência, para o inimigo, de ocupar e organizar novas linhas de defesa, á medida que progrediamos.

E em suma, o método pela imperfeição da sua aplicação, não dava a decisão :

Nem da primeira investida, pois que a preparação não podia atingir toda a profundidade das organizações inimigas;

Nem nas investidas sucessivas, porque a superioridade do ataque diminuía á medida que a da defesa aumentava, e tudo degenerava numa luta de esgotamento reciproco.

Estas diversas considerações levaram o G. Q. G. a anular a Instrução de 16 de janeiro, substituindo-a *pela de 16 de Dezembro de 1916 (sôbre o fim e as condições duma acção offensiva de conjunto).*

Os principios fundamentais precedentes ficam sempre os mesmos, pois que a batalha de Somme não punha em cheque o principio mesmo do método. Mas julgou-se indispensavel insistir de novo sôbre os pontos seguintes :

1.º *Os ataques devem ser effectuados sôbre uma frente tão larga quanto possivel, condição unica pela qual se pode pretender atingir os objectivos afastados;*

2.º *Os ataques visarão a tomada da linha de artilharia inimiga ; para isso, a artilharia será levada á frente o mais possivel a fim de efectuar a preparação contra todas as posições sôbre que pode actuar;*

3.º *Os ataques sucessivos se succederão no mais curto espaço, a fim de explorar a fundo os resultados obtidos. Os deslocamentos da artilharia serão previstos a priori, em consequência;*

4.º *Emfim, tem lugar prever e encarar a exploração do successo mais completamente que antes, regulando a sua organização de maneira que satisfaça a uma realização mais rapida e mais eficaz.*

(Continúa).

Carros de combate

(Continuação)

IV

Organização durante a guerra

A) — França

NO EXTERIOR (ZONA DE GUERRA)

A França foi o beligerante que maior desenvolvimento deu á Artilharia de Assalto. Resolvida a criação da nova arma, tratou-se de regular o assunto por correspondência entre o Comandante em Chefe dos Exercitos, general Joffre, e o Sub-secretario de Estado da Artilharia, em 23 e 30 de setembro de 1916.

Como era natural foi escolhido para Comandante o general Estienne ¹. Fazendo parte do Grande Quartel General, pertencia-lhe: assegurar a ligação entre o Exército e o Sub-secretario de Estado da Artilharia para tudo o que interessasse á arma; manter-se ao corrente de todos os conhecimentos que pudessem aproveitar á técnica e ao emprêgo dos carros; tratar num campo da zona de guerra da instrução de conjunto das unidades já providas de material e com instrução individual; estudar e submeter á aprovação do general em chefe as regras e emprêgo dos carros; e finalmente orientar o Exército sôbre as características e utilização dos carros.

Entre o G. Q. G. e o Sub-secretario de Estado da Artilharia interpunha-se a Direcção dos Serviços Automoveis, a quem estava reservada a iniciativa dos estudos e dos fabricos, assim como a instrução técnica individual do pessoal. Esta direcção devia ser informada pelo comandante da A. A. dos resultados adquiridos pela experiência no "front", a fim de

¹ Foi a 14 de Julho de 1916 que ao general Estienne se deu o encargo de organizar as unidades da nova arma, de que a 30 de Setembro era nomeado Comandante.

poder aproveitá-los. Para êste efeito o comandante receberia do Sub-secretario do Estado, ou do general Director dos Serviços Automoveis, seu delegado, todas as instruções uteis para o desempenho das missões que lhe fossem confiadas na zona do Interior; deviam igualmente ser-lhe comunicados todos os estudos, mas o seu papel a êste respeito limitar-se-ia a indicar aos Serviços Automoveis as disposições de natureza a facilitar a adaptação dos materiais ao seu emprêgo ou a aperfeiçoar êsses materiais.

Ressalta destas prescrições a tendência de absorpção sempre dominante na burocracia, que bem prejudicial foi ao desenvolvimento da Artelharia de Assalto, como já tivemos ocasião de ver.

Nomeado Comandante, o general Estienne submeteu ao General em Chefe, em data de 9 de Outubro, um projecto com as bases gerais da organização a emprender.

A Artelharia de Assalto compreenderia duas secções:

Secção A—com os carros tipo Schneider;

Secção B—com os carros tipo Saint-Chamond.

Pensou-se primeiramente em organizar grupos mistos, isto é, com carros dos dois tipos; mas como se reconheceu, que se não podia depositar a mesma confiança nos dois modelos, pôs-se de parte essa idea, resolvendo-se que cada grupo fosse constituído por carros de um só tipo.

O *grupo*, unidade tactica e administrativa, compunha-se de 4 *baterias*; cada *bateria* compreendia 4 carros. Total, no grupo, 16 carros, a que se ajuntaria mais tarde 1 carro de comando, de um modlêo então ainda em projecto.

Em vista do modo de acção muito especial desta arma, que exige dos homens, isolados em cada carro, conhecimentos e iniciativa que se não podem exigir de todas as praças, o grupo teve de ser fortemente enquadrado: o seu efectivo total elevou-se a 18 officiais, 18 officiais-inferiores e 74 cabos e soldados para as unidades Schneider, e 106 cabos e soldados para as unidades Saint-Chamond.

O comando era exercido normalmente por 1 capitão.

O general Estienne previra, que a reunião de um certo numero de grupos formaria um *regimento*; mas esta organização foi adiada. Desde, porém, que em Champlieu se reuniu um número importante de carros, formaram-se para

comodidade da instrução e do comando os *agrupamentos*, que, ao principio, desiguais e temporais, foram depois unidades regulares.

Dois agrupamentos, um de 4 grupos, o outro de três, foram constituídos com os carros Schneider. O grupo I Schneider e o primeiro grupo Saint-Chamond formaram, ao lado dos precedentemente indicados, uma especie de agrupamento de experiência.

O comandante do agrupamento, um oficial superior, com um pequeno estado-maior, exercia sobre o pessoal colocado sob as suas ordens as mesmas atribuições, que um comandante de regimento, e era o representante do general comandante da Artelharia de Assalto junto da grande unidade a que a sua estivesse momentaneamente adstrita. Pertencia-lhe preparar e organizar o alistamento do pessoal dos grupos, reconhecer a sua zona de acção e reconstitui-los depois do combate.

Como o agrupamento podia operar isoladamente, deu-se-lhe os meios necessarios para o reabastecimento e para as reparações: uma secção encarregada desses trabalhos.

Esta organização provisoria foi aprovada pelo general em chefe em 29 de Março de 1917.

A natureza tão especial dos carros de assalto tornou evidente, logo desde a sua origem, a grande importância que assumiria a questão das reparações, que todo o mundo previa seriam contínuas.

Por isso, já desde Outubro de 1916 se pensava na organização dum serviço, que cabalmente satisfizesse á necessidade da conservação de tão delicado material; e em dezembro do mesmo ano umas Instruções Provisorias estabeleceram as regras que se deviam seguir a êste respeito, ás quais se seguiram contínuas prescrições aconselhadas pela experiência. Foi uma questão capital, esta, como já vimos.

Ao principio parecera sufficiente, além das oficinas dadas a cada grupo, criar uma Secção de Reabastecimento e Reparções por regimento, isto é, para cada 8 ou 10 grupos, que tantos seriam os que constituiriam aquela unidade. Os quadros provisorios do efectivo de guerra, de 18 de Fevereiro de 1917, estabeleciam ainda uma S. R. R. por 10 grupos, ou sejam quatro para os quarenta grupos então previstos. Cada

uma destas quatro secções compreendia 1 oficial, 14 oficiais-inferiores, e 97 cabos e soldados.

Mas bem depressa se viu que as S. R. R. podiam ser chamadas a seguir com os agrupamentos que fossem enviados a operações; e que se tornava forçoso assegurar na sua ausência a realização dos importantes e complexos trabalhos, que não deixariam de afluir a Champlieu. Impunha-se, pois, ter aí um serviço fixo, prestando as S. R. R. o seu concurso quando se conservassem no campo.

Obviou-se a necessidade exposta atribuindo provisoriamente á A. A. uma *Secção de Parque*, cujo pessoal foi cedido pelo Serviço Automovel. O Parque começou a estabelecer-se no Campo de Champlieu no 1.º de Abril de 1917.

Foram êstes os primordios da organização. Vamos entrar agora no caminho da reorganização, que verdadeiramente nunca terminou.

Arma em absoluto nova, a Artelharia de Assalto, natural era que tudo de principio fosse hesitações e na sua organização se precipitassem as alterações. Além da experiência adquirida, o desenvolvimento tomado pela A. A. breve obrigou a modificações nas formações existentes; e com a construção dos carros ligeiros, decidida em Maio de 1917, o comando teve de se ocupar em lhe preparar o seu emprêgo e com a organização das novas unidades, bem diferentes das primeiras. Em consequência, aproveitou-se o tempo necessitado pela construção do novo material para estabelecer as bases da nova organização, e em 12 de Junho o comando da A. A. dirigiu ao General em Chefe um relatorio baseado sôbre os principios seguintes:

1.º Descentralização do comando, unico até êste momento, pela criação dos Grupos de Exército;

2.º Desdobramento da organização técnica pela criação em cada Grupo de Exército de um centro da A. A.;

3.º Permanência da centralização nas mãos do general comandante da A. A. daquela organização técnica e ainda da fiscalização sôbre o emprêgo das unidades.

A Artelharia de Assalto devia compreender:

a) 16 grupos de carros Schneider;

b) 15 grupos de carros Saint-Chamond

c) 4 secções de reparações e reabastecimento Schneider;

d) 5 secções de reparações e de reabastecimento Saint-Chamond;

e) 36 companhias de carros ligeiros;

f) 1 grupo-depósito das companhias de carros ligeiros;

g) 1 grupo de socorro;

h) 3 secções de parque.

Nas primitivas unidades a bateria continúua constituida a 4 carros Schneider ou Saint-Chamond, devendo mais tarde aumentar-se com 1 carro ligeiro de comando.

O grupo, que compreendia 4 baterias e 1 pequena officina, passava a 3 baterias, mas era dotado com um *escalão* de maior importância que a primitiva officina.

A bateria continúua como unidade táctica; o grupo como unidade técnica e administrativa.

O agrupamento, até então provisório passou a regular; ao seu comandante eram dados 1 adjunto táctico, 1 adjunto técnico e 1 official do Serviço de Saude; segundo a sua natureza, assim era constituido por 4 grupos Schneider ou por 3 grupos Saint-Chamond; e compreendia uma S. R. R. apropriada ao seu genero de material.

Em vista da substituição da antiga officina de grupo por um escalão mais completamente provido, a S. R. R. é reduzida a um pequeno escalão de parque, capaz de poder pôr em bom estado de funcionamento o material avariado, de assegurar o reabastecimento em ingredientes e peças de sobressalente, e a "depanagem" dos carros no campo de batalha.

Dum modo geral, o numero de officiais das diversas unidades foi reduzido, aumentando-se, porém, o efectivo das praças de pret. Um grupo Schneider compreendia 12 officiais, 16 officiais-inferiores e 110 homens. Um grupo Saint-Chamond tinha o mesmo número de officiais, mas compreendia 17 officiais-inferiores e 149 homens.

O efectivo duma S. R. R. ficou em 3 officiais, 8 officiais-inferiores e 82 homens.

O número de grupos de carros Schneider, primitivamente fixado em 40, é reduzido, tendo-se em conta as perdas já sofridas e as que se venham a sofrer. Com os carros Saint-Chamond, no momento só havia com que formar 15 grupos, uma vez que a entrega das encomendas feitas só poderia ter lugar em Dezembro, segundo fôra prometido.

A organização respeitante aos carros ligeiros era muito outra. A companhia compreendia 3 secções, a 5 carros, e mais um escalão ou trem de combate composto de 10 carros, dos quais 1 sinaleiro. A razão dêste escalão com um número assim elevado de carros, residia em se ter reconhecido que era necessario substituir de pronto os carros de combate immobilizados, sem esperar pelas reparações dos carros avariados, quasi sempre difficil e sempre demorada. Ficava, pois, a companhia com um total de 25 carros. O seu pessoal era 5 officiais, 15 officiais-inferiores e 115 homens.

Esta organização obedecia ao plano de dar uma companhia a cada divisão de infantaria, logo que houvesse o número bastante de companhias suficientemente instruidas para dotar ao mesmo tempo, ao menos, todas as divisões em primeira linha dum ou mais corpos de Exército. O projecto previa a distribuição pelas divisões, quando o número de companhias organizadas e instruidas o permitisse, não duma companhia, mas de um batalhão, a 3 companhias, de forma que cada batalhão de infantaria ficasse com uma secção de carros.

Nunca se conseguiu o número de carros precisos para realizar tal projecto, que por fim foi modificado mesmo por outras razões, pois a experiência aconselhou depois que havia superioridade no emprêgo da A. A. em massa.

O grupo de socorro da alinea *g* destinava-se a acudir em tempo oportuno, depois da partida das unidades de combate, aos carros deixados por estas no campo de batalha, recolhendo os que ainda pudessem ser utilizados.

A A. A. attribuida a um Grupo de Exércitos devia compreender, em principio, um agrupamento Schneider e um agrupamento Saint-Chamond. Um *centro* serviria para ligar entre si as unidades de carros fazendo parte orgânica ou provisoriamente do Grupo de Exércitos, e ainda para dar ás tropas de infantaria a instrução necessaria para o combate em comum com os carros. Cada centro teria anexo um Grande Parque e uma Secção de Parque, para as grandes reparações e revisão do material, e para o reabastecimento de peças de sobressalente. Qualquer dêstes centros podia, pois, viver pelos seus proprios recursos, sem contudo estar isolado do centro comum que permanecia em Champlieu.

No centro de Champlieu reunir-se-iam os agrupamentos

disponíveis, constituindo a reserva geral da Artilharia de Assalto, á disposição imediata do General em Chefe. Aí funcionavam já, a par de uma secção de parque e duma secção de transportes, um Anexo do Grande Parque, com o cargo da gerência de todo o material, sua contabilidade e da manutenção da reserva dos materiais de instrução e de "depanagem", anexo de que dependeriam para todos êstes objectos os novos anexos dos centros de Grupo de Exércitos.

O grupo de socorro dependeria tambem de Champlieu.

Ainda a Champlieu seria anexado o Parque de organização das unidades de carros ligeiros, compreendendo o Grupo-depósito, a reserva do pessoal mobilizavel e do material, e as escolas-práticas de instrução individual.

Completando esta organização, propôs-se a criação de uma Inspeccção de carros de combate e de uma Inspeccção de viaturas automoveis propriamente ditas, com o intuito de permitir ao comando da A. A. exercer a fiscalização necessária sôbre um material, que se tornaria consideravel e estaria espalhado por todo o "front".

Tal foi o projecto apresentado pelo comando da Artilharia de Assalto, que só previa o material existente e a chegar durante o ano de 1917, sendo por isso susceptivel de aumentar ulteriormente com mais carros.

Em 25 de julho de 1917 o Ministro da Guerra fez conhecer ao Ministro do Armamento, que aprovava o projecto de organização que ficou descrito. Houve varias divergências entre os dois ministros, e após algumas conferências entre os representantes do Ministro do Armamento e os do General em Chefe, chegou-se a um acôrdo, traduzido nas disposições do officio de 18 de setembro dirigido por aquele Ministro ao General em Chefe. Segundo estas disposições haveria:

16 grupos Schneider;

4 S. R. R. Schneider;

4 grupos Saint-Chamond;

4 S. R. R. Saint-Chamond.

O Ministro do Armamento instava sôbre a necessidade de reduzir ao minimo o número de officiais, bem como os organismos que não fossem rigorosamente indispensaveis; sôbre a conveniência de poupar o material de combate, reduzir no maximo as dotações em camiões, viaturas, etc.

Em 1917 criar-se-iam sómente 2 centros de Grupos de Exército, devendo o centro de Champlieu desempenhar êsse papel para o 3.º Grupo.

Haveria uma secção de parque em cada centro, mas só com 2 oficiais subalternos. O grupo de socorro seria criado a título de experiência.

Com referência á criação das unidades novas, resolvia-se organiza-las no Parque de Organização de Cercottes, devendo contudo aquelas cujos materiais fossem fabricados na região de Paris fazerem a concentração do pessoal e do material num anexo do parque de Cercottes, convenientemente escolhido na zona dos exércitos, para evitar ao material viagens inúteis, mas que ficaria sob a autoridade do Ministro do Armamento.

Decidida a execução tratou-se da organização dos centros de Grupos de Exército. A séde do centro do G. E. C.¹ estava já resolvido que fôsse em Mailly; a do G. E. E. foi em Martigny.

Os principios do funcionamento da Artelharia de Assalto dos Grupos de Exercitos foram estabelecidos pelo general em Chefe por nota de 22 de outubro. Pela falta de qualquer regulamento da arma e de doutrina assente sôbre o seu emprêgo, e ainda em vista da insuficiência relativa dos recursos materiais, estava-se obrigado a conservar centralizada até nova ordem a instrução de tática e do funcionamento técnico, ambos estreitamente ligados. Os elementos moveis ou fixos de cada centro, foram colocados sob o comando de um coronel ou tenente-coronel, com todos os poderes de um comandante de regimento, tendo como imediato um major. Ficou êsse comandante sob as ordens directas do general comandante do G. E. para preparar todo o emprêgo da A. A. no «front»; fazia os reconhecimentos e estudos necessários e cooperava nos planos de combate. Até segunda ordem, contudo, deveria ser solicitada a aprovação do General em Chefe para toda a acção da Artelharia de Assalto. Logo que se projectasse uma operação, as unidades da A. A. eram postas à disposição do comandante das forças encarregadas da operação e os planos

¹ Mais tarde em virtude duma nova distribuição das forças do «front», êste grupo desapareceu, passando o centro a denominar-se do G. E. N.

de combate, pelo que interessava ao concurso, dos carros, eram, em cada escalão, estabelecidos em cooperação com o comandante das unidades da A. A. juntas ao escalão considerado.

Para assegurar a unidade de instrução, o general comandante da A. A. propunha ao general comandante do G. E. o programa dos exercicios e manobras a executar no centro, para instruir as tropas no combate, em ligação com a A. A., e vigiava a sua execução sob a alta direcção do general comandante do G. E.

Da mesma forma que para a instrução, o comandante da A. A. dum G. E. dependia directamente do general comandante da A. A., para o que respeitava à administração do pessoal, e conservação e renovação do material. Ao general comandante da A. A. pertencia pois garantir a instrução táctica das unidades da A. A. do G. E.; a inspecção técnica permanente de todas as formações e a sua reconstituição nos intervalos entre as operações; e, enfim, a aquisição do material proprio.

Em novembro de 1917 as oficinas, os armazens e as organizações tecnicas diversas do campo de Champlieu foram reunidas sob uma mesma direcção, com o nome de Parque da R. G. A. A. Na mesma ocasião, um official do Serviço Automovel foi nomeado Inspector técnico do material sôbre rodas da A. A. Pertencia-lhe vigiar a conservação e reparação dêste material; fazer proceder às evacuações e substituições julgadas necessárias; assegurar a chegada das peças de sobressalente; fiscalizar a contabilidade dos depositos secundários affectos à A. A.; centralizar a administração das formações do S. A. postas à disposição da A. S.; assegurar (e era êste o seu papel essencial) uma boa ligação entre as formações da A. A. e as da D. S. A. nos Exercitos. Paralelamente foi criada uma inspecção técnica do material sôbre "chenilles", confiada a um official da A. A. Tinha por encargo fiscalizar a conservação dos carros de todas as formações da A. A.; promover os deslocamentos necessários; estudar os melhoramentos precisos; e também assegurar a ligação da A. A. dos Exercitos com os serviços tecnicos do Interior.

Esta reorganização estava realizada no fim de fevereiro de 1918. Os agrupamentos ficaram assim distribuidas: 2, os

4.º e 11.º, formaram a A. A. do G. E. N.; outros 2, os 2.º 10.º, a do G. E. E.: os restantes 4 constituíam a R. G. A. A., em Champlieu.

A organização das unidades dependia, como se sabe do Interior. O comandante da A. A. propusera, invocando interesses economicos, que o parque anexo para a organização das unidades dos carros ligeiros se montasse junto ao Campo de Champlieu; e que, para assegurar tanto a unidade e a rapidez da instrução como a boa marcha do serviço, êste parque ficasse colocado, por delegação dos Ministros da Guerra e do Armamento, e de acôrdo com o General em Chefe, sob as ordens dêle comandante da A. A. O Ministro da Guerra aprovou logo, mas o do Armamento levou um mês para aprovar, e restringindo a concessão só ao primeiro período, em que era necessário conservar o máximo segrêdo sôbre os novos carros «Depois—dizia o Ministro— as unidades deverão ser organizadas no centro de organização do Interior, se isso for possível.»

Assim resolvido, o comandante do parque anexo dirigia directamente ao Ministro a sua correspondência, e o funcionamento do parque seria analogo ao dos centros de organização da Artelharia pesada moderna.

O parque compreendia: uma unidade de depósito administrando o pessoal instruído e ainda por instruir nas diversas escolas do parque; uma reserva de pessoal alimentada pelas escolas e eventualmente por Cercottes; uma reserva de material incluindo os aparelhos receptíveis, o material de instrução e diversos outros materiais; eventualmente, as unidades constituidas prontas a partir ou em recomposição.

(Continúa).

MELLO E ATHAYDE.

Ten. coronel.

Obras oferecidas

- 1 A lição dos mortos.**—(oração proferida na Escola Militar, no dia 9 de Março de 1921, em comemoração dos antigos alunos mortos pela Pátria na grande guerra (1914-1918).—MÁRIO DE CAMPOS, tenente-coronel e professor da Escola Militar. 1921. Imprensa Nacional, Lisboa. Folheto de 12 pag.^{as}—(0,22 × 0,145).

—A oração proferida pelo ilustre professor da Escola Militar veio mais uma vez firmar os créditos, que já tinha, dum orador e escritor consumado, pondo em evidência os seus dotes oratorios e a lucidez do seu grande espírito.

O seu discurso é formoso na fôrma; elevado no conceito.

—Nas suas palavras manifesta-se êsse ardor juvenil, êsse entusiasmo patriótico, pela causa da Liberdade e pelo Suprêmo Ideal da Humanidade. E, ao descrever êsse frêmito de entusiasmo com que a juventude portugûesa marchou para a grande guerra, nós descortinamos a grande mágoa que o ilustre patriota não sentiria em não ir verter o seu sangue nessas terras das Flandres!

Mas outros deveres imperiosos o retinham na Pátria: preparar officiais para a guerra mundial.

Citando os factos, que honram o exército portugûes, tanto na Africa como nas Flandres, pena é que não enumerasse os nomes de tantos heróis, que eram dignos de ser perpetuados na História.

- 2 Os arquivos e as bibliotecas em Portugal.**—Dr. Antonio Ferrão, professor. 1920—Coimbra, imprensa da Universidade (0,25 × 0,15) 1 vol. 331 pags.

Mais uma vez nos vamos ocupar do laureado professor, Dr. Antonio Ferrão. O estudo agora empreendido e dado a lume é um trabalho beneditino e de grande alcance.

Ao mesmo tempo que presta um grande serviço aos que se entregam aos estudos históricos, o autor tem ensejo de mostrar mais uma vez a sua erudição e o seu acendrado amor aos trabalhos pedagogicos e bibliograficos.

Tendo advogado, ainda em tempo da monarquia, a criação de um Ministério de Instrução Pública, foi com verdadeiro entusiasmo que, quando êste foi criado, como chefe da «Repartição da Instrução Artistica» do mesmo Ministério, tomou a peito pôr em evidência a importância que havia em coordenar e tornar conhecidos os diversos trabalhos sôbre instrução, que havia publicados. A sua iniciativa bem se manifesta nos esforços feitos para a publicação de um *Boletim de Instrução Pública* e

para o aperfeiçoamento dos *Anuarios* dos liceus; nos diversos trabalhos de investigação histórica, que lhe permitiu a descoberta de importantes documentos para melhor se poder avaliar a *Vida e obra governativa do 1.º Marquês de Pombal*; e, finalmente, nessa obra monumental, que é o estudo sobre o mesmo marquês, e que, em parte, tem já pronto a ser publicado, se pode bem avaliar a pujança do historiador e do literato, que é o Dr. Antonio Ferrão.

E a proposito desta obra, seja-nos também permitido levantar o nosso protesto contra a verdadeira incuria de quem de direito deveria facilitar a publicação de tão alevantada obra patriótica.

Não param porém aqui os trabalhos do grande investigador. Ainda êle tem pronta a ser publicada uma *Colecção de inéditos da Historia de Portugal* e uma serie de *Biografias de Portuguezes illustres*. O 1.º volume da *Colecção dos Inéditos*, já viu a luz da publicidade, devendo seguir-se em breve a *História da conspiração de 1817*.

—Na parte que trata propriamente dos *Arquivos e Bibliotecas*, que é a parte mais importante, o autor passa em revista os diferentes diplomas publicados e relativos ao assunto.

Esta parte é evidentemente interessante e muito elucidativa, pondo bem em destaque o desenvolvimento que a criação e organização das bibliotecas teem tido após a implantação do regimen republicano, e ainda a activa intromissão do Dr. Ferrão nesse desenvolvimento, propondo e impulsionando diversas medidas.

Dá-nos cópias de curiosas cartas de João Pedro Ribeiro, de Santa Rosa de Viterbo, do franciscano Fr. Antonio de Jesus Maria José Costa, e de outros, para se avaliar as devastações que teem havido nos diferentes cartórios conventuaes e em diversos arquivos, perdendo-se assim os mais preciosos documentos para a história da sociedade portugueza através dos seculos.

Passa em revista os serviços de catalogação e inventario da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca da Ajuda, que contem proxima-mente 80.000 volumes impressos e mais de 2.430 volumes de manuscritos, entre os quaes ha documentos de uma alta importância, como são as negociações secretas de D. João IV com Filipe IV de Espanha para o casamento do principe D. Teodorio com a infanta de Espanha, negociações efectuadas pelo nosso representante no tratado de Westphalia, o padre Antonio Vieira.

A respeito da catalogação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo põe a nú o estado lamentavel em que se encontra êsse precioso e monumental depósito de documentos tão importantes para a historia da sociedade portugêsa.

E ainda, em relação ao Arquivo Geral do Ministerio da Guerra, chama a atenção para o estado lastimoso em que se encontra, para as devastações que tem sofrido, omitindo porém que, um dos officiais que mais dele se serviu, sistematicamente inutilizou muitos documentos importantes, especialmente os que podiam comprometer o nome do marechal Beresford.

Nem tudo porém são notas discordantes. Ao tratar da Biblioteca da

Escola Militar (antiga Escola do Exército), o Dr. Ferrão faz notar a boa ordem, método e boa organização desta biblioteca e dos seus catalogos.

Assim vemos, por esta rapida resenha, a importância da obra publicada pelo Dr. Antonio Ferrão, onde muito ha a aprender e a meditar nas dificuldades que teem encontrado, e infelizmente ainda encontrarão, os que quiserem escrever uma historia conscienciosa de Portugal, assim como do exército português.

V. C.

CRÓNICA MILITAR

Belgica

O corpo de aviação.—A 4.^a arma vai, em todos os exércitos, tomando um grande desenvolvimento. Durante o primeiro semestre de 1921 o exército belga adquiriu 56 aviões prontos para o serviço activo, e 30 aviões destinados ao ensino nas escolas de aviação. Em breve, estarão organizadas 2 esquadrihas divisionárias, tendo cada uma 8 aeroplanos, e ainda uma esquadriha de exército com 10 aeroplanos, e uma esquadriha de caça com 15 a 20 aviões de um tipo rápido, e, finalmente, uma esquadriha de bombardeamento com 12 aparelhos.

O serviço aéreo é não só tomado a peito no exército, mas em todo o país, constituindo-se sociedades civis com os seus aerodromos e as suas escolas. O ministério da *Defesa Nacional* (ministérios da guerra e marinha reunidos) concede subsidios a estas sociedades, que se obrigam a fornecer anualmente ao exército pilotos para o serviço de aviação.

Como se vê, a Belgica trata de aproveitar os ensinamentos da guerra e o país não se poupa a despesas para dotar o exército com todos os elementos modernos de combate, de contrário, o exército é uma mistificação, e as economias serão um dia pagas com usura e sangue.

A educação nacional e civica.—O ministro da instrução, Mr. Destrée, envida todos os esforços para levantar a educação em todo o país. Numa circular enviada aos professores estabelece um programa de ensino, visando a educação civica. Nessa circular diz: «Por dignidade, e por amor à nossa liberdade poderemos, de um para outro momento, ver-nos obrigados a recorrer à guerra. É preciso preparar-nos material e moralmente. Soldados insufficientemente preparados não constituem um exército, mas sim hordas que não resistem ao choque do inimigo e são massacradas. Os educadores da mocidade deverão frisar e pôr em evidência que «o serviço militar é um prémio de seguro contra os perigos de uma invasão. Um povo que não se prepara para se defender, atrai a invasão.»

E mais adiante... «que se faça sentir quanto é cobarde e anti-patriotico o cidadão que procura eximir-se ao serviço militar, quer praticando fraudes no recrutamento, quer não se arpresentando, quer desertando.»

Aconselha que se tire da Grande Guerra os exemplos tendentes a levantar o espirito nacional, pondo-se em evidência—: «a opressão alemã em 1914; o ultimato e a resposta da Belgica; a defesa de Liège e o general Leman;

os massacres, os saques, as requisições e deportações; a supressão da liberdade; os actos de heroismo no Yser; etc.»

Os professores são os grandes educadores da sociedade.

Brasil

Efectivos do exército brasileiro em 1921. — As diversas unidades estão distribuidas pelas 7 *regiões e 2 circunscrições territoriais*. Na 1.^a região o efectivo é de 10:063 homens e 2:541 solípedes.

Nesta região os regimentos de infantaria tem um efectivo de 1:220 homens e os batalhões de caçadores 431.

A *escola de aviação* no «Campo dos Afonsos» tem 409 homens e 12 solípedes. Na 2.^a região o efectivo é de 4:265 homens e 853 solípedes. Na 3.^a região os efectivos são de 10:466 homens e 4:360 solípedes (dos quais 2:443 estão nos campos). Na 4.^a região há 4:921 homens e 590 solípedes. Na 5.^a o efectivo é de 1:018 homens e 73 solípedes. Na 6.^a, é de 1:439 homens e 68 solípedes. Na 7.^a, é de 1:886 homens e 70 solípedes. Na 9.^a circunscrição os efectivos são: 1:643 homens e 525 solípedes. Na 2.^a circunscrição temos respectivamente 2:976 homens e 654 solípedes.

Temos portanto um efectivo de 37:687 homens e 9:734 solípedes não contando com as escolas militares e outros estabelecimentos militares.

Distribuição de espingardas-metralhadoras. — Por decreto de abril p. p. foram distribuidas às unidades de infantaria e cavalaria 134 espingardas-metralhadoras; à companhia de instrução da escola militar, 6 F. M. e ao esquadrão da mesma escola 3; à escola de sargentos de infantaria, 3; à aviação 50. Isto dá um total de 550 F. M.

Os regimentos de infantaria n.^{os} 1, 2 e 3 (a 3 batalhões de 3 companhias e estas a 3 pelotões) receberam 90 F. M., a razão de 1 por pelotão, excepto o 9.^o batalhão, que recebeu 1 por grupo de combate.

Os regimentos n.^{os} 7, 8 e 9 (a 2 batalhões de 3 companhias e estas a 3 pelotões, tendo cada um 2 grupos de combate) receberam 108 F. M.; a razão de uma por cada grupo de combate. Os regimentos n.^{os} 6, 10, 11 e 12 (a 2 batalhões) receberam uma F. M. por companhia.

Os batalhões de caçadores n.^{os} 1, 2 e 3 (a 3 companhias) receberam uma F. M. por pelotão; os batalhões de caçadores n.^{os} 7, 8 e 9 (a 3 companhias) receberam uma F. M. por cada grupo de combate; os batalhões de caçadores n.^{os} 4, 5, 6, 14, 15, 16, 13, 17, 19, 20, até 27 (a 3 companhias) receberam uma F. M. por companhia.

Na *cavalaria* umas unidades receberam uma F. M. por pelotão, outras duas por esquadrão, e ainda outras 1 por esquadrão, o que dá 134 espingardas-metralhadoras. Logo que haja o número necessário, cada grupo de combate terá uma F. M.

Espanha

Os trabalhos de aplicação da Escola superior de guerra e o exame de admissão.

I—Os *trabalhos de aplicação* fóra da escola realizaram-se este ano durante os meses de maio e junho. O 1.^o curso teve trabalhos topograficos na 1.^a região, que duraram de 15 de maio a 14 de junho.

O 2.º curso realizou trabalhos táticos de 16 de maio a 10 de junho. O 3.º curso realizou uma campanha logística de 15 de maio a 16 de junho na zona da 4.ª região.

Tiveram lugar também *viagens e visitas* a diversas regiões, fortificações e estabelecimentos militares.

O 1.º curso, constituído por 35 alunos, realizou as suas visitas de 15 a 30 de junho. O 2.º curso, com 22 alunos, realizou as visitas em 3 grupos, sendo os do 1.º grupo, constituído pela classe de astronomia, de 13 de junho a 27 de junho; os do 2.º grupo, classe de industria militar, de 11 a 30 de junho; os do 3.º grupo, classe de comunicações, de 11 a 30 de junho.

O 3.º curso, compreendendo 13 alunos, concluiu os seus trabalhos de 18 a 30 de junho.

II—O *exame de admissão* à escola superior de guerra, para o curso que começa em 15 de setembro de 1921, teve lugar recentemente, havendo 25 lugares a preencher pelos melhor classificados, sendo destinados: 16 para os concorrentes de infantaria, 4 para os de artilharia, 3 para os de cavalaria e 2 para os de engenharia.

Há ainda mais 5 lugares, que podem ser preenchidos por oficiais com boa classificação, mas que, pelo reduzido numero de lugares destinados á sua arma, lhes não pertença ser chamados.

Ao exame de admissão podem concorrer alferes, tenentes e capitães das diversas armas.

O exame de admissão compreende:

Literatura espanhola; geografia geral e da Península; historia universal; direito politico e administrativo; francês; e resolução de um problema tático.

Contingente de instrução.—A parte do contingente de 1920, chamada de *instrução*, compreende este ano mais de 32:000 mancebos.

Para que estes recrutas beneficiem da redução do tempo de serviço, que lhes faculta a lei de recrutamento, é necessário juntarem ao requerimento, além dos outros documentos exigidos, o recibo de ter pago a 1.ª prestação da quota militar. Estes recrutas foram mandados apresentar nas unidades sem terem de ir aos distritos de recrutamento. A distribuição dos recrutas convocados é a seguinte:

Na 1.ª região, 4:901 de infantaria, 395 de artilharia, 115 de intendência, 100 de saude militar e 150 de sapadores; na 2.ª região 4:975 de infantaria, 285 de artilharia, 75 de intendência, 55 de saude e 150 de sapadores; na 3.ª região, 4:905 de infantaria, 315 de artilharia, 55 de intendência, 40 de saude e 250 de sapadores; na 4.ª região, 2.733 de infantaria, 375 de artilharia, 75 de intendência, 55 de saude e 225 de sapadores; na 6.ª região, respectivamente: 2:609, 345, 200, 130 e 250; na 7.ª região, respectivamente: 2:734, 255, 40 e 30; na 8.ª região, respectivamente: 4:790, 190, 70 e 40; nas Baleares, respectivamente: 295, 185, 10 e 20; nas Canarias, respectivamente: 252 e 110.

Temos assim: 28:194 de infantaria, 2:455 de artilharia, 640 de intendência, 470 de saude militar e 1:025 de sapadores-mineiros.

Para o regimento de telegrafos, para os 2 regimentos de caminhos de

ferro, para o corpo de aeronautica e para o batalhão de T. S. F. são destinados os que estejam especializados nestes serviços. São estes os unicos que não podem escolher a unidade em que desejam ser encorporados.

Estados Unidos

Composição das unidades de cavalaria.

a) A *divisão* é considerada unidade administrativa e tactica e compreende:

Um *estado maior*, 3 brigadas de cavalaria, 1 regimento de artilharia a cavalo, 1 batalhão de engenharia montado, 1 batalhão de sinaleiros montado, 1 esquadrilha de aviação, 1 parque de munições, 1 comboio de viveres, 1 trem de engenharia e 1 trem sanitario.

b) A *brigada*, considerada como unidade táctica, compreende um E. M. e 3 regimentos de cavalaria.

c) O *regimento*, sob o comando de um coronel ou tenente-coronel, é constituído por 3 grupos de esquadrões e 4 metralhadoras.

d) O *grupo*, sob o comando de um major, compreende 2 a 4 esquadrões.

e) O *esquadrão*, sob o comando de um capitão, tem 3 a 4 pelotões, cada um destes comandado por um tenente, e tendo 2 secções.

Estas tem 2 esquadras de 8 cavaleiros cada uma, e com 2 sargentos. O pelotão tem portanto, 1 tenente, 32 soldados e 4 sargentos.

Um novo canhão gigantesco.— Foi recentemente construída nos E. Unidos uma peça de artilharia de costa e que foi fabricada no arsenal de New York. Tem as seguintes características:

40^{cm},64 de calibre; 154:221 kg. de peso; 21^m de comprimento; e emprega um projectil de 1.088 kg. de peso com uma carga de projecção de 385 kg. de pólvora sem fumo, lançado com uma velocidade de 823^m por segundo. A velocidade de tiro é de um tiro por minuto. Está montada num reparo de eclipse, pesando 856 T. O ângulo máximo horizontal é de 360° e o ângulo de elevação é de 30°. A este ângulo, o alcance é de 36^{km},5. (*Memorial de Infantaria*).

Novo campo de tiro.—No polígono de Aberdeen organizou-se recentemente um novo campo de tiro para armas portáteis, onde se tem realizado diversas experiências para determinar as *táboas de tiro* às grandes distâncias, para espingardas e metralhadoras, empregando-se diferentes modelos de balas.

A bala que tem dado melhores resultados pesa 11^{gr},5 e tem um alcance superior a 5:000 metros.

França

A reorganização do exército. A hierarquia militar.— Como já vimos, a nova organização do exército vem substituir a lei fundamental orgânica de 13 de março de 1875, e outras alterações a esta, que depois foram aparecendo.

Sob o ponto de vista da *hierarquia militar*, o novo projecto de lei cons-

titue 5 graus hierarquicos no quadro dos sargentos: 2.º sargento, 1.º sargento, aspirante, ajudante, ajudante-chefe.

O quadro do generalato conserva-se o mesmo, e o *marechal de França* continua a ser uma *dignidade* e não um *posto*, pois não é mesmo mencionado na quadro dos generais.

Continua a haver nos officiaes dos diferentes serviços *assimilação* de postos ou de graduações em relação aos officiaes das armas, de modo a continuar bem acentuada a diferença entre officiaes *combatentes* e *não combatentes*:

Continúa a haver a diversidade de origem no *recrutamento dos officiaes*, não tendo vingado a opinião de alguns officiaes, que pretendiam que se devia procurar estabelecer a homogeneidade no corpo de officiaes, por meio de um recrutamento de uma origem unica.

Continua a haver 3 origens diferentes:

As *escolas militares* especiais das diferentes armas; as *escolas militares*, destinadas a receber os sargentos que tenham 3 anos de serviço na tropas, dos quais 2 como sargentos; e por fim, ainda podem ser promovidos a officiaes, sem passarem pelas *escolas*, os sargentos-ajudantes com 6 anos de serviço nas fileiras, sendo pelo menos, 4 anos como sargentos.

Este critério obedece ao principio de fazer entrar na corporação de officiaes, individuos de diversas proveniências, trazendo para o exército todas as classes da sociedade; uma verdadeira *democracia militar*.

As *bases da promoção* foram também alteradas. Para a promoção a capitão metade das vacaturas são preenchidas por *antiguidade* e a outra metade por *escolha*; para a promoção a major, um terço é por *antiguidade* e dois terços por *escolha*; para os outros postos a promoção é só por *escolha*.

A promoção é feita por intermédio de 2 órgãos:

Uma primeira comissão regional, presidida pelo general comandante da região territorial, e da qual fazem parte todos os generais em serviço na respectiva região, organiza a lista dos officiaes subalternos em condições de promoção; uma comissão central, presidida por um vogal da Comissão superior de guerra, reúne as listas regionais e organiza uma lista unica, que envia ao ministro da guerra.

Para os officiaes superiores é organizada uma primeira lista em cada inspecção de arma, sendo presidida pelo vogal do Conselho Superior de guerra inspector e compreendendo os comandantes de corpo de exército respectivos. A comissão central é presidida pelo vice-presidente do Conselho Superior de Guerra, fazendo parte, como vogaes, o inspector geral e o director da arma ou serviço interessado.

Os generais são *escolhidos* pelo ministro da guerra dentre os que fazem parte da lista organizada pelo Conselho Superior de Guerra.

Na promoção por antiguidade ao posto de major faz-se primeiro uma *selecção* por eliminação. Os capitães indicados como não satisfazendo ás condições de promoção passam ao quadro da *reserva*.

Nenhum official pode ser promovido ao posto immediato, ou seja por antiguidade ou por *escolha*, sem ter a possibilidade de ter 2 anos de permanência no novo posto.

Tem-se para isto de atender à idade do official.

São mantidos os *limites de idade* já adoptados durante a guerra; 62 anos para os generaes de divisão; 60 para os generaes de brigada; 59, para os coroneis; 58, para os tenentes-coroneis; 56, para os majores; 53, para os capitães; 51, para os tenentes e alferes, (R. M. S.)

A escola de aplicação de infantaria.—Foi já inaugurada em Versailles com o character provisório um *centro de aperfeiçoamento da infantaria*, e que será a futura *escola de aplicação* da arma de infantaria.

Esta escola é destinada a receber os officiaes alunos de Saint-Cyr e de Saint-Maixent, onde vão completar a sua instrução profissional, com uma feição essencialmente prática, especialmente sob o ponto de vista táctico.

A esta escola terão ainda de ir fazer um curso de informação os tenentes, capitães e tenentes-coroneis antes da sua promoção ao posto immediato.

Êste estagio, que é de 6 semanas, tem por fim não só verificar se os officiaes possuem os necessários conhecimentos profissionais, mas ainda prepará-los para o desempenho das funções do posto immediato. Êste ano foram fazer êsse estagio, que começou a 20 de Junho, 200 officiaes superiores de todas as armas para fazerem um curso de táctica de infantaria durante 15 dias. Em seguida, os officiaes de cavalaria, artilharia e engenharia deveriam ir para as escolas de aplicação das suas armas, enquanto que os officiaes de infantaria continuariam em Versailles até perfazer as 6 semanas. No fim dos cursos todos os officiaes reúnem-se no campo de Mailly para assistir aos exercicios de infantaria com fogos reais.

O serviço aeronáutico no exército.—O serviço aeronáutico comprehende em França esquadilhas de aviação e companhias de aerosteiros. Em tempo de paz as unidades dêstes serviços grupam-se em regimentos. Um regimento de aviação comprehende 16 officiaes e 550 praças.

Os regimentos de *observação* tem, porém, 18 officiaes e 650 praças.

Um regimento de aerosteiros tem 17 officiaes e 240 praças.

As esquadilhas de caça são diferentemente constituídas, conforme são destinadas ao serviço de dia, ou ao serviço de noute. O mesmo tem lugar relativamente às esquadilhas de bombardeamento.

As *esquadilhas de caça* de dia tem 2 officiaes e 56 praças.

As *esquadilhas de bombardeamento* de dia tem 3 officiaes e 67 praças; enquanto que as de noute, tem: 4 officiaes e 69 praças.

As *esquadilhas de observação* tem: 3 officiaes e 55 praças.

As esquadilhas do Norte de Africa tem 4 officiaes e 63 praças.

Cada *companhia de aerosteiros* tem: 2 officiaes e 100 praças.

Os officiaes promovidos durante a guerra sem um curso normal.—Em virtude das necessidades da guerra, e por falta de subalternos, foram promovidos a officiaes, sargentos e outras praças sem terem as habilitações que eram normalmente exigidas em tempo de paz. Êsses officiaes vão actualmente constituir um *quadro especial*, onde não terão promoção, e serão sucessivamente reformados logo que completem 15 anos de serviço. É-lhes permitido porém passar ao quadro dos officiaes de complemento, ou mesmo ao quadro permanente, mas para isto tem de ir às escolas militares de sargentos (Saint-Maixent, Saumur, Versailles e Fontainebleau) fazer o curso respectivo da sua

arma. Alguns dos officiaes visados tinham dado em campanha provas do seu valor e aptidões de comando, como subalternos; mas como se procura preparar officiaes para postos mais superiores. é preciso que tenham conhecimentos mais gerais e mais elevados, dos que adquiriram pela prática da guerra.

Ainda o govêrno procura a colocação dêstes officiaes em emprêgos civis. Vê-se, portanto, que se procura por diversos meios eliminar das fileiras officis que teem uma preparação muito reduzida.

Inglaterra

A escola de estado maior de Camberley. Já tivemos ensejo de nos referir a esta escola¹, mas hoje vamos dar indicações mais completas a seu respeito.

Como vimos, durante a guerra o desenvolvimento dos serviços de estado maior e o grande número de baixas produzidas nos officiaes diplomados do estado maior, que tinham (erradamente) sido enviados a comandar unidades das suas armas de origem, obrigaram a chamar ao serviço de estado maior officiaes das diferentes armas sem o respectivo curso de estado maior. Êstes officiaes, terminada a guerra, foram habilitar-se na escola de Camberley com o respectivo curso de estado maior; mas fez-se para êstes officiaes um curso reduzido, cuja duração era de um ou dois anos conforme a idade dêstes officiaes.

Ao primeiro curso foram chamados, por indicação do *Army Council*, 110 officiaes, sendo 84 para o exêrcito inglêz, 10 para India, 5 para o australiano, 5 para o do Canadá, 1 para o da Nova Zelandia, 1 para o da Africa do Sul, 2 para a marinha e 2 para a aviação.

Entre êstes officiaes alguns havia com postos superiores, e a sua entrada no escola de Camberley fez-se sem o exame de admissão. Êste exame, porém foi já restabelecido para o curso normal que tem logar no proximo ano. Serão admitidos na escola 55 officiaes, sendo 30 dos mais classificados no exame e 25 dos que mais se tenham distinguido na guerra. A' medida que vão diminuindo os officiaes provenientes da guerra, será aumentado o número dos que tenham de fazer exame de admissão, e êste aumentará de importância.

O exame de admissão foi restabelecido em 1921 com a importância anterior para os alunos que entram em 1922.

A escola de Camberley, que fica a pouca distância de campo militar de Aldershot, tem excelentes instalações e é uma escola modelar. Os officiaes aí teem o seu alojamento, dispondo cada um de um quarto e um gabinete de trabalho. A escola dispõe de duas vastas salas para conferências e trabalhos práticos. As salas da *mess* são sumptuosas e é admiravel a rica baixela de prata, que a escola possui, e que foi um presente real.

O *ano escolar* compreende 4 periodos :

1.º periodo.—De 22 de Janeiro a 15 de abril, seguindo-se as férias da primavera, de 16 de abril a 15 de maio ;

2.º periodo—De 16 de maio a 31 de julho, seguindo-se as férias do verão, de 1 de agosto a 30 de setembro ;

¹ *Revista Militar*, n.º 11 de 1920.

3.º período—De 1 outubro a 21 dezembro, seguindo-se as férias de inverno, de 22 de dezembro a 21 de janeiro.

O 2.º período começa por uma *viagem de estado maior*, a cavalo, que dura apenas 4 dias.

O 4.º período é especialmente destinado ao serviço de estado maior em tempo de paz.

Em novembro e dezembro teem lugar os exercicios combinados da aviação e marinha, efectuando-se o estudo das condições em que se executam os grandes desembarques de tropas.

Durante o curso os alunos são adidos, para efeitos de instrução, ás diversas unidades que estacionam no campo militar de Aldershot, onde fazem serviço durante as férias, e tomam parte nas grandes manobras.

Os officiaes que não pertençam a uma arma montada recebem lições de equitação no picadeiro da escola até serem dados aptos para o exame.

Os alunos que no fim do 1.º ano teem má informação não podem frequentar o 2.º ano.

No fim do curso o Conselho escolar organiza uma lista com os nomes dos alunos considerados aptos para o serviço de estado maior, e que é enviada confidencialmente ao Ministério da guerra, que então indica, em virtude das informações, quaes os alunos que deverão ser chamados ao serviço do estado maior.

O curso normal, como dissemos, é de 2 anos.

No primeiro ano (*secção junior*), as materias professadas são: História militar e estrategia; organização do exército e administração; táctica das armas e regulamento de companhia; serviço de estado maior em campanha; reconhecimentos, acompanhados dos respectivos relatórios e mapas; fortificação e diversos trabalhos de engenharia dentro de uma divisão, marchas e estacionamentos (trabalhos logísticos); Mobilização; serviço de informações; organização dos exercitos estrangeiros (França, Alemanha, Japão e Estados-Unidos); jogo da guerra; visitas e missões; viagem de estado maior; conferências feitas pelos alunos na escola; conferências fóra da escola; equitação e hipologia; aviação (no aerodromo de Farnborough).

No 2.º ano (*secção senior*) são estudadas as materias do ano anterior e outras novas. Temos assim:

Historia militar e estrategia, estudando-se as operações dos exercitos alemão e francês na Grande Guerra, as campanhas británicas, tanto na frente ocidental, como na Palestina, Mesopotamia, Galipoli, Solonica e em Waziristau; estrategia e defesa imperial, especificando-se os trabalhos da Comissão de defesa imperial e da Comissão de defesa de além-mar; geografia militar; táctica geral; serviço de estado maior no corpo de exército, na divisão de cavalaria, no exército e no G. Q. G. (ordem e instruções em campanha); serviços de engenharia de campanha (no corpo de exército); organização e administração do exército; serviço de transportes; relações da Industria com o exército; psicologia da guerra; serviço de informações; serviços de estado maior em tempo de paz; cooperação da marinha com a aviação; jogo da guerra (problemas sôbre a carta); viagem de estado maior; visitas e missões a diversas escolas (escola de educação fisica em Aldershot, escolas de infantaria, cavalaria e administração militar, esta em Chisledon, escola de enge-

nharia militar em Chatam, academia de artilharia e engenharia). São destinados 15 dias para estas missões. Também se realizam visitas aos campos de batalha da Europa.

Os alunos teem todos de fazer uma conferência ao terminar os seus cursos. Os que não teem cavalos, é-lhes fornecido um cavalo, de que dispõem para passeio e mesmo para tomarem parte em caçadas particulares, pagando para isso 10 libras por ano e 2 como seguro contra quaesquer accidentes.

Na escola dá-se grande importância á resolução de problemas tácticos, que são discutidos com todo o desenvolvimento.

Para ministrar a instrucção ha na escola, além de varios instrutores, 18 professores, sendo êstes escolhidos entre os officiaes superiores que tomaram parte na guerra. Entre êstes, ha um que comandou uma divisão, 8 que comandaram brigada, 3 desempenharam o cargo de chefes de E. M. de corpo de exército, e 2 tinham recebido a cruz Victoria.

A escola é dividida em 2 secções, cada uma comandada por um brigadeiro, e é seu *director* o general Anderson, que foi chefe de E. M. do 2.º exército em França..

Exame de admissão à Escola de Estado Maior em Camberley. — Como já tivemos occasião de dizer, após a terminação da guerra, organizaram-se uns cursos especiaes na escola de Camberley para os officiaes que tinham tomado parte na guerra, dispensando-se para a admissão naquela escola o exame que regulamentarmente era exigido; mas agora que se vae entrar na normalidade, já em fins de 1921 tem logar o *exame de admissão*, para o curso de 1921-922.

Êste exame comprehende 2 partes: A 1.^a parte versa sobre as seguintes materias:

a) *Preparação da guerra*: Serviço em campanha; regulamentos de instrucção; temas tácticos.

b) *Organização*: organização e administração do exército britânico e das forças do imperio; dados geraes sôbre a organização dos exercitos europeus.

c) Codigo do processo criminal militar.

d) História e geografia de todas as partes do Imperio britânico; influencia dos paes estrangeiros sobre a estrategia britânica.

A 2.^a parte comprehende: linguas; sciências: historia geral.

As condições dêste exame são estabelecidas de modo que os officiaes possam mostrar não só os seus conhecimentos profissionaes, mas ainda os seus conhecimentos geraes.

Escola para officiaes superiores. — Foi criada uma escola para officiaes superiores, de forma que nenhum major pode ser promovido a tenente-coronel (excetuam-se os officiaes medicos e do serviço veterinario) sem que tenham feito o curso desta escola e obtido boa informação.

Esta escola tem por fim:

1.º — Fazer conhecer os principios tácticos e aprecia-los, de modo a estabelecer a unidade de método na sua applicação em todo o exército;

2.º — Dar aos officiaes superiores de todas as armas ensejo de trocarem ideas sobre o emprego e administração das unidades das diversas armas;

3.º — Dar aos officiaes superiores de todas as armas conhecimentos táticos superiores aos que podem adquirir nas unidades da sua arma ;

4.º — Permitir que se possa informar sôbre a aptidão dos officiaes para o comando de tropas.

Os cursos tomam um character prático, e, por emquanto, teem apenas a duração de três meses.

Promoção dos officiaes. — Até 31 de dezembro de 1921 os officiaes serão promovidos sem serem submetidos a exame, como era exigido antes de 1914, bastando terem boas informações ; mas a partir de 1 de janeiro de 1922 nenhum official poderá ser promovido sem ter prestado as provas regulamentares, satisfazendo a um exame.

As provas dêste exame começam a ter logar no 2.º semestre de 1922.

Vê-se, pois, que a normalidade tem sido restabelecida paulatinamente, para que os officiaes tenham tempo de se irem preparando para dar as suas provas, pois o decreto prevenindo-os disso foi publicado em 1920 para não serem apanhados de surprêsa, o que é humano e justo.

A educação física no exército. — Como complemento á organização da educação física civil, que tomou um grande character de generalização e de obrigatoriedade em todas as escolas civis, foi tambem organizada a educação física no exército.

Para isso existe no Ministério da Guerra a repartição de instrução do Estado Maior imperial. da qual dependem todas as questões de educação física ; e ainda, o *Army-Sport control Board* que se ocupa do desporte e dos jogos no exército, tendo em vista coordenar todos os esforços, solucionar as diversas dificuldades que possam surgir, e estabelecer a ligação entre as organizações militares e as outras organizações similares (marinha, civis e estrangeiras).

Ha uma *inspecção* de educação física, que é responsavel para com o Estado Maior imperial da educação física de todas as tropas britânicas. Êste inspector corresponde-se com o chefe da repartição médica, que ha junto do Ministério de Instrução publica e que superintende na educação física de todo o reino, com o fim de se estabelecer uma perfeita harmonia entre as medidas tomadas no Ministério de Instrução e no da Guerra relativamente à educação física, especialmente dos mancebos dos 14 aos 18 anos.

Uma *escola de educação física* para o exército existe em Aldershot, a qual tem por fim :

1.º — Formar officiaes e sargentos instrutores, os quaes fazem um curso de 63 dias uteis ;

2.º — Dar um ensino complementar ou de aperfeiçoamento aos que fizerem o primeiro curso para que possam ir desempenhar as funções de instrutores nas escolas e estabelecimentos.

Em cada *circunscrição militar* ha :

No estado maior da circunscrição um major director que superintende na instrução da circunscrição, e uma escola de circunscrição preparatória para os candidatos à escola de Aldershot.

Em cada distrito ha um director-adjunto ; em cada guarnição, um inspector ; em cada depósito, um inspector e diversos adjuntos ; em cada regi-

mento, um director da educação física no seu regimento, tendo diversos auxiliares; em cada batalhão, um sargento instrutor; em cada companhia, um instrutor auxiliar.

Todos os instrutores são considerados supranumerários nos corpos a que pertencem.

Para regulamentar e estabelecer princípios de doutrina ha *Manuaes de educação física*.

Organização do exército. — O exército inglês comprehende:

- I — O *exército regular e sua reserva*;
- II — A *Milicia*;
- III — O *exército territorial*.

No *exército regular* o recrutamento é feito exclusivamente por meio de alistamentos voluntarios, voltando-se assim à normalidade, como era antes da guerra.

Os voluntarios alistam-se por um período de 12 anos, mas conservam-se nas fileiras desde um a sete anos, conforme as armas ou serviços.

Terminado o tempo de serviço na fileira, os homens passam à *reserva do exército regular* para completarem o tempo de serviço do seu alistamento.

O *exército regular* comprehende:

- 1.º) O *exército metropolitano* com 6 divisões mixtas, 1 divisão de cavalaria, diversas guarnições locais e serviços diversos;
- 2.º) O *exército de guarnição nas colonias*, comprehendendo 75 batalhões de infantaria, varias unidades de outras armas e serviços.

Na *milicia* o recrutamento é também feito por alistamentos voluntarios e por um período de 6 anos. Mas o tempo de permanência nas fileiras é apenas de 3 meses no primeiro ano, e de um mês nos anos restantes até completarem o tempo de alistamento.

A força miliciana está organizada em batalhões (75 batalhões) e constitue a reserva geral suplementar. Na ocasião da mobilização estes batalhões constituem divisões suplementares, podendo ir reforçar as divisões do exército regular de forma que este exército conjuntamente com a milicia formam as tropas de 1.ª linha.

O *exército territorial* constitue o exército de 2.ª linha, sendo destinado à defesa do territorio, e, só em circunstâncias excepcionaes, é que poderá ser enviado para fóra da metrópole e depois de uma votação do parlamento.

O recrutamento para o exército territorial é também por alistamentos voluntarios.

O exército territorial só pode ser mobilizado quando o tiver sido a reserva do exército regular.

Este exército constitue regimentos, que podem ser grupados em brigadas e divisões.

Estes voluntarios formam 3 categorias:

1.ª—Os soldados dos 18 aos 38 anos que já tenham servido durante a guerra, pelo menos, 6 meses. Estes homens alistam-se por um periodo de 3 anos.

2.ª—Os homens que fazem parte dos „Batalhões de Cadetes,“ e que tem mais de 17 anos. Estes homens alistam-se por 4 anos.

3.^a—Os homens, sem terem instrução militar alguma, dos 18 aos 38 anos, e que se alistam por 4 anos.

Os voluntarios do exército territorial alistam-se numa arma á sua escolha.

Os homens do exército territorial são sujeitos ás leis militares sómente quando estejam em instrução, ou tenham sido nomeados para serviço.

Anualmente os homens do exército territorial fazem 8 a 45 exercicios de uma hora cada um, conforme as armas. Na infantaria fazem 10 exercicios e na artilharia 45.

O *estado maior permanente* do exército territorial comprehende 612 officiaes e 2.425 praças.

O efectivo mobilizavel, comprehendendo o E. M. permanente, é de 236.637 homens.

O concurso hipico internacional do Olympia.—Foi deveras interessante o concurso hipico realizado em junho na Inglaterra, e ao qual concorreram equipas de officiaes espanhoes, franceses, italianos, belgas, holandeses e suecos.

Foi muito notada a ausência de officiaes portuguezes, apesar do convite que para esse concurso fôra dirigido ao governo portuguez.

Não sabemos as razões ponderosas que teve o nosso govêrno em não enviar officiaes do nosso exército, que, por certo, o saberiam honrar neste certâmen.

O concurso do Olympia durou alguns dias. Além das provas de equitação, ainda teve lugar uma exposição de cavalos de sela e tracção. Os premios eram em grande número, e os pecuniarios eram de grande valor.

A este grande concurso seguiu-se ainda um outro concurso hipico promovido pelo comando militar de Aldershot para o qual também tinham sido convidados officiaes portuguezes.

A grande festa da aviação militar no aerodromo de Hendon.—Uma brilhante festa da aviação militar teve lugar em Inglaterra, onde se exhibiram os mais recentes modêlos de aeroplanos e se effectuaram os mais arriscados e surpreendentes trabalhos aéreos.

A esta festa assistiram mais de 100.000 pessoas. O número mais curioso foi o bombardeamento de uma aldeia, que para esse fim fôra previamente construida. Os habitantes que ali residiam (com character provisório), ao ser dado o sinal de bombardeamento, fugiam espavoridos, levando o que podiam, representando da melhor maneira possivel o que na realidade se daria.

Houve combates aéreos, descidas em pára-quadras, destruição de um balão cativo, e outros trabalhos.

As entradas eram pagas e o seu produto era destinado a uma obra de caridade.

O regimento de cavalaria actualmente.—O regimento de cavalaria do exército inglêz ficou constituido por: 3 esquadrões, tendo cada um 4 metralhadoras; e 1 esquadrao adjunto com duas secções de metralhadoras (8 maquinas).

Tendo sido reduzido o efectivo da cavalaria (de 20.300 a 16.000 homens), vão ser suprimidos os 4 regimentos mais modernos.

Polonia

O exército polaco.—O serviço militar é pessoal e obrigatório. Os soldados conservam-se 2 anos no serviço activo, 9 na reserva, 9 na *landwehr* e 22 na *landsturm*. O serviço vae dos 18 aos 60 anos de idade.

O exército compreende 21 divisões activas de infantaria e 4 de reserva, e 9 brigadas de cavalaria e algumas brigadas autonomas de infantaria.

A *divisão* é constituída por:

2 brigadas de infantaria a 2 regimentos; 2 esquadrões de cavalaria; 1 brigada de artilharia; 1 batalhão de engenharia; 1 esquadrilha de aviação; 1 destacamento de ligação; e diversos serviços.

A *brigada de cavalaria* é constituída por:

3 regimentos de cavalaria; 1 grupo de artilharia a cavalo; 1 destacamento de telefonistas, e os serviços correspondentes.

Russia

O general Kuropatkine.—O telegrafo transmitiu-nos o falecimento em Moscou do general russo Kuropatkine com a idade de 72 anos. O falecido general representou um papel importantissimo no exército do seu país. Tendo feito o curso da escola de cadetes do 1.º corpo, passou depois á escola militar de Paulo I. Foi, terminado o curso, promovido a alferes em 1866, e a tenente em 1869. Neste posto, fez o curso do estado maior, entrando no corpo de estado maior em 1874, sendo 2 anos depois promovido a capitão.

Durante os anos de 1876 e 1877 serviu no Turkestão e depois na Bulgaria, voltando depois á Russia. Em 1878 era já coronel, indo comandar de 1879 a 1883 a brigada de fuzileiros no Turkestão. Chamado a dirigir a secção de strategica do estado maior, conservou-se nesta situação durante 7 anos.

Em 1888 tinha sido promovido a major-general, e em 1890 a tenente-general.

Em 1890 foi nomeado governador do distrito militar carpiano. Em 1898 era nomeado ministro da guerra.

Tomou uma parte importante na guerra russo-japonesa de 1905-906, escrevendo sobre esta guerra as suas «*Memorias*», cuja publicação foi proibida na Russia, tendo de fazê-las editar em Londres. Escreveu muitas obras notaveis, como foi uma sobre a Argelia, em cujo exército servira em 1874, sendo muito apreciada a sua acção pelos franceses. Descreveu e comentou as operações do general Skobelev na guerra russo-turca de 1878, consagrando um livro especial ao sitio de Pleuna.

Tornou-se tambem notavel o seu livro a «*Conquista da Turcomania*».

Em 1916 foi nomeado para comandar os exercitos da frente Norte russa, sendo os ultimos serviços prestados á sua Patria, a cujo desmoronamento êle assistiu no meio da maior desolação.

Espirito muito ilustrado e liberal nada pôde fazer para deter a anarquia que se seguiu ao baquear do imperio.

Mais tarde, a acção militar de Kuropatkine será avaliada com maior justiça.

Diversos

Evolução orgânica da infantaria no decurso da G. guerra.

1—ALEMANHA

Divisão : Em 1914, 2 brigadas ; em 1918, 1 brigada.

Brigada : Em 1914, 2 regimentos ; em 1918, 3 regimentos.

Regimento : Em 1914, 3 batalhões e 1 companhia de metralhadoras ; em 1918, 3 batalhões, 1 companhia de metralhadoras e 1 destacamento de informações.

Batalhão : 1914, 4 companhias ; em 1918, 4 companhias e 1 companhia de metralhadoras.

Companhia : Em 1914, 3 pelotões ; em 1918, 3 pelotões e 2 metralhadoras ligeiras por pelotão.

2—AUSTRIA

Divisão : Em 1914, 2 brigadas ; em 1918, 2 brigadas, 1 batalhão de metralhadoras, e um destacamento de assalto.

Brigada : Em 1914, 2 regimentos ; em 1918, idem.

Regimento : Em 1914, 4 batalhões, 1 destacamento de sapadores e 1 pelotão de telefonistas ; em 1918, 3 batalhões, 1 companhia técnica, 1 destacamento de telegrafistas e 1 destacamento de peças de acompanhamento.

Batalhão : Em 1914, 4 companhias e 2 metralhadoras ; em 1918, 4 companhias e 1 companhia de metralhadoras.

Companhia : Em 1914, 4 pelotões ; em 1918, 3 pelotões, com 1 metralhadora ligeira por pelotão, e mais 1 grupo de 4 metralhadoras.

3—BELGICA

Divisão : Em 1914, 3 brigadas ; em 1918, 3 regimentos.

Brigada : Em 1914, 2 regimentos ; em 1918, não ha brigadas.

Regimento : Em 1914, 3 batalhões ; em 1918, idem.

Batalhão : Em 1914, 4 companhias ; em 1918, 3 companhias e 1 companhia de metralhadoras.

Companhia : Em 1914, 3 pelotões ; em 1918, 3 pelotões com 3 metralhadoras ligeiras por pelotão.

4—FRANÇA

Divisão : Em 1914, 2 brigadas ; em 1918, 3 regimentos.

Brigada : Em 1914, 2 regimentos ; em 1918, não ha brigadas.

Regimento : Em 1914, 3 batalhões e 1 companhia com o E. menor ; em 1918, idem.

Batalhão : Em 1914, 4 companhias e 2 metralhadoras ; em 1918, 3 companhias, 1 companhia de metralhadoras e 1 companhia de peças de 37 m/m.

Companhia : Em 1914, 4 pelotões ; em 1918, 4 pelotões com 4 metralhadoras ligeiras por pelotão.

5—INGLATERRA

Divisão : Em 1914, 3 brigadas ; em 1918, 3 brigadas e 1 companhia de metralhadoras.

Brigada : Em 1914, 4 batalhões ; em 1918, 4 batalhões, 1 companhia de metralhadoras e 1 bateria de morteiros.

Regimento : Não existem.

Batalhão : Em 1914, 4 companhias e 2 metralhadoras ; em 1918, 4 companhias e 8 metralhadoras ligeiras.

Companhia : Em 1914, 4 pelotões ; em 1918, idem.

6—ESTADOS-UNIDOS

Divisão : Em 1918, 2 brigadas, 2 companhias de metralhadoras (1 batalhão).

Brigada : Em 1918, 2 regimentos.

Regimento : Em 1918, 3 batalhões a 4 companhias.

Batalhão : 4 companhias de fuzileiros e 1 companhia de metralhadoras, (8 maquinas).

Camião automovel alemão para o transporte de munições. — Os alemães empregavam em 1918 auto-camiões, tipo *caterpillar*, para o transporte de munições de artilharia pesada, atravessando os terrenos esburacados pelo bombardeamento. Estes camiões tinha a superestructura completamente de madeira e não eram armados, nem blindados. O motor estava alojado no centro do veículo e os cofres de munições eram colocados á frente e á retaguarda do motor. O camião tinha 7^m,80 de comprimento, 3^m de altura e 2^m,50 de largura.

O maior dirigivel. — Os ingleses construíram um grande dirigivel, o R. 38, o qual tem uma capacidade para mais de 100.000^m³ de gaz ; pesa 83 T. e transporta 50 T. de carga útil ; é acionado por 6 motores Sunbeam «Cossack», desenvolvendo cada um 350 H. P. ; a sua velocidade maxima é de 112 km. á hora e a velocidade normal é de 96 km.

Para uma viagem de 8.000 km., a toda a velocidade, transporta 30 T. de petroleo, que são repartidas por 50 tanques. Para uma velocidade normal aquele petroleo permite um percurso de 10.400 km.

O armamento deste dirigivel é constituído por 14 metralhadoras Lewis, uma peça automatica de uma libra, 4 bombardas de 520 libras cada uma e 8 de 230 libras.

E' este o maior dirigivel construído.

(*Engineer ring* — junho).

Orçamento do ministério da guerra alemão. — Para 96.000 praças, 705 milhões de marcos ; para 4.479 officiaes, 557 milhões ; para 930 empregados militares, 18 milhões ; para viveres, 636 milhões ; fardamento e equipamento, 170 milhões ; educação e assistência, 285 milhões ; exercicios de tiro, 51 milhões ; quartéis, 116 milhões ; munições, 82 milhões ; serviço de transporte, 134 milhões ; serviço de ligações, 22 milhões ; fortificações, 4 milhões ; armamento, 64 milhões. Total, 2.844 milhões de marcos.

Concurso internacional hipico de Nice. — Nas festas de Nice o concurso hipico constituiu um numero importante dessas festas. O concurso comprehendia corrida de obstaculos e campionato do cavallo de guerra.

Nas provas de obstaculos tomaram parte 10 officiaes belgas, 10 officiaes francêses, 9 officiaes italianos, 3 officiaes suecos, 3 officiaes suissos e 1 dinamarquês. Os officiaes belgas ganharam 16 premios, sendo 2 primeiros premios, na importância total de 9.200 francos. Os officiaes francêses ganharam 47 premios (sendo um 1.º premio) na importância total de 30.650 francos. Os

italianos ganharam 37 prémios, sendo seis 1.^{os} prémios na importância total de 30.300 francos. Os suíços tiveram 7 prémios, sendo um 1.^o prémio, na importância total de 5.950 francos.

Os officiaes que melhor se apresentaram foram os suíços.

No campeonato do cavallo de guerra foram o capitão Norlander e o tenente Ekstroem, ambos officiaes suecos, os que melhor se apresentaram. O capitão Norlander montava um cavallo nascido na Suecia e que não era puro sangue. O tenente Ekstroem montava uma egua de puro sangue e com 17 anos. Os officiaes francezes não sobressaíram aos officiaes estrangeiros. (*Revue de Cavalerie*).

A cavalaria em relação ás outras armas em 1920. — Segundo os orçamentos de 1920, vemos que na Belgica, sendo o efectivo do exército de 113.500 homens, a cavalaria tem 6.000, ou sejam 5,3 % do efectivo total; na Italia temos respectivamente 175.000 homens e 6.100, a que corresponde 3,4 %; na Grã-Bretanha, 296.000 e 16.000, ou sejam 5,4 % do efectivo total; nos E. Unidos, 208.000 e 17.000, ou sejam 8 % do efectivo total; no Japão, 283.039 e 15.052, ou sejam 5,3 %; na França, 720.000 e 51.000, ou sejam 7,08 % do efectivo total. (*Revue de Cavalerie*. Agosto 1921).

Reorganização do exército australiano. — Começou a vigorar em 1 de maio a nova organização do exército. Em virtude desta organização, o exército australiano é constituído por 5 divisões de infantaria e 2 de cavalaria. (*Morning Post*).

V. C.

CRÓNICA MARÍTIMA

Brasil

Problema naval. — Na abertura do Congresso, o Presidente da Republica, sr. Dr. Epitacio Pessoa, pediu um voto para a aquisição de cruzadores ligeiros, destroyers, submarinos e aéreos.

Estados-Unidos

Bases Navais. — Consta que um financeiro americano obteve do Governo russo duas concessões territoriais importantes, que podem tornar-se de grande valor militar num conflito entre a America do Norte e o Japão; trata-se da Baía da Avatcha, conhecida sob a designação de Gibraltar do Pacifico e duma base nas proximidades de Vladivostock. A primeira é um enorme porto capaz de abrigar as maiores esquadras do mundo e fica a 24 horas de Alaska e a 2 dias do Norte do Japão. Com auxilio de quebra-gelos pode ser utilizada mesmo de inverno. A outra base possui boas condições para o estabelecimento de um centro de aviação.

França

Ainda o inquerito do «Moniteur de la Flotte». — Continúa o *Moniteur de la Flotte* publicando as respostas recebidas dos seus leitores, sobre o inquerito que estabeleceu a propósito da reconstituição da marinha francesa.

—No n.º 22, de 28 de Maio, expõe o comandante M as suas ideas a propósito da politica naval da França. Segundo este articulista, no período de retraimento em que se deverá manter o seu país até conseguir restaurar as finanças públicas, o que mais lhe convem é conservar a actual marinha como escola e ir substituindo na medida possível as suas unidades flutuantes, dedicando-se, entretanto, com a maior energia à aeronautica naval, elemento de acção em que o autor deposita a maior confiança e grandes esperanças, não só como meio de acção militar, mas também como factor de expansão política e colonial.

Quando mais tarde o desenvolvimento do Imperio ultramarino, a reconstrução das províncias devastadas pela guerra e o equilibrio financeiro permitirem, então a França construirá uma forte marinha do mesmo tipo das mais poderosas do mundo.

—X., escrevendo no n.º 24, estabelece em primeiro lugar as seguintes bases:

1.º—A defesa das costas (bombardeamento e *raids*) fica suficientemente assegurada com submarinos, aviões, peças pesadas sobre vias ferreas, lanças-minas e torpedeiros;

2.º—A protecção dos comboios mercantes só fica garantida com uma esquadra de combate superior;

3.º—A acção ofensiva poderá ser confiada, num país dispondo de bases uumerosas e bem situadas, a grandes submarinos, unidades rápidas, aviões e lança-minas.

Para que a França possa desenvolver a acção naval correspondente à situação política que ocupa deve, portanto, organizar as suas fronteiras marítimas na metrópole e nas colónias, construir navios rápidos para a escolta de comboios e còrso, aumentar as suas flotilhas submarinas (com unidades de toneladas compreendidas entre 1.000 e 2.000 Tons.) e as aéreas, conservar em armamento os seus melhores couraçados, de forma a não perder o contróllo do Mediterrâneo e, finalmente, liquidar tudo quanto seja antigo e suprimir Lorient e Rochefort.

—Um *Lieutenant de vaisseau* manifesta a opinião de que a próxima guerra se travará num futuro próximo, o mais tardar dentro de 4 anos, entre a Inglaterra e o Japão aliados contra a America, e que nessas circunstancias o que convirá à França será uma neutralidade vantajosa.

Para impor semelhante attitude, a França precisará de 8 a 10 navios de linha e duma centena de submarinos. É um programa bastante dispendioso, conforme confessa o autor, que, todavia, julga que tal despesa representará um prêmio de seguro assaz limitado.

Este artigo torna-se particularmente interessante pela discussão que o autor faz acerca das prováveis conseqüências da futura guerra, para a França, concluindo que a hipótese mais favorável para o seu país é a vitória da America.

—O tenente L., no n.º 27 manifesta a opinião de que o plano naval francês deve ter como base a aliança com a Inglaterra, de forma a assegurar áquelas duas potências a preponderância marítima mundial. Para esse efeito considera necessário:

1.º—A defesa das costas perfeita e completamente assegurada com elementos modernos;

2.º — Uma esquadra de combate constituída por couraçados, cruzadores, grandes submarinos, exploradores, torpedeiros, navios auxiliares, dirigíveis, aviões, etc. ;

3.º — Aproveitamento de todos os elementos actuais ; os que tem valor real como meios de acção, os outros como escolas e auxiliares.

O autor considera os grandes submarinos e os exploradores como elementos muito importantes e a navegação aérea como um dos pontos que merece maior atenção.

— Finalmente, no n.º 28, o tenente Paul D. apresenta um alvitre realmente curioso.

Para êle a melhor solução, no actual momento em que se hesita quanto à escolha dos tipos de navios e se corre o risco de gastar quantiasas somas com unidades que, antes de concluídas, já estarão fora da moda, seria abrir o canal do Atlantico ao Mediterrâneo, o que, além de beneficiar consideravelmente de futuro a acção naval da França, traria de certo incalculáveis vantagens para a economia nacional.

Encarada a questão desapassionadamente, é bem possível que o articulista tenha completa razão.

Das respostas até agora publicadas, ressalta :

— grande diversidade de pareceres, tanto pelo que diz respeito á politica naval que a França deverá adoptar, como pelo que se refere aos tipos e número de navios que a devem realizar.

— uma certa concordância de vistas quanto à efficácia de novos meios de acção naval.

Escola de Guerra Naval e Centro de Altos Estudos Navais. — A antiga «Escola Superior de Marinha», criada por Lockroy, quando ministro, acaba de ser suprimida, instituindo-se em seu lugar a *Escola de Guerra Naval e Centro de Altos Estudos Navais*, dos quais o primeiro se destina principalmente a habilitar officiaes subalternos para exercerem as funções de officiaes de Estado Maior, procurando ao mesmo tempo prepará-los para o exercício do comando e desenvolvendo a sua cultura geral ; emquanto que o segundo tem por fim preparar os officiaes superiores (capitães de mar e guerra e capitães de fragata) para o alto comando.

Os dois institutos, dirigidos ambos pelo mesmo official-general, estão subordinados ao Chefe do Estado Maior de Marinha. Como temos visto, é a prática mais corrente hoje em dia : estabelecer êstes cursos na dependência immediata dos Estados Miores Centrais.

Os primeiros tenentes candidatos à entrada na *Escola de Guerra Naval* devem satisfazer a certas condições de idade e embarque, fixados pelo ministro, e são obrigados a apresentar, como título de candidatura, um trabalho que permita fazer conhecer qual o seu grau de cultura intelectual e técnica e as qualidades de observação que dispõem. Um juri constituído por um official general e dois officiaes superiores, será encarregado de rever as provas, cuja defesa os candidatos deverão produzir deante do juri.

O número de officiaes que frequentarão a escola é anualmente determinado pelo ministro. 4/5 das inscrições são fixadas pela comissão de admissão e 1/5 é reservada ao ministro. Os officiaes classificados para a admissão na es-

cola e que não tenham podido ingressar no curso, poderão no ano imediato solicitar novamente a sua admissão, sem necessidade de serem submetidos a novas provas. Esta faculdade é concedida por uma só vez.

A duração do curso é dum ano completo, a começar em 15 de Novembro; o programa é fixado pelo ministro.

No fim do curso os oficiais são submetidos a exame de saída, que consistirá em provas escritas e orais.

O ensino é ministrado nesta escola por um quadro permanente de oficiais e por certos indivíduos de reconhecida competência, que farão conferências sôbre determinados assuntos; entre estes figuram alguns oficiais do exército.

O Centro de Altos Estudos Navais.— Tem por missão preparar os oficiais superiores para as funções de Chefes de Estado Maior das forças activas e para os altos comandos da armada. Frequentam o Centro, como já se disse, capitães de mar e capitães de fragata, mediante pedido por escrito e autorização do ministro.

O número de oficiais admitidos é determinado anualmente; o curso dura 7 meses, e começa em Janeiro de cada ano. O programa dos estudos e das conferências será indicado por decreto.

Tanto os oficiais que frequentam a *Escola* como o *Centro* devem tomar parte nas manobras o exercícios.

Uma pequena reforma.— Sob êste título encontramos num dos números de Junho, do *Moniteur de la Flotte*, um artigo assaz curioso ácerca das designações que na marinha francesa são atribuídas aos oficiais não combatentes. Fazendo notar que em França não ha correspondência entre os títulos dados aos oficiais das diversas classes auxiliares, o articulista lembra a vantagem de se lhes darem as mesmas classificações que são usadas pelos oficiais da marinha militar, seguidas do nome da especialidade a que pertençam esses indivíduos, processo que, como é sabido, se emprega em vários países; todavia julga preferível o que se faz na Italia, que não podendo tornar-se extensivo à classe dos oficiais de marinha, porque as designações que usam, apesar de destituídas de significação real, tem um certo sabor arcaico, que porventura as tornará gratas aos que as possuem, poderá talvez ser adoptado, sem os mesmos inconvenientes, pelas outras corporações, que não podem invocar os mesmos motivos de ordem tradicional, para as fazer adoptar.

Em Italia, todos os oficiais das classes auxiliares da armada são designados pelos títulos que correspondem ás suas patentes no exercito; assim os medicos, engenheiros, maquinistas, commissarios, etc., são alferes, tenentes, majores, etc., engenheiros, medicos...

E' talvez interessante lembrar que, como diz Celestino Soares nos seus *Quadros Navais*, durante muito tempo se usaram na nossa marinha militar designações idênticas ás que eram empregadas no exercito para certos postos; por êste motivo se disse até epochas relativas próximas: tenente do mar, coronel do mar, etc.

Inglaterra

A celebre «Victory» de Nelson.—Noticiam os jornais que a famosa Capitânea de Nelson na batalha de Trafalgar, se encontra ao presente em miserável estado de conservação e em perigo eminente de ir ao fundo; em consequência disto propõem que seja aberta uma subscrição pública para se efectuarem na gloriosa relíquia da marinha britânica as obras necessárias à sua conservação.

E' de mau agoiro, certamente, reconhecer nesta ocasião, em que a Inglaterra sente fugir-lhe das mãos a supremacia marítima, conquistada por Nelson ha mais dum século, que o navio em que aquele illustre marinheiro alcançou o maior triunfo da história naval britânica, está em risco de se perder para sempre.

Japão

O Grande Estado Maior Central da Marinha.—Os nossos leitores estimarão talvez saber como funciona o Estado Maior Central da Marinha Japonesa, que tanto tem contribuido para as vitórias alcançadas por aquele país. A sua estrutura interna é bastante simples e foi moldada no classico figurino germânico. No Japão o ministro da Marinha representa um papel análogo aquelle em que se encontrava investido o respectivo secretario de estado no Imperio alemão, e por êste motivo tudo quanto diz respeito à política, administração e debates parlamentares está fóra do ambito reservado ao E. M. N., cujo chefe só depende do Imperador para aquilo que se refere à preparação para a guerra, sendo auxiliado e substituido nos seus impedimentos por um sub-chefe.

O E. M. N. japonês é dividido em 4 repartições; a 1.^a é a secretaria geral, a 2.^a trata das operações, a 3.^a da mobilização e a 4.^a das informações.

A repartição de *operações*, tem a seu cargo a elaboração dos projectos de operações; a distribuição da armada; os planos de manobras; a direcção da política dos transportes marítimos e a inspecção das fôrças.

A repartição de *mobilização* estabelece os planos de mobilização e distribuição do material de guerra; faz a ligação do E. M. com as várias repartições do material do Ministerio da Marinha e formula os planos de instrução dos officiais e praças. Corresponde inteiramente ao que nas marinhas e exercitos do Ocidente se chama a repartição ou secção de organização.

Finalmente, a repartição de *informações* collecciona e distribue as informações, encarrega-se da tradução de documentos e compila a história naval.

Os adidos navais estão sob as ordens immediatas do Chefe do Estado Maior Naval.

E' sob o impulso dêste organismo, aparentemente tão simples, onde ao presente trabalham uns 90 officiais, de todas as patentes, desde almirante até tenente, que a marinha japonesa tem progredido de tal forma, que pretende hoje disputar primazias com as principais potências marítimas.

Curso de Arte Militar Naval.—Para escolher os seus officiais de E. M. a marinha japonesa emprega um sistema de selecção tão rigoroso, que dá bem a medida da consideração que lhe merece êste serviço.

Só os capitães-tenentes (*lieutenant commanders*) e os primeiros tenentes

com 2 anos de serviço no mar ou no ar, neste posto, e que se distingam pela sua inteligência e vigor físico, poderão ser escolhidos. Os comandantes das unidades e chefes de serviço fazem entre os oficiais que tem sob as suas ordens uma primeira escolha dos que devem frequentar o curso de guerra; os comandantes em chefe das esquadras e estações navais seleccionam, entre os oficiais que lhe são indicados, aqueles que pareçam reunir melhores condições e submetem as suas listas ao ministro. Depois disto, estes oficiais são sujeitos a um exame de admissão, que versa sobre:

Elementos de tática, artilharia, torpedos e marinharia; uma prova técnica; uma tradução de inglês para japonês e um exame oral.

Obtida aprovação neste exame de admissão o oficial passa a frequentar o curso, cuja duração é 2 anos e compreende:

- I Estratégia e manobras na carta;
- II Tática e jôgo de guerra;
- III História naval;
- IV Serviço de Estado Maior;
- V Administração naval; (Orgânica)
- VI Desenvolvimento sobre os modernos elementos de acção (torpedos, artilharia, telegrafia sem fios, submarinos, etc., etc.)

E' para notar que na marinha japonesa a frequência no curso não é voluntária e que o sistema de selecção do pessoal do E. M., muito rigoroso, deve dar os melhores resultados e constituir poderosissimo estímulo para os officiais novos.

M. O.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 J. R. — *Foch. Essai de psychologie militaire*. 1921. Volume 18/12, broché 6 fr.
- 2 N. . . — *Histoire de la guerre par un Français*. 1921. Vol. in-16 demi-toile. 5 fr.
- 3 BAQUET (général). — *Souvenirs d'un directeur de l'artillerie*. 1920. Volume grand in-8, broché 6 fr.
- 4 BECKER (colonel G.). — *Trois conférences sur Ludendorff, chef d'armé*. 1920. Volume 22.5/14, broché 15 fr.
- 5 CASSOU (comandant). — *Le procès du général Fournier, gouverneur de Maubeug*. 1920. Volume in-8 carré, broché 2 fr. 50
- 6 BARRÉS (Maurice). — *Chronique de la Grand guerre. Tome 2. 14 octobre — 31 décembre 1914*. 1920. Volume 18,5/12, pur fil, broché 20 fr.
- 7 BENOIST (Charles). — *L'Europe en feu. Cronique de la Grande guerre. 3e partie: 1917 (1er janvier—15 juin)*. 1920. Volume 12/19, broché 7 fr.
- 8 BERTHAUT (général). — *De la Marne à la mer du Nord. Vues d'ensem-*

- ble sur les opérations militaires (1914-1918). 1920. 11,50/18,50 br. 4 fr. 50
- 9 CORNET (Lucien), sénateur. — 1914-1918. *Histoire de la guerre. Tome 4.* 1920. Volume 22/16, broché 10 fr.
- 10 GÉMEAU (comandant). — *L'Angleterre au feu. Dépêches de sir Douglas Haig, décembre 1915 — avril 1919.* Volume grand in-8, broché 45 fr.
- 11 VERRAUX, général. — *La Bataille des Flandres en 1917.* 1920. Volume in-16, broché 5 fr.
1921. Volume in-8, broché. 5 fr.
- 12 CORDONNIER, général. — *Une brigade au feu.* Avec 3 cartes hors texte. 1921. Volume in-8, broché. 12 fr.
- 13 *L'Effort du Ravitaillement français.* Avec 61 reproductions photographiques, 5 planches hors texte en couleurs. 1920. Volume in-16, broché. 20 fr.
- 14 X. Y., général. — *Réflexions sur l'Art de la guerre.* 1920. Volume in-16, broché. 5 fr.
- 15 DUBOIS (général A.). — *Deux ans de commandement sur le front de France.* 1920. 2 volumes grand in-8. brochés. 25 fr.

Italia

- 1 ZINGARELLI (I.). — *Ivinti (Sei mesi in Mitteleuropa tra 'armistizio e la pace).* — 8.º, p. p. 214. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 2 ZACCARA (T.). — *La nostra guerra.* 16.º, p. p. 159. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 3 VIANELLO (Vincenzo). — *Contabilità di bordo, ad uso degli istituti nautici e dei capitani marittimi.* Terzo edizione, riveduta e corretta. Livorno, R. Giurti, 1921. — 16.º, p. 100.
- 4 VALORI (A.). — *La guerra italo-austriaca 1915-1918.* Storia critica con carte e piani, 8.º pagine XII-545. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 5 TREVELYAN MACAULAY (G.). — *Scena della guerra d'Italia.* 16.º p. p. 224. Con bav. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 6 TOGNONI (G.). — *La nuova luce.* 16.º, p. p. 243. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 7 TENTI (Giovanni Battista, colonello). — *Conferenze per gli ufficiali comandanti al corso di abilitazione all'assistenza morale nell'esercito (comando della 17.ª divisione di fanteria, Livorno).* Livorno. tip. A. Debate, 1921. — 8.º, p. 46.
- 8 RUFFINI (Fr.). — *Guerra e riforme costituzionali.* 8.º, p. p. 100. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 9 RODOLICO (N.). — *L'Italia e la guerra.* Sommario storico. 8.º, p. p. 178. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 10 RIGOLI (G.). — *La grande guerra d'Italia narrata al popolo.* 16.º, p. p. 275. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 11 RECONILLY (R.). — *Le battaglie di Foch.* 16.º, p. p. X 188. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.

- 12 QUINTAVALLE (F.). — *Cronistoria della guerra mondiale*. Parte I. 16.º, p. p. 800. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 13 PROUDHON (P. G.). — *Guerra (La) e la pace*. 16.º, p. p. 190. Anonima Libreria Italiana Torino, Corso Palermo, 7.
- 14 PREZZOLINI (G.). — *Vittorio Veneto*. 16.º, p. p. XIV 47. Anonima Libreria Italiana, Torino, Corso Palermo, 7.
- 15 PERTUSI (L.). — *Della guerra e della pace*. 8.º, p. p. 295. Anonima Libreria Italiana, Torino, Corso Palermo, 7.
- 16 PALA (G.). — *Il fante d'Italia sul fronte di Francia*. 8.º, p. p. 92. Anonima Libreria Italiana, Torino, Corso Palermo, 7.

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval*, n.ºs 4 a 6. Uma recta de altura histórica. A grande navegação aérea. Etc.
- 2 *O Instituto*, n.º 8 de Agosto de 1921. As muralhas do Porto. Fernão de Magalhães. Etc.
- 3 *Revista de Artilharia*, n.ºs 193 a 196 de Julho a Outubro de 1920. Arsenal do Exército. Estudo sobre a defesa das costas. Os obuses ingleses de 6 e 8 polegadas. Etc.

Argentina

Revista Militar, n.º 246 de Julho de 1921. Patria — Confidencias de un viejo profesor. Discurso del general Martin Rodriguez. Hechos de armas y actos históricos que se desarrollaron en la antigua provincia de Salta. Tablas para la construcción de puentes de circunstancias.

Brasil

- 1 *Boletim do Estado Maior do Exército*, n.ºs 1 e 2. Janeiro a Junho de 1921. Bartholomeu Mitre. — O Centenario de seu nascimento. O Centenario da morte de Napoleão. — O G. Q. G. de Napoleão I. A Geografia Militar no Brasil. Etc.
- 2 *O Tiro de Guerra*, n.º 7 de Julho de 1921. 14 de Julho. A Infantaria. — Seus novos regulamentos.
N.º 8 de Agosto. Os Tanks na Guerra Europea. Pequenas palestras.
- 3 *Revista de Medicina e Hygiene Militar*, n.º 7 de Julho de 1921. Os progressos da cirurgia de guerra. Prophylaxia da syphilis nervosa. Sobre o mutismo simulado. Etc.
- 4 *Revista dos Militares*, n.º 133 de Julho de 1921. Sobre os tirões de guerra. Escola de aperfeiçoamento de Officiais — Discurso pronunciado pelo coronel Barrant, da M. M. F. A pseudotactica nova — Conferencia aos officiais do 8 R. I.
N.º 134 de Agosto. O serviço militar e os males de nosso meio... Resurgimento. Papel dos factores psicologicos nas batalhas (Tradução).

Chile

Revista de Marina, n.º 383 de Maio e Junho de 1921. El combate de Iquique. La provisión de aire a los salones de calderas de buques de guerra modernos. Marina vieja e marina nueva. Las cooperativas y el colectivismo.

N.º 384 de Julho e Agosto. De esas cuatro tablas penden los destinos de la America. El 20 de Agosto y el vicealmirante lord Tomas Cochrane. Etc.

Colombia

Memorial del Estado Mayor del Ejército de Colombia, n.º 106 de Abril de 1921. Al margen del reglamento de ejercicios para la infanteria. Tratando de aminorar los peligros de la aviacion. Etc.

N.º 107 de Maio de 1921. Critica-Historico-Tactica. — (La batalla del pantano de Vargas.) La estadística y el arte de la guerra. General Don Antonio Revollo.— Datos Biograficos.

Cuba

Boletín del Ejército, n.º 63 de Maio de 1921. Posibilidad de la proxima guerra (Continuación.) Nociones de Explosivos Militares. Maniobras de infanteria en combinación con aviones en el Japon Etc.

N.º 64 de Junho. La Movilización de las ciencias en los Estados Unidos. Los Lanza-Minas en el ejército aleman, su origen y evolución. El dibujo militar.

Espanha

1 *Memorial de Artilleria*, n.º de Julho de 1921. Tiro de granada con metralla. Sementales para Cataluña. Etc.

N.º de Agosto. La defensa de nuestra frontera del Norte. Método de ensayo de la durezza y su estudio comparativo. Etc.

2 *Memorial de Infanteria*, n.º 114 de Julho de 1921. Tactica aplicada de Infanteria. La educación moral en los cuarteles y el Capellan. El servicio de armamento. Etc.

França

1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 347 de 15 de Agosto de 1921. La contra ataque. Quelques réflexions sur le «facteur humain». Etc.

N.º 348 de 15 de Setembro. Le problème des liaisons et transmissions. — Son évolution au cours des hostilités. Organisations et emploi des chars légers. Etc.

2 *Revue Militaire Générale*, n.º 7 de Julho de 1921. Le 2.º corps de cavalerie dans les Flandres du 9 avril au 3 mai 1918. La refonte des règlements et notre doctrine de guerre. Etc.

México

1 *Revista del Ejército e de la Marina*, n.º 6, de Abril de 1921. El comando de los modernos ejércitos. Huracanes Antillanos ¿A quien de-

bemos llamar descubridor de la pólvora? Ya en Europa se conviene en lo propuesto por México.

- 2 *Tohtli*, n.ºs 3 e 4 de Maio e Abril de 1921. La aviación nacional cuenta con nuevos jefes. El general Salinas. Nuevo procedimiento de ubicación astronómica en el aire. La meteorología aplicada a las operaciones de guerra.

Salvador

Boletín del Ministerio de Guerra, n.º 76 de Abril de 1921. Organización, dirección y juicio de las maniobras militares.

N.º 77 de Maio. Conferencia sobre el trabajo industrial en nuestro ejército.

Suiza

Revue Militaire Suisse, n.º 7 de Julho de 1921. Le rôle du capitaine d'infanterie pendant la guerre de 1914-1918. La convention militaire franco-suisse de 1917. Note sur les ponts militaires. Etc.

N.º 8 de Agosto. L'essor actuel de la littérature militaire en France. Le sert d'une grande armée. Etc.

Uruguay

Revista Militar y Naval, n.ºs 11-12 de Maio-Junho de 1921. Mi infantería.

Caja de Pensiones Militares. Accion de la Escuela Militar. Etc.

EXPEDIENTE

CONDIÇÕES DA ASSINATURA

PAGAMENTO ADEANTADO

Portugal e Colonias

	Ano	Semestre	Trimestre
R. M. com O. E. ou B. M. C. ou O. A.	6\$00	3\$30	1\$80
R. M. com O. E. e B. M. C. } R. M. com O. E. e O. A. } R. M. com B. M. C. e O. A. }	7\$00	3\$80	2\$10
R. M. com O. E.—B. M. C. e O. A.	8\$00	4\$30	2\$40

Número avulso da *Revista Militar* \$60

Estrangeiro

R. M. com O. E. ou uma das outras publicações...	7\$00
Número avulso da <i>Revista Militar</i>	\$70

Sobre o preço para as Colonias e para o Estrangeiro, acresce ainda o importe do correio enquanto vigorar a actual taxa postal.

Para Portugal não se aceitam assinaturas por período inferior a trimestre, nem *desistência de assinaturas* senão no fim de cada trimestre civil, devendo os assinantes avisar com antecedência até 31 de Dezembro ou Março e 30 de Junho ou Setembro.

Para as Colonias não se aceitam assinaturas por menos de 6 meses, e para o estrangeiro por menos de 1 ano, sob condições idênticas às indicadas para Portugal. A correspondência registada custa mais 1\$20 por ano ou \$10 por mês.

Não se aceitam assinaturas que não incluam a *Revista Militar*. A *Ordem do Exército*, *Ordem da Armada* e *Boletim Militar das Colonias* vendem-se na sede da *Revista* em números avulsos ou por colecções anuais, a preços variáveis conforme o número de páginas.